



ESTATÍSTICAS DO MEIO RURAL



2

0

0

8

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Presidente da República

GUILHERME CASSEL

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

DANIEL MAIA

Secretário-Executivo do Ministério do
Desenvolvimento Agrário

ROLF HACKBART

Presidente do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária - Incra

ADONIRAN SANCHES PERACI

Secretário de Agricultura Familiar

ADHEMAR LOPES DE ALMEIDA

Secretário de Reordenamento Agrário

JOSÉ HUMBERTO OLIVEIRA

Secretário de Desenvolvimento Territorial

CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES

Coordenador Geral do Núcleo de Estudos Agrários
e Desenvolvimento Rural - NEAD/MDA

ADRIANA L. LOPES

Coordenadora Executiva do Núcleo de Estudos
Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD/MDA

NEAD Especial 3 - Copyright 2008 by MDA

REVISÃO TÉCNICA

Caio Galvão de França
Adriana L. Lopes
Flávio Teixeira

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
www.mda.gov.br

Núcleo de Estudos Agrários e
Desenvolvimento Rural (NEAD)
SBN, Quadra 2, Bloco D, Lote 16, Loja 10
2º subsolo, Ed. Sarkis, CEP 70040-910 - Brasília/DF
Tel.: (61) 3961-6420
www.nead.org.br

*PCT MDA/IICA – Apoio às Políticas e à Participação
Social no Desenvolvimento Rural Sustentável*

DIEESE

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

NEAD/MDA

Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural / Ministério do Desenvolvimento Agrário

Estatísticas do Meio Rural

3ª edição

São Paulo - 2008

B823e Estatísticas do meio rural 2008. 3.ed./Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. – Brasília: MDA: DIEESE, 2008.

280 p.

ISBN 978-85-87326-36-2

1. Estatística. 2. Meio Rural - Brasil. 3. Agropecuária. 4. Meio Ambiente. 5. População Rural. 6. Educação. 7. Saúde. 8. Trabalho Rural. I. Título. II. DIEESE. III. MDA.

CDD 519.531734

Apresentação	19
Notas explicativas	21
Siglário	22
CAPÍTULO 1 – TERRITÓRIO E MEIO AMBIENTE	25
■ Estrutura Fundiária	27
T1 Distribuição da área territorial oficial	29
T2 Estrutura fundiária	30
G1 Distribuição da área total dos imóveis rurais por categoria	31
G2 Distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total	32
G3 Distribuição do número e área dos estabelecimentos agropecuários por faixas de módulos fiscais do Incra	33
T3 Evolução do índice de Gini da propriedade da terra	34
T4 Índice de Gini da propriedade da terra dos países da América	35
T5 Distribuição da área total dos imóveis rurais, segundo sua situação jurídica	36
G4 Distribuição dos imóveis rurais da Amazônia Legal por situação jurídica e classes de área total	37

Sumário

G5	Distribuição da área dos imóveis rurais da Amazônia Legal por situação jurídica e classes de área total	38
■	Estrutura Produtiva	39
T6	Distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários por tipo de utilização	41
T7	Distribuição da área total das pastagens segundo faixa de Unidades Animais por hectare de pastagem	42
G6	Distribuição da área total dos estabelecimentos agropecuários segundo a condição do produtor	43
G7	Distribuição da área colhida da lavoura permanente	44
G8	Distribuição da área colhida da lavoura temporária	45
G9	Distribuição das áreas exploráveis, segundo utilização	46
G10	Distribuição das áreas dos imóveis rurais não explorados por tipo de área	47
■	Meio Ambiente	49
T8	Distribuição das áreas das Unidades de Conservação Federais e Estaduais por categoria - Brasil	51
G11	Distribuição das áreas das Unidades de Conservação Federais e Estaduais por categoria e tipo de uso - Brasil	52
T9	Incremento na área das Unidades de Conservação Federais por categoria	53

T10	Distribuição das áreas das Unidades de Conservação Federais por categoria - Amazônia Legal	54
G12	Distribuição das áreas das Unidades de Conservação Federais por categoria e tipo de uso - Amazônia Legal	55
T11	Área total dos biomas e área protegida por tipo de uso	56
CAPÍTULO 2 – INDICADORES DEMOGRÁFICOS E SOCIAIS		57
■ Características Gerais da População Rural		59
T12	Estimativa da população por local de residência	61
G13	Evolução da população por local de residência	63
T13	Distribuição dos municípios e da população por classes de tamanhos dos municípios	64
G14	Distribuição da população por sexo, segundo local de residência	65
G15	Distribuição da população por cor ou raça, segundo local de residência	66
T14	Distribuição da população residente na área rural por cor ou raça	67
G16	Distribuição e estimativa da população por faixa etária, segundo local de residência	68
T15	Distribuição da população residente na área rural por faixa etária	69
G17	Estrutura da despesa média familiar por local de residência	70
T16	Proporção de indigentes e pobres, segundo local de residência	71

Sumário

■ Educação e Saúde	73
G18 Taxa de analfabetismo por local de residência e faixa etária	75
G19 Distribuição da população por grupos de anos de estudo, segundo local de residência	76
T17 Estimativa da população residente na área rural por sexo e grupos de anos de estudo	77
T18 Distribuição dos estudantes de 5 anos ou mais por grau de escolaridade cursado, segundo sexo e local de residência	78
G20 Número médio de anos de estudo da população residente na área rural por sexo	79
G21 Número médio de anos de estudo da população por local de residência e cor ou raça	80
T19 Distribuição da população por cobertura e tipo de plano de saúde, segundo local de residência	81
T20 Proporção da população por sexo e local de residência segundo existência de déficit ou excesso de peso e obesidade	82
T21 Distribuição das mulheres por número de filhos nascidos vivos, segundo local de residência	83
■ Características dos Domicílios	85
T22 Distribuição das pessoas responsáveis pelo domicílio por sexo, segundo local de residência	87
G22 Número médio de moradores por domicílio segundo local de residência	88

G23	Proporção de domicílios urbanos e rurais com equipamentos básicos e outros bens duráveis	89
G24	Proporção de domicílios rurais com equipamentos básicos e outros bens duráveis	90
G25	Distribuição dos domicílios urbanos e rurais por tipo de esgotamento sanitário	91
T23	Distribuição dos domicílios rurais por tipo de esgotamento sanitário	92
T24	Distribuição dos domicílios urbanos e rurais por forma de abastecimento de água	93
T25	Distribuição dos domicílios rurais por forma de abastecimento de água	94
CAPÍTULO 3 – TRABALHO E RENDIMENTO		95
■	Características Gerais do Trabalho no Meio Rural	97
T26	Estimativa da população residente na área rural segundo a condição de atividade	99
G26	Distribuição das pessoas economicamente ativas e dos inativos residentes na área rural por sexo	100
G27	Proporção de ocupados em atividades agrícolas em relação ao total de ocupados	101
T27	Distribuição dos ocupados em atividades agrícolas por posição na ocupação	102
T28	Evolução do número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas segundo a posição na ocupação	103
T29	Variação do pessoal ocupado em atividades agrícolas por sexo	104

Sumário

G28	Distribuição dos ocupados em atividades agrícolas segundo grupo de atividade econômica	105
G29	Distribuição do pessoal ocupado na agropecuária por posição na ocupação segundo sexo	106
T30	Mulheres ocupadas na agropecuária por atividade segundo posição na família	107
T31	Idade e escolaridade médias do pessoal ocupado na agropecuária segundo o sexo	108
G30	Distribuição dos trabalhadores agrícolas por classes de horas de trabalho semanal, segundo o sexo	109
G31	Distribuição das empresas agropecuárias e do pessoal nelas ocupado segundo faixas de pessoal ocupado	110
G32	Distribuição dos ocupados em atividades agrícolas segundo contribuição para a Previdência	111
G33	Distribuição dos empregados em atividades agrícolas segundo registro em carteira de trabalho	112
T32	Número de empregados formais na agropecuária por grupos de atividade econômica	113
T33	Saldo de admissões e desligamentos segundo grandes setores e classes de atividade econômica selecionadas	114
T34	Evolução dos resultados da fiscalização do trabalho na área rural	115
T35	Distribuição dos beneficiários e do valor do seguro desemprego dos trabalhadores com último emprego na agricultura	116
T36	Distribuição dos ocupados por faixa etária em que começaram a trabalhar segundo sexo e local de residência	117

T37	Distribuição das crianças de 5 a 14 anos de idade por situação de ocupação e local de residência	118
T38	Distribuição das crianças de 5 a 14 anos que trabalham, por atividade de trabalho principal e sexo	119
G34	Distribuição e estimativa dos ocupados de 5 a 14 anos de idade sem frequência escolar por sexo segundo local de residência	120
T39	Distribuição dos ocupados residentes na área rural por grupamentos ocupacionais	121
T40	Tipos de famílias com residência rural segundo a ocupação de seus integrantes	122
G35	Proporção de ocupados residentes na área rural ocupados em empreendimentos não-agrícolas	123
T41	Distribuição dos ocupados rurais não-agrícolas segundo atividade econômica	124
T42	Distribuição dos empregados no setor privado residentes na área rural por porte do empreendimento não-agrícola, segundo setor de atividade	125
■	Rendimento	127
T43	Rendimento médio mensal nominal das pessoas residentes em domicílios rurais, segundo a condição de atividade	129
G36	Distribuição dos ocupados na atividade agrícola por faixa de rendimento segundo sexo	130
G37	Renda média mensal do pessoal ocupado na agropecuária por atividade e sexo	131

Sumário

T44	Valor e distribuição do rendimento médio mensal familiar por origem do rendimento segundo local de residência	132
G38	Distribuição do rendimento médio mensal familiar da população rural segundo origem do rendimento	133
G39	Rendimento médio mensal por local de residência	134
G40	Distribuição dos domicílios urbanos e rurais por faixas de rendimento	135
T45	Rendimento médio mensal segundo local de residência e sexo	136
T46	Rendimento médio mensal domiciliar por local de residência	137
T47	Valor dos benefícios previdenciários concedidos para a clientela rural por grupos de espécies	138
T48	Índice de Gini da distribuição do rendimento nominal mensal das pessoas com rendimento por local de residência	139

CAPÍTULO 4 – INDICADORES SINDICAIS

141

G41	Proporção de ocupados associados a sindicatos por setor de atividade	143
T49	Distribuição dos ocupados associados a sindicatos por tipo de sindicato, segundo local de residência	144

G42	Proporção de ocupados agrícolas associados a sindicatos por sexo, segundo local de residência	145
G43	Proporção de ocupados agrícolas associados a sindicatos por cor, segundo local de residência	146
T50	Número de confederações, federações e sindicatos por tipo de entidade e área geo-econômica	147
T51	Sindicatos e número de associados	148
T52	Distribuição dos sindicatos de trabalhadores rurais, por faixa de associados	149
T53	Distribuição dos sindicatos de trabalhadores rurais segundo faixa de associados em relação à base	150
T54	Composição da diretoria dos sindicatos de trabalhadores rurais por tipo de inserção na agropecuária	151
T55	Distribuição dos sindicatos rurais segundo faixa de participação de mulheres na diretoria do sindicato	152
T56	Sindicatos de trabalhadores e empregadores rurais por condição de registro no Ministério do Trabalho e Emprego	154
G44	Sindicatos de trabalhadores rurais, segundo filiação à Central Sindical	155
T57	Distribuição das negociações coletivas realizadas pelos sindicatos de trabalhadores rurais por natureza da negociação	156

CAPÍTULO 5 – REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR	157
■ Reforma Agrária	159
G45 Evolução da área destinada à reforma agrária	161
G46 Investimento em obtenção de terras	162
G47 Evolução do número de famílias assentadas	163
G48 Número de famílias assentadas que receberam assistência técnica	164
T58 Evolução do crédito fundiário	165
T59 Distribuição do crédito fundiário	166
T60 Evolução do número de famílias atendidas e da área adquirida com o crédito fundiário	167
T61 Dimensões dos módulos fiscais	169
G49 Proporção de assentados que frequentam a escola	171
G50 Proporção de escolas que atendem assentados segundo níveis e modalidades de ensino oferecidos	172
T62 Distribuição das escolas que atendem assentados segundo a localização em relação ao assentamento	173
G51 Instituições responsáveis pela manutenção das escolas dos assentamentos	174
G52 Distribuição dos assentamentos segundo produtividade média em relação à produtividade dos municípios	175

G53	Distribuição da produção agropecuária, extrativista e de produtos beneficiados dos assentamentos durante a safra 98/99	176
G54	Resultados do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural	177
T63	Número de comunidades quilombolas identificadas pelo Governo Federal	178
T64	Regularização de territórios quilombolas	179
■	Agricultura Familiar	181
G55	Distribuição do PIB das cadeias produtivas segundo o tipo de produtor	183
G56	Evolução da participação das cadeias produtivas da agricultura familiar e patronal e dos outros setores de atividade no PIB	184
G57	Distribuição do valor da produção agrícola por tipo de produtor segundo a cultura	185
G58	Distribuição do valor da produção pecuária por tipo de produtor segundo a criação	186
T65	Distribuição dos conta-própria e dos empregadores por condição em relação ao empreendimento agrícola	187
T66	Distribuição dos parceiros por parte da produção contratada pelo uso do bem, móvel ou imóvel, utilizado no empreendimento	188
T67	Distribuição dos arrendatários por forma contratada de pagamento pelo uso do bem, móvel ou imóvel, arrendado para o empreendimento	189
T68	Distribuição dos conta-própria e dos empregadores por comprador da produção	190

Sumário

■ Crédito	191
G59 Evolução do crédito rural	193
T69 Valor dos financiamentos rurais concedidos a produtores e cooperativas por finalidade, segundo a fonte de recursos	194
T70 Valor dos financiamentos concedidos a produtores e cooperativas segundo faixa de financiamento	195
T71 Financiamentos concedidos a cooperativas	196
T72 Evolução do montante e do número de contratos do Pronaf	197
T73 Evolução dos municípios atendidos pelo Pronaf	198
T74 Valor financiado pelo Pronaf segundo finalidade do financiamento	199
G60 Distribuição do valor dos financiamentos rurais concedidos pelo Pronaf segundo atividade e finalidade	200
T75 Valor financiado e número de contratos do Pronaf por ano-agrícola segundo modalidade e linha de crédito	201
G61 Evolução do crédito do Pronaf por ano-agrícola	203
G62 Evolução da participação das mulheres no número de contratos e no montante do crédito do Pronaf	204
T76 Número de contratos e valor financiado pelo Pronaf segundo finalidade e principais produtos	205

G63	Participação dos grupos no montante de crédito rural do Pronaf	206
■	Territórios Rurais	207
T77	Territórios Rurais - Norte	209
T78	Territórios Rurais - Nordeste	211
T79	Territórios Rurais - Sudeste	213
T80	Territórios Rurais - Sul	214
T81	Territórios Rurais - Centro-Oeste	215
T82	Territórios da Cidadania	216
 CAPÍTULO 6 – INDICADORES AGROPECUÁRIOS		221
■	Desempenho da Agropecuária	223
G64	Participação da agropecuária no PIB - valor adicionado	225
G65	Evolução da arrecadação do Imposto Territorial Rural (ITR)	226
T83	Balança comercial do agronegócio	227
T84	Balança comercial dos produtos do agronegócio brasileiro	228
T85	Evolução da balança comercial do agronegócio	230
G66	Evolução da participação do agronegócio na balança comercial brasileira	231
T86	Principais produtos importados do agronegócio	232

Sumário

G67	Fertilizantes entregues ao consumidor	233
■	Indicadores de Produção	235
T87	Quantidade produzida e produtividade média dos principais produtos da lavoura permanente	237
T88	Quantidade produzida e produtividade média dos principais produtos da lavoura temporária	238
G68	Evolução da distribuição da produção dos principais grãos por safra	239
G69	Distribuição do efetivo pecuário por tipo de rebanho	240
T89	Produção, produtividade e área plantada dos principais grãos	241
T90	Oferta e demanda brasileira de alguns produtos selecionados	242
T91	Oferta e demanda mundial de alguns produtos selecionados	243
CAPÍTULO 7 – CONFLITOS NO CAMPO		245
G70	Evolução do número de ocupações de terra	247
G71	Distribuição das ocupações de terra por Grandes Regiões	248
T92	Número de ocupações em imóveis rurais e número de famílias envolvidas em ocupações	249
G72	Evolução das famílias envolvidas nas ocupações de terra	250
T93	Violência no campo contra a pessoa	251
G73	Evolução do número de mortes decorrentes de conflitos agrários	252

T94	Violência contra a ocupação e a posse de terras	253
T95	Conflitos pela água no Brasil	254
G74	Número de pessoas envolvidas em conflitos trabalhistas	256
T96	Operações de fiscalização móvel de combate ao trabalho escravo	257
T97	Distribuição das operações de fiscalização móvel de combate ao trabalho escravo	258
Glossário		263
Guia de Referências Bibliográficas		277

Chega agora ao público a terceira edição do ***Estatísticas do Meio Rural***, publicação que vem consolidar a parceria do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por intermédio do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), no âmbito da sistematização das informações disponíveis sobre a vida e o trabalho no meio rural brasileiro.

Para essa edição, as informações apresentadas na versão anterior da publicação foram submetidas a uma crítica da qual participaram membros dos órgãos do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em particular o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A partir das sugestões apresentadas nesta oficina, procedeu-se a um novo levantamento de informações e à atualização das tabelas e gráficos indicados para permanecer na publicação. Algumas informações que não puderam ser atualizadas e que foram avaliadas como menos representativas foram excluídas.

Os resultados deste processo podem ser conferidos agora na publicação impressa e no CD-ROM. A princípio, é possível perceber a persistência de importantes lacunas nas estatísticas disponíveis sobre o assunto, principalmente relacionadas à falta de informações atualizadas sobre a estrutura agrária no Brasil, que poderão ser em grande parte supridas com a divulgação dos dados do Censo Agropecuário 2006 do IBGE, prevista para o final deste ano.

A estrutura da publicação permanece a mesma, com 97 tabelas e 74 gráficos divididos em sete capítulos: *Território e Meio Ambiente*, com informações sobre a estrutura fundiária e produtiva e sobre as Unidades de Conservação; *Indicadores Demográficos e Sociais*, que apresenta as características gerais da população e dos domicílios rurais; *Trabalho e Rendimento*, que traz um panorama das principais características do trabalho agrícola e não agrícola no meio rural; *Indicadores Sindicais*, com informações sobre a sindicalização e os sindicatos no campo; *Reforma Agrária e Agricultura Familiar*, que, além das informações sobre a reforma agrária e crédito, traz agora também informações sobre os Territórios Rurais e os Territórios da Cidadania; *Indicadores Agropecuários*, com

Apresentação

as principais informações sobre a produção e o desempenho da agropecuária no Brasil; e *Conflitos no Campo*, que apresenta os números da violência no meio rural brasileiro.

Para consolidar ainda mais a presente publicação todos os usuários do **Estatísticas do Meio Rural 2008** foram convidados a enviar suas críticas e sugestões para o endereço eletrônico anuario.rural@dieese.org.br e a acessar o Sistema de Consultas Fontes Rurais, que apresenta, desde 2006, um catálogo de fontes e variáveis disponíveis sobre o tema (www.dieese.org.br/fontesrurais.html).

Esperamos que essa publicação possa orientar os usuários e produtores de informações sobre o meio rural e agrícola a conhecer melhor as diversas dimensões do campo brasileiro e possa contribuir para a construção de um universo estatístico capaz de apreender todas as especificidades de nossa realidade.

GUILHERME CASSEL

Ministro do Desenvolvimento Agrário

NOTA DO EDITOR – INFORMAÇÕES DO CD-ROM

A publicação **Estatísticas do Meio Rural 2008** traz, além das 171 tabelas e gráficos da publicação impressa, algumas tabelas adicionais no CD-ROM, relativas aos seguintes temas: religião e estado civil da população; características da ocupação no meio rural; características das pessoas sindicalizadas e dos sindicatos no campo; características dos assentados e dos assentamentos; crédito fundiário, crédito rural e Pronaf; e indicadores da produção agropecuária.

Convenções utilizadas nesta publicação

nd : dados não disponíveis

— : quando, pela natureza do fenômeno, não puder existir o dado.

0; 0,0; 0,00 : quando a aplicação dos critérios de arredondamento não permitir alcançar respectivamente 1; 0,1; 0,01.

Símbolos e Abreviações

% = porcentagem

G = gráfico

ha = hectare

kcal = quilocaloria

kg = quilograma

km² = quilometro quadrado

nº = número

R\$ = reais

T = Tabela

Ton = tonelada

UF = Unidade da Federação

URV = Unidade Real de Valor

US\$ = dólar americano

Siglário

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CAT – Central Autônoma dos Trabalhadores

Cempre – Cadastro Central de Empresas

CGPMA/SRA – Coordenação-Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação / Secretaria de Reordenamento Agrário

CGSAP/DES/SPPE – Coordenação-Geral do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial / Departamento de Emprego e Salário / Secretaria de Políticas Públicas de Emprego

CGT – Central Geral dos Trabalhadores

SDT/MDA – Secretaria de Desenvolvimento Territorial / Ministério do Desenvolvimento Agrário

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

Conab – Companhia Nacional de Abastecimento

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DEA/Incrá – Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação da Gestão / Diretoria de Gestão Estratégica / Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

DEFIT – Departamento de Fiscalização do Trabalho

Detrae – Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EC – Emenda Constitucional

FOB – *Free on Board*

Sipra – Sistema de Informação em Projetos de Reforma Agrária

Funai/DAF – Fundação Nacional do Índio / Departamento de Assuntos Fundiários

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGP-DI – Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna

Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

ITR – Imposto Territorial Rural

Mapa – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NEAD/MDA – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural / Ministério do Desenvolvimento Agrário

Pnad – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNERA – Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária

Siglário

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PPIGRE/MDA – Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia / Ministério do Desenvolvimento Agrário

PAM – Produção Agrícola Municipal

PEA – População Economicamente Ativa

PIA – População em Idade Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Pronea – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

Rais – Relação Anual de Informações Sociais

SAF/MDA – Secretaria de Agricultura Familiar / Ministério do Desenvolvimento Agrário

SDS – Social Democracia Sindical

SFIT – Sistema Federal de Inspeção do Trabalho

SIT – Secretaria de Inspeção do Trabalho

SRI – Secretaria de Relações Institucionais

SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural

UC – Unidade de Conservação

URV – Unidade Real de Valor

Capítulo 1

Território e Meio Ambiente

Capítulo 1

Território e Meio Ambiente

Estrutura Fundiária

Distribuição da área territorial oficial Brasil e Unidades da Federação - 2008

Tabela 1

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Em km ²	Em %	Grandes Regiões e Unidades da Federação	Em km ²	Em %
Acre	152.581,4	1,8	Espírito Santo	46.077,5	0,5
Amapá	142.814,6	1,7	Minas Gerais	586.528,3	6,9
Amazonas	1.570.745,7	18,4	Rio de Janeiro	43.696,1	0,5
Pará	1.247.689,5	14,7	São Paulo	248.209,4	2,9
Rondônia	237.576,2	2,8	Sudeste	924.511,3	10,9
Roraima	224.299,0	2,6	Paraná	199.314,9	2,3
Tocantins	277.620,9	3,3	Rio Grande do Sul	281.748,5	3,3
Norte	3.853.327,2	45,3	Santa Catarina	95.346,2	1,1
Alagoas	27.767,7	0,3	Sul	576.409,6	6,8
Bahia	564.692,7	6,6	Distrito Federal	5.801,9	0,1
Ceará	148.825,6	1,7	Goiás	340.086,7	4,0
Maranhão	331.983,3	3,9	Mato Grosso	903.357,9	10,6
Paraíba	56.439,8	0,7	Mato Grosso do Sul	357.125,0	4,2
Pernambuco	98.311,6	1,2	Centro-Oeste	1.606.371,5	18,9
Piauí	251.529,2	3,0			
Rio Grande do Norte	52.796,8	0,6	BRASIL	8.514.876,6	100,0
Sergipe	21.910,3	0,3			
Nordeste	1.554.257,0	18,3			

Fonte: IBGE. Cartografia
Elaboração: DIEESE

Tabela 2

Estrutura Fundiária Brasil 2003

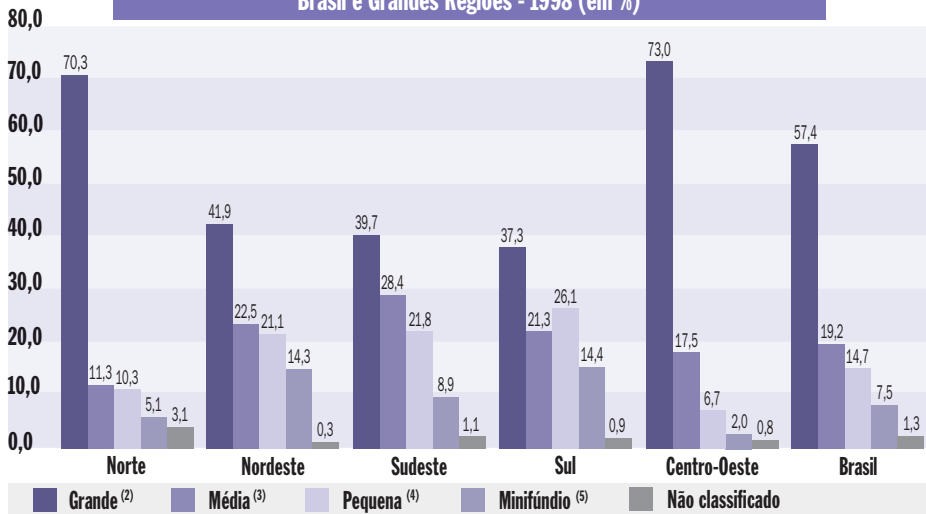
Estratos área total (ha)	Imóveis		Área total		Área média (em ha)
	Nº de imóveis	Em %	Em ha	Em %	
Até 10	1.338.771	31,6	7.616.113	1,8	5,7
De 10 a 25	1.102.999	26,0	18.985.869	4,5	17,2
De 25 a 50	684.237	16,1	24.141.638	5,7	35,3
De 50 a 100	485.482	11,5	33.630.240	8,0	69,3
De 100 a 500	482.677	11,4	100.216.200	23,8	207,6
De 500 a 1000	75.158	1,8	52.191.003	12,4	694,4
De 1000 a 2000	36.859	0,9	50.932.790	12,1	1.381,8
Mais de 2000	32.264	0,8	132.631.509	31,6	4.110,8
TOTAL	4.238.447	100,0	420.345.362	100,0	99,2

Fonte: Incra. II PNRA

Obs.: Situação em agosto de 2003

Distribuição da área total dos imóveis rurais⁽¹⁾ por categoria Brasil e Grandes Regiões - 1998 (em %)

Gráfico 1



Fonte: Incra. Estatísticas Cadastrais. Elaboração: DIEESE

Notas: (1) O conceito de "imóvel rural" definido pelo Incra se encontra no glossário; (2) Imóvel rural de área superior a 15 módulos fiscais;

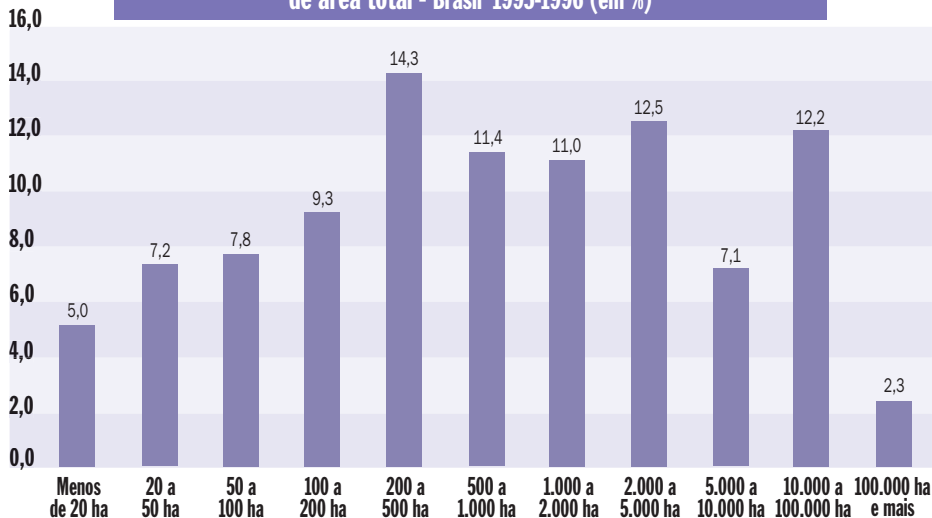
(3) Imóvel rural de área superior a quatro e até 15 módulos fiscais; (4) Imóvel rural de área compreendida entre um e quatro módulos fiscais;

(5) Imóvel rural com área inferior a um módulo fiscal

Obs.: O Incra exclui 149.548 imóveis com dados inconsistentes: imóveis com área total menor que 99% do somatório das áreas exploradas, reserva legal, preservação permanente, inaproveitável e aproveitável não utilizada; imóveis com área total maior que 105% do mesmo somatório

Gráfico 2

Distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários⁽¹⁾ por grupos de área total - Brasil 1995-1996 (em %)



Fonte: IBGE. Censo Agropecuário

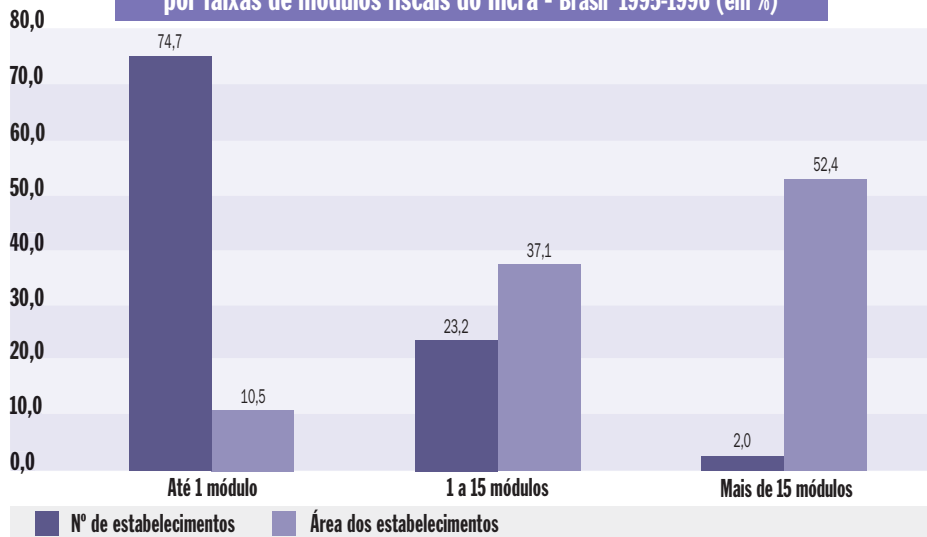
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) O conceito de "estabelecimento agropecuário" definido pelo IBGE se encontra no glossário

Obs.: As faixas de valores excluem o limite superior, por exemplo, onde se lê de 20 a 50 ha entende-se de 20 a 49,99 ha

Distribuição do número e área dos estabelecimentos agropecuários por faixas de módulos fiscais do Incra - Brasil 1995-1996 (em %)

Gráfico 3



Fonte: IBGE. Censo Agropecuário
Elaboração: DIEESE

Tabela 3

Evolução do índice de Gini ⁽¹⁾ da propriedade da terra Brasil e Grandes Regiões 1967-2000

Grandes Regiões	1967	1972	1978	1992	1998	2000
Norte	0,882	0,889	0,898	0,878	0,871	0,714
Nordeste	0,809	0,799	0,819	0,792	0,811	0,780
Sudeste	0,763	0,754	0,765	0,749	0,757	0,750
Sul	0,722	0,706	0,701	0,705	0,712	0,707
Centro-Oeste	0,833	0,842	0,831	0,797	0,798	0,802
BRASIL	0,836	0,837	0,854	0,831	0,843	0,802

Fonte: Inkra. O Brasil Desconcentrando Terras

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) É um indicador de desigualdade muito utilizado para verificar o grau de concentração da terra e da renda. Varia no intervalo de zero a 1, significando que quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade na distribuição, e, quanto mais próximo de zero, menor é a desigualdade. Os valores extremos, zero e 1, indicam perfeita igualdade e máxima desigualdade, respectivamente

Obs.: a) Para permitir uma análise da evolução da estrutura agrária, foi necessário uniformizar a delimitação geográfica das Regiões e Unidades da Federação, agregando Tocantins a Goiás em 1992, reconstituindo o antigo estado de Goiás que é incluído na região Centro-Oeste

b) Para os anos de 1967 a 1998 foi usado o cálculo das *Estatísticas Cadastrais* do Inkra e para 2000 o cálculo da Pesquisa *Novo Cenário Fundiário*

Índice de Gini ⁽¹⁾ da propriedade da terra dos países da América Brasil e países selecionados 1980 - 2000

Tabela 4

País	Ano	Gini
Argentina	1988	0,850
Bahamas	1994	0,872
Barbados	1989	0,928
Bolívia	1989	0,768
Brasil	2000	0,802
Canadá	1980	0,602
Colômbia	1990	0,774
EUA	1987	0,754
Jamaica	1980	0,806
Panamá	1990	0,871
Paraguai	1980	0,928
Porto Rico	1980	0,776
Uruguai	1980	0,803

Fonte: Incra. O Brasil Desconcentrando Terras
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) É um indicador de desigualdade muito utilizado para verificar o grau de concentração da terra e da renda. Varia no intervalo de zero a 1, significando que quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade na distribuição, e, quanto mais próximo de zero, menor é a desigualdade. Os valores extremos, zero e 1, indicam perfeita igualdade e máxima desigualdade, respectivamente.

Tabela 5

Distribuição da área total dos imóveis rurais⁽¹⁾, segundo sua situação jurídica - Brasil e Grandes Regiões 1998 (em %)

Brasil e Grandes Regiões	Propriedade	Propriedade e Posse		Posse	Área total	
	Área registrada	Área registrada	Área de posse	Área de posse	Em %	Em 1.000 ha
Norte	76,2	1,3	0,5	21,9	100,0	92.052,8
Nordeste	79,5	2,9	1,4	16,3	100,0	79.068,8
Sudeste	84,0	6,2	2,1	7,6	100,0	65.721,1
Sul	86,5	6,7	1,6	5,2	100,0	44.187,0
Centro-Oeste	87,0	3,4	1,0	8,6	100,0	133.396,2
BRASIL	82,6	3,6	1,2	12,5	100,0	414.425,9

Fonte: Incra. Estatísticas Cadastrais

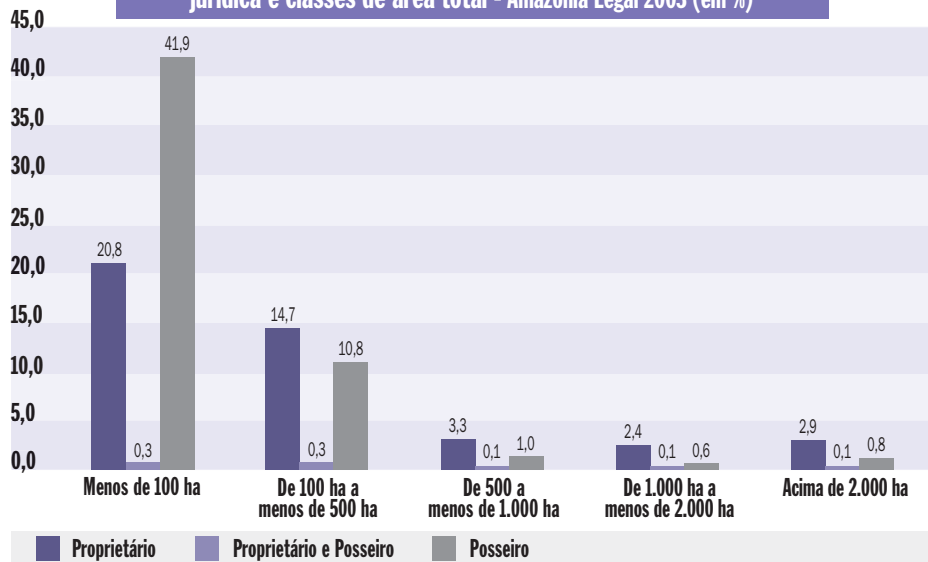
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) O conceito de "imóvel rural" definido pelo IBGE se encontra no glossário

Obs.: O Incra exclui 123.864 imóveis com dados inconsistentes: imóveis cuja soma das áreas registrada, de posse a justo título e de posse por simples ocupação seja maior que 105% ou menor que 95% da área total do imóvel

Distribuição dos imóveis rurais da Amazônia Legal por situação jurídica e classes de área total - Amazônia Legal 2003 (em %)

Gráfico 4



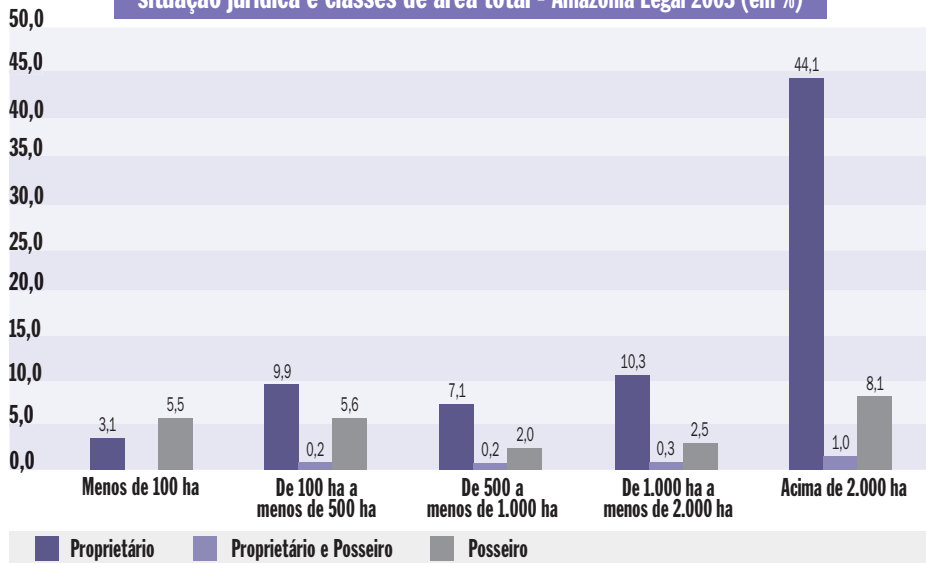
Fonte: Incra. SNCR

Elaboração: DIEESE

Obs.: a) Percentual do total dos imóveis rurais da Amazônia Legal; b) Dados de circulação interna disponibilizados pelo Incra

Gráfico 5

Distribuição da área dos imóveis rurais da Amazônia Legal por situação jurídica e classes de área total - Amazônia Legal 2003 (em %)



Fonte: Incra. SNCR
Elaboração: DIEESE

Obs.: a) Percentual do total da área dos imóveis rurais da Amazônia Legal; b) Dados de circulação interna disponibilizados pelo Incra

Capítulo 1

Território e Meio Ambiente

Estrutura Produtiva

Distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários ⁽¹⁾ por tipo de utilização - Brasil e Grandes Regiões 1995-1996 (em %)

Tabela 6

Tipo de produção	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Lavouras permanentes	1,3	3,4	5,1	1,5	0,2	2,1
Lavouras temporárias	2,1	9,8	11,4	26,3	5,8	9,7
Lavouras temporárias em descanso	1,9	5,2	1,7	2,7	0,8	2,4
Pastagens naturais	16,5	25,5	27,0	30,8	16,1	22,1
Pastagens plantadas	25,3	15,5	31,9	15,8	41,8	28,2
Matas e florestas naturais	43,7	24,8	12,0	12,0	28,6	25,1
Matas e florestas artificiais	0,4	0,5	3,9	4,3	0,3	1,5
Terras produtivas não utilizadas	5,8	11,0	2,0	1,4	2,2	4,6
Terras inaproveitáveis	3,0	4,3	4,9	5,3	4,2	4,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) O conceito de "estabelecimento agropecuário" definido pelo IBGE se encontra no glossário

Tabela 7

Distribuição da área total das pastagens segundo faixa de Unidades Animais por hectare de pastagem - Brasil e Grandes Regiões 1998 (em %)

Brasil e Grandes Regiões	Até 0,4 UA	0,4 a 0,8 UA	0,8 a 1,5 UAs	1,5 a 2 ou mais UAs	Área total	
					Em %	Em 1.000 ha
Norte	69,4	21,8	7,5	1,4	100,0	18.931,7
Nordeste	72,3	19,0	6,6	2,0	100,0	33.321,2
Sudeste	36,4	32,1	25,9	5,6	100,0	36.834,8
Sul	13,3	26,3	48,9	11,5	100,0	19.764,6
Centro-Oeste	45,1	33,1	19,1	2,6	100,0	61.882,8
BRASIL	47,6	28,1	20,3	4,0	100,0	170.735,1

Fonte: Incra. Estatísticas Cadastrais

Elaboração: DIEESE

Obs.: a) As faixas de valores excluem o limite superior, por exemplo, onde se lê de 0,4 a 0,8 entende-se de 0,4 a 0,79

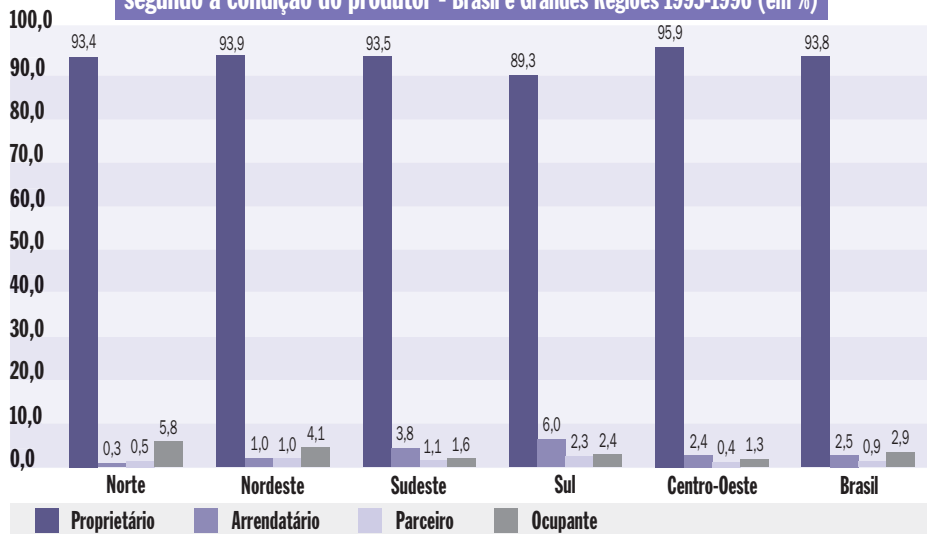
b) UA: Unidade Animal é a representação do rebanho de diferentes espécies e/ou idades em uma unidade homogênea. Uma Unidade Animal corresponde a 450 kg de peso vivo

c) A unidade UA por hectare de pastagem expressa o grau de eficiência no uso das pastagens. Quanto mais Unidades Animais por hectare, mais eficiente

d) O Incra exclui 22.121 imóveis com dados inconsistentes: imóveis para os quais a relação entre os números de Unidades Animais e a área de pastagens for maior que 12

Distribuição da área total dos estabelecimentos agropecuários⁽¹⁾ segundo a condição do produtor - Brasil e Grandes Regiões 1995-1996 (em %)

Gráfico 6



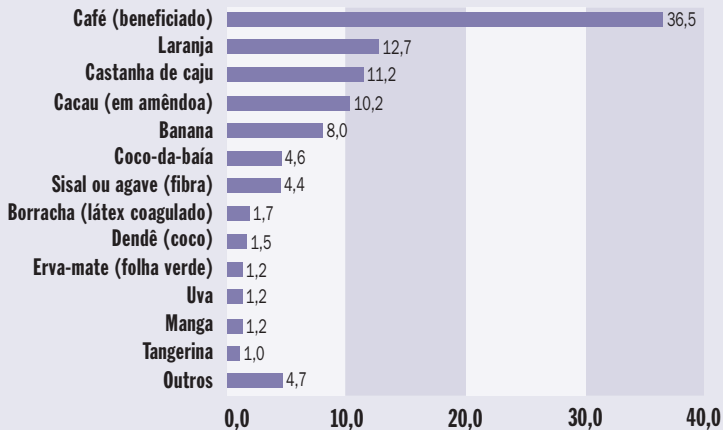
Fonte: IBGE. Censo Agropecuário

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) O conceito de “estabelecimento agropecuário” definido pelo IBGE se encontra no glossário

Gráfico 7

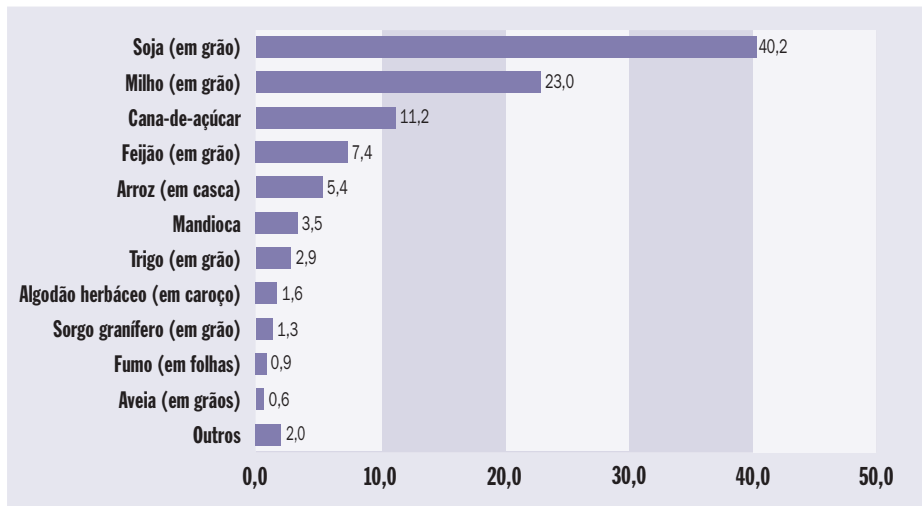
Distribuição da área colhida da lavoura permanente Brasil 2006 (em %)



Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal
Elaboração: DIEESE

Distribuição da área colhida da lavoura temporária Brasil 2006 (em %)

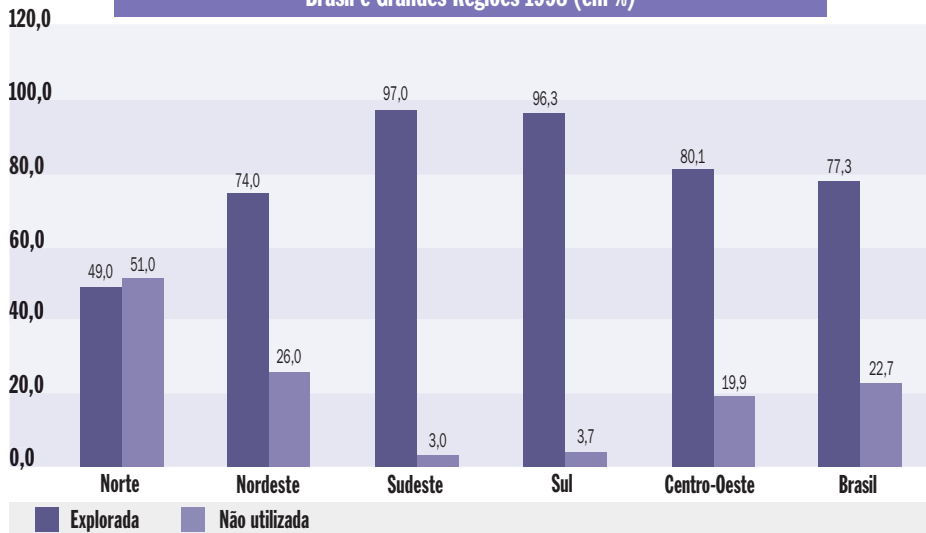
Gráfico 8



Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal
Elaboração: DIEESE

Gráfico 9

Distribuição das áreas exploráveis, segundo utilização Brasil e Grandes Regiões 1998 (em %)



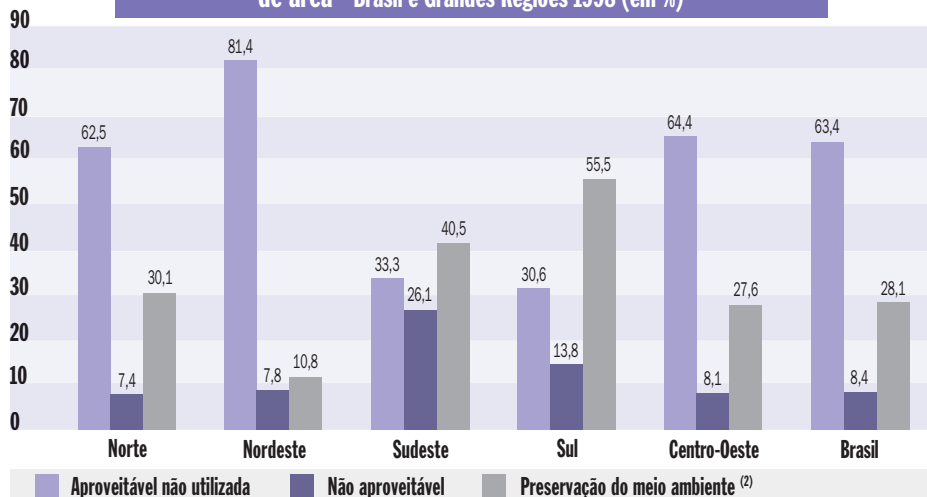
Fonte: Inbra. Estatísticas Cadastrais

Elaboração: DIEESE

Obs.: O Inbra exclui 149.548 imóveis com dados inconsistentes: imóveis com área total menor que 99% do somatório das áreas exploradas, reserva legal, preservação permanente, inaproveitável e aproveitável não utilizada; imóveis com área total maior que 105% do mesmo somatório

Distribuição das áreas dos imóveis rurais ⁽¹⁾ não explorados por tipo de área - Brasil e Grandes Regiões 1998 (em %)

Gráfico 10



Grandes Regiões	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Área dos imóveis (em 1.000 ha)	21.018,2	4.112,6	1.379,2	701,7	11.137,3	38.348,9

■ Fonte: Incra. Estatísticas cadastrais. Elaboração: DIEESE

Notas: (1) O conceito de "imóvel rural" definido pelo Incra se encontra no glossário, (2) Áreas destinadas à Reserva Legal e Preservação Permanente.
 Obs.: O Incra exclui 26.682 imóveis com dados inconsistentes: imóveis com área total menor que 99% do somatório das áreas exploradas, reserva legal, preservação permanente, inaproveitável e aproveitável não utilizada; imóveis com área total maior que 105% do mesmo somatório

Capítulo 1

Território e Meio Ambiente

Meio Ambiente

Distribuição das áreas das Unidades de Conservação (UC) Federais e Estaduais por categoria - Brasil 2007 (em ha)

Tabela 8

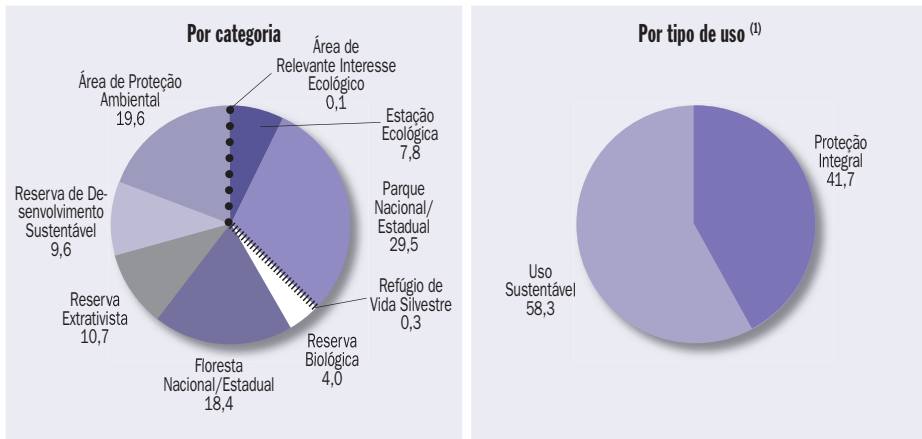
Categoria	Área das UCs federais	Área das UCs estaduais	Área total das UCs	Participação em relação ao total (%)	Participação em relação à área continental do Brasil (%)
Estação Ecológica	7.259.050	537.397	7.796.447	7,8	0,9
Monumento Natural	-	29.647	29.647	0,0	0,0
Parque Nacional/Estadual	21.943.358	7.530.915	29.474.272	29,5	3,5
Refúgio de Vida Silvestre	169.083	112.120	281.203	0,3	0,0
Reserva Biológica	3.866.723	154.884	4.021.607	4,0	0,5
Floresta Nacional/Estadual ⁽¹⁾	16.843.208	1.534.876	18.378.084	18,4	2,2
Reserva Extrativista	10.247.016	410.895	10.657.911	10,7	1,3
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	64.441	9.507.817	9.572.258	9,6	1,1
Área de Proteção Ambiental	9.293.631	10.289.604	19.583.235	19,6	2,3
Área de Relevante Interesse Ecológico	43.202	12.589	55.790	0,1	0,0
TOTAL	69.729.711	30.120.743	99.850.454	100,0	11,7

Fonte: MMA. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) A redução de área na categoria Floresta Nacional, em relação à publicação anterior, é decorrente do ajuste técnico no cálculo dessas áreas e da não contabilização de onze florestas nacionais que estão totalmente sobrepostas às terras indígenas da Cabeça do Cachorro

Obs.: a) Área continental do Brasil: 851.587.097 ha; não inclui as ilhas oceânicas; b) Situação em dezembro de 2007; c) Exclui as áreas das reservas particulares do patrimônio nacional; d) Dados de circulação interna do MMA

Distribuição das áreas das Unidades de Conservação Federais e Estaduais por categoria e tipo de uso - Brasil 2007 (em %)



Fonte: MMA. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) As categorias Estação Ecológica, Parque Nacional/Estadual, Refúgio de Vida Silvestre e Reserva Biológica correspondem às áreas de Proteção Integral, as demais categorias são de Uso Sustentável

Obs.: a) Situação em dezembro de 2007

b) Excluí as áreas das reservas particulares do patrimônio nacional

c) Dados de circulação interna do MMA

Incremento na área das Unidades de Conservação Federais por categoria - Brasil 2003-2007 (em ha)

Tabela 9

Categoria	Até 2002 (a)	2003 a 2007 (b)	Variação % (b/a)
Estação Ecológica	3.803.645	3.455.405	90,8
Parque Nacional	17.541.685	4.401.673	25,1
Refúgio da Vida Silvestre	128.051	41.032	32,0
Reserva Biológica	3.382.912	483.811	14,3
Área de Proteção Ambiental	7.232.472	2.061.158	28,5
Área de Relevante Interesse Ecológico	43.202	-	-
Floresta Nacional ⁽¹⁾	12.711.556	4.131.652	32,5
Reserva Extrativista	5.177.625	5.069.391	97,9
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	-	64.441	-
TOTAL	50.021.148	19.708.563	39,4

■ Fonte: MMA. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) A redução de área na categoria Floresta Nacional, em relação à publicação anterior, é decorrente do ajuste técnico no cálculo dessas área e da não contabilização de onze florestas nacionais que estão totalmente sobrepostas às terras indígenas da Cabeça do Cachorro

Obs.: a) Situação em dezembro de 2007

b) Dados de circulação interna do MMA

Tabela 10

Distribuição das áreas das Unidades de Conservação (UC) Federais por categoria - Amazonia Legal 2007

Categoria	Tipo de uso	Área das UCs (ha)	Participação em relação ao total (%)	Participação em relação à área da Amazônia Legal (%)
Estação Ecológica	Proteção Integral	6.765.915	11,5	1,3
Parque Nacional	Proteção Integral	19.101.421	32,5	3,8
Reserva Biológica	Proteção Integral	3.638.184	6,2	0,7
Área de Proteção Ambiental	Uso Sustentável	2.476.078	4,2	0,5
Área de Relevante Interesse Ecológico	Uso Sustentável	18.713	0,0	0,0
Floresta Nacional	Uso Sustentável	16.773.063	28,5	3,3
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Uso Sustentável	64.441	0,1	0,0
Reserva Extrativista	Uso Sustentável	9.912.088	16,9	2,0
TOTAL		58.749.904	100,0	11,7

Fonte: MMA. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação

Elaboração: DIEESE

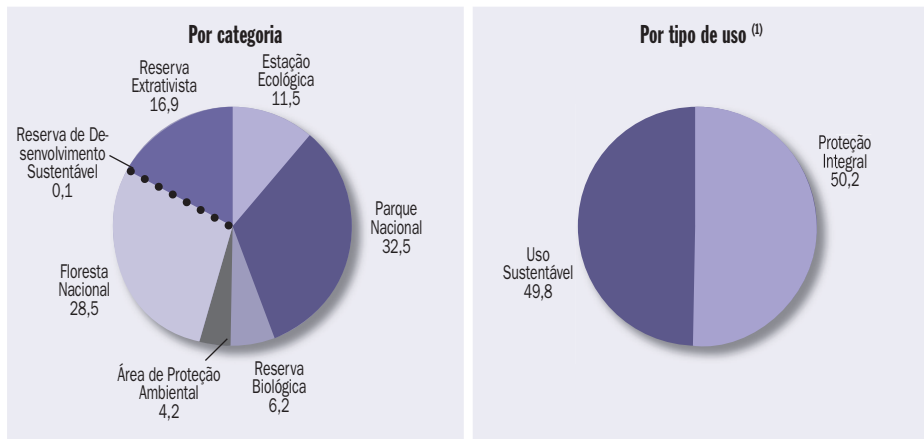
Obs.: a) A Amazônia Legal corresponde aos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e tem uma área de 501 952 473,88 ha.

b) Situação em dezembro de 2007

c) Dados de circulação interna do MMA

Distribuição das áreas das Unidades de Conservação Federais por categoria e tipo de uso - Amazonia Legal 2007 (em %)

Gráfico 12



Fonte: MMA. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) As categorias Estação Ecológica, Parque Nacional e Reserva Biológica correspondem às áreas de Proteção Integral, as demais categorias são de Uso Sustentável

Obs.: a) A Amazônia Legal corresponde aos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e tem uma área de 501.952.473,88 ha

b) Situação em dezembro de 2007

Tabela 11

Área total dos biomas ⁽¹⁾ e área protegida por tipo de uso Brasil 2007 (em 1.000 ha)

Bioma	Área total do bioma	Total da área protegida			
		Proteção integral	Uso sustentável	Total	Total (em % da área total do bioma)
Amazônia	419.880	26.674	28.587	55.261	13,2
Caatinga	82.796	671	2.668	3.339	4,0
Cerrado	204.121	4.189	1.710	5.899	2,9
Mata Atlântica	111.777	1.002	2.148	3.150	2,8
Pampa	17.895	143	320	463	2,6
Pantanal	15.118	150	0	150	1,0
Área Marinha ⁽²⁾	421.200	409	1.058	1.467	0,3

Fonte: MMA. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Área das Unidades de Conservação Federais

(2) Inclui o mar territorial e a zona econômica exclusiva marinha

Obs.: a) Situação em dezembro de 2007

b) Dados de circulação interna do MMA

Capítulo 2

Indicadores Demográficos e Sociais

Capítulo 2

Indicadores Demográficos e Sociais

Características Gerais da População Rural

Estimativa da população por local de residência Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação 2006

Tabela 12

Grandes Regiões e Unidades da Federação	População urbana		População rural		Total	
	Em 1.000 pessoas	Em %	Em 1.000 pessoas	Em %	Em 1.000 pessoas	Em %
Acre	462	69,6	202	30,4	664	100,0
Amapá	580	93,7	39	6,3	619	100,0
Amazonas	2.601	77,6	750	22,4	3.351	100,0
Pará	5.367	75,2	1.770	24,8	7.136	100,0
Rondônia	1.069	68,2	499	31,8	1.567	100,0
Roraima	334	82,5	72	17,8	405	100,0
Tocantins	991	74,1	347	26,0	1.337	100,0
Norte	11.404	75,6	3.679	24,4	15.079	100,0
Alagoas	2.061	67,4	996	32,6	3.057	100,0
Bahia	9.419	67,4	4.555	32,6	13.974	100,0
Ceará	6.294	76,4	1.944	23,6	8.238	100,0
Maranhão	4.154	67,0	2.045	33,0	6.199	100,0
Paraíba	2.769	76,3	859	23,7	3.628	100,0
Pernambuco	6.546	76,8	1.972	23,2	8.518	100,0
Piauí	1.847	60,7	1.195	39,3	3.041	100,0
Rio Grande do Norte	2.209	72,4	842	27,6	3.051	100,0
Sergipe	1.650	82,2	357	17,8	2.007	100,0
Nordeste	36.949	71,5	14.765	28,6	51.713	100,0

continua

Tabela 12

Estimativa da população por local de residência Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação 2006

conclusão

Grandes Regiões e Unidades da Federação	População urbana		População rural		Total	
	Em 1.000 pessoas	Em %	Em 1.000 pessoas	Em %	Em 1.000 pessoas	Em %
Espírito Santo	2.855	82,2	619	17,8	3.474	100,0
Minas Gerais	16.529	84,7	2.993	15,3	19.522	100,0
Rio de Janeiro	15.106	96,9	488	3,1	15.593	100,0
São Paulo	38.921	94,6	2.243	5,4	41.164	100,0
Sudeste	73.411	92,0	6.343	8,0	79.753	100,0
Paraná	8.795	84,5	1.614	15,5	10.410	100,0
Rio Grande do Sul	8.956	81,5	2.028	18,5	10.984	100,0
Santa Catarina	4.928	82,5	1.047	17,5	5.974	100,0
Sul	22.679	82,9	4.689	17,1	27.368	100,0
Distrito Federal	2.250	94,0	143	6,0	2.393	100,0
Goiás	5.093	88,6	657	11,4	5.750	100,0
Mato Grosso	2.196	76,6	670	23,4	2.866	100,0
Mato Grosso do Sul	1.952	84,7	352	15,3	2.304	100,0
Centro-Oeste	11.491	86,3	1.822	13,7	13.313	100,0
BRASIL	155.934	83,3	31.294	16,7	187.228	100,0

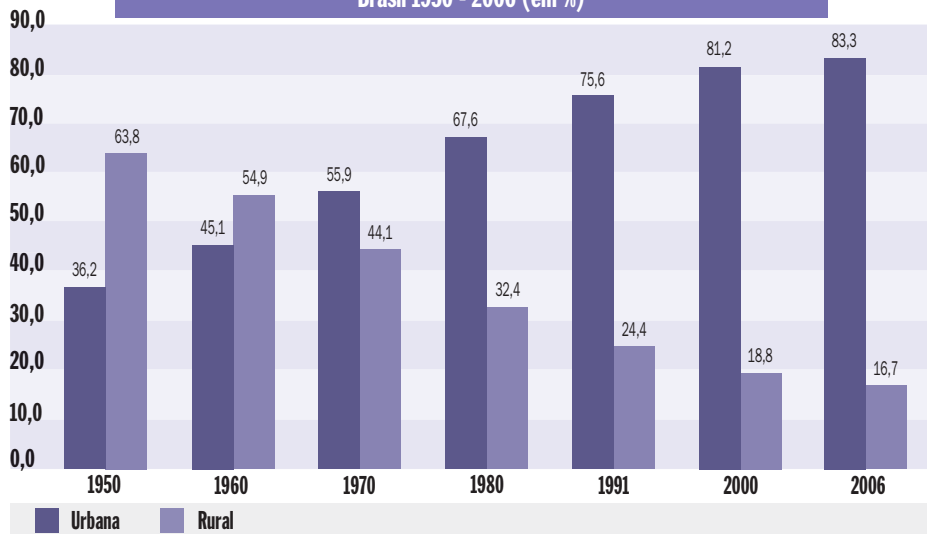
Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Obs.: a) As somas das Unidades da Federação estão diferentes do total do Brasil devido aos arredondamentos

b) Por se tratar de uma amostra, a população total estimada pela Pnad 2006 difere do resultado da Contagem 2007, que é um censo dos municípios com até 170 mil habitantes e uma estimativa da população dos demais municípios

Evolução da população por local de residência Brasil 1950 - 2006 (em %)

Gráfico 13



Fonte: IBGE. Censo Demográfico; IBGE. Pnad

Elaboração: DIEESE

Obs.: a) Para 1950: população presente; b) Para 1960: população recenseada; c) Para 1970 até 2000: população residente; d) Para 1970 e 1980: dados da amostra; e) Para 1991: dados do total da população; f) Para 2000: dados da sinopse preliminar; g) Para 2006: estimativa da população (dados da Pnad)

Tabela 13

Distribuição dos municípios e da população por classes de tamanho dos municípios - Brasil 2007

Classes de municípios (número de habitantes)	Municípios		População	
	Em nºs absolutos	Em %	Em nºs absolutos	Em %
Até 10.000	2.601	46,7	13.506.721	7,3
De 10.001 a 20.000	1.403	25,2	20.011.221	10,9
De 20.001 a 50.000	994	17,9	29.987.753	16,3
De 50.001 a 100.000	313	5,6	21.847.139	11,9
De 100.001 a 200.000	128	2,3	17.491.546	9,5
De 200.001 a 500.000	89	1,6	27.336.599	14,9
De 500.001 a 1.000.000	22	0,4	15.308.624	8,3
Mais de 1.000.000	14	0,3	38.500.108	20,9
BRASIL	5.564	100,0	183.989.711	100,0

Fonte: IBGE. Contagem 2007

Elaboração: DIEESE

Obs.: inclui os municípios recenseados e a população estimada

Distribuição da população por sexo, segundo local de residência Brasil 2006 (em %)

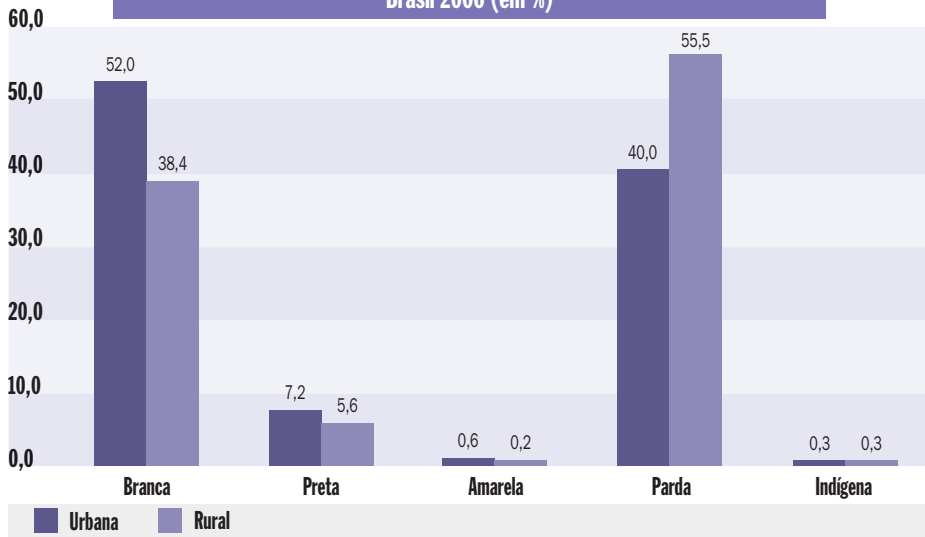
Gráfico 14



Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Gráfico 15

Distribuição da população por cor ou raça, segundo local de residência Brasil 2006 (em %)



Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Obs.: Exclui as pessoas que não declararam a cor

Distribuição da população residente na área rural por cor ou raça - Brasil e Grandes Regiões 2006 (em %)

Tabela 14

Brasil e Grandes Regiões	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Total	
						Em %	Em 1.000 pessoas
Norte	18,8	5,9	0,2	74,7	0,4	100,0	3.677
Nordeste	25,5	6,1	0,1	68,0	0,3	100,0	14.764
Sudeste	48,9	7,3	0,2	43,4	0,1	100,0	6.342
Sul	81,1	2,1	0,2	16,4	0,3	100,0	4.689
Centro-Oeste	36,9	3,3	0,3	58,2	1,3	100,0	1.822
BRASIL	38,4	5,6	0,2	55,5	0,3	100,0	31.294

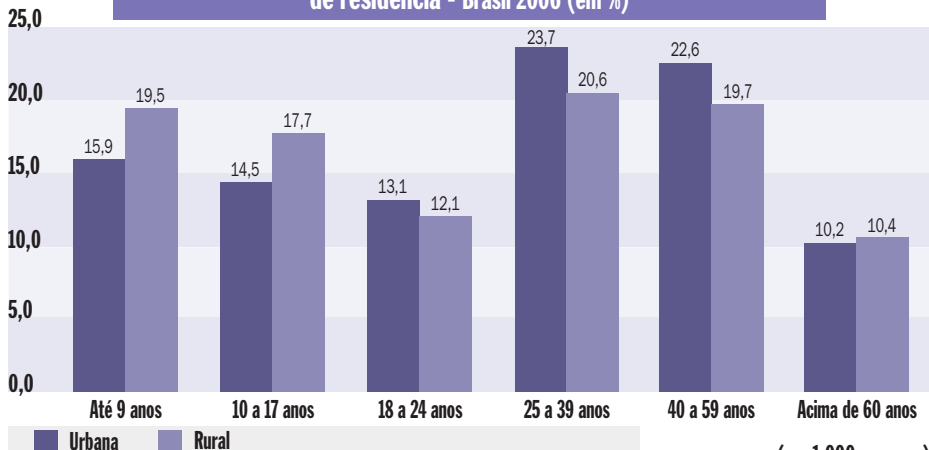
Fonte: IBGE. Pnad

Elaboração: DIEESE

Obs.: Exclui as pessoas que não declararam a cor

Gráfico 16

Distribuição e estimativa da população por faixa etária, segundo local de residência - Brasil 2006 (em %)



(em 1.000 pessoas)

Local de residência	Até 9 anos	10 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	Acima de 60 anos	Total
Urbana	24.843	22.598	20.490	36.954	35.220	15.828	155.933
Rural	6.101	5.529	3.795	6.445	6.174	3.249	31.293

Fonte: IBGE. Pnad. Elaboração: DIEESE

Obs.: Exclui as pessoas com idade ignorada

Distribuição da população residente na área rural por faixa etária Brasil e Grandes Regiões 2006 (em %)

Tabela 15

Faixa etária	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Até 9 anos	23,8	21,0	16,8	15,3	18,8	19,5
10 a 17 anos	19,8	18,9	15,9	15,4	15,6	17,7
18 a 24 anos	12,2	13,2	11,4	10,1	10,8	12,1
25 a 39 anos	21,1	19,6	21,5	20,9	23,8	20,6
40 a 59 anos	16,6	17,2	22,8	25,3	21,6	19,7
Acima de 60 anos	6,5	10,1	11,7	13,0	9,4	10,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

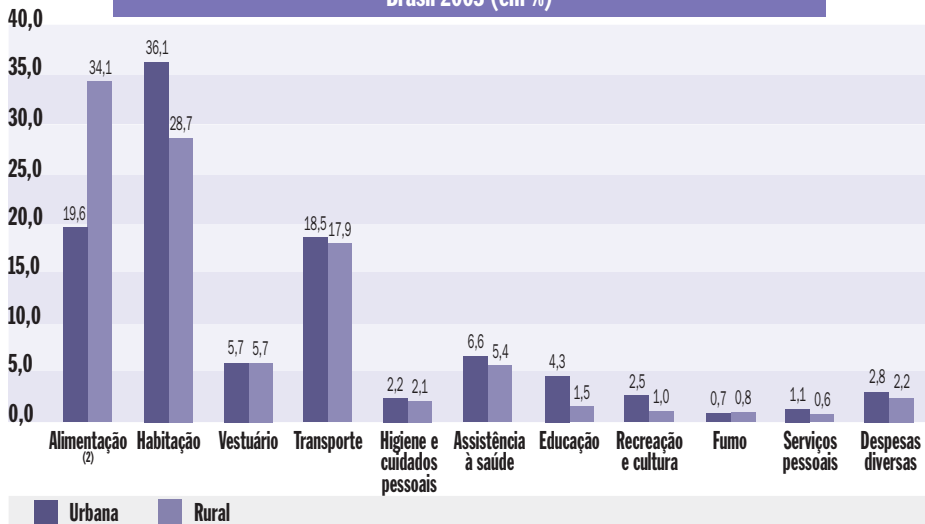
Fonte: IBGE. Pnad

Elaboração: DIEESE

Obs.: Exclui as pessoas com idade ignorada

Gráfico 17

Estrutura da despesa média familiar ⁽¹⁾ por local de residência Brasil 2003 (em %)



Fonte: IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Inclui as despesas médias monetárias e não monetárias; (2) Aquisição total com alimentação realizada pela unidade de consumo, tanto a destinada e utilizada no domicílio quanto aquelas realizadas e consumidas fora do domicílio

Obs.: O termo família está sendo utilizado para indicar a unidade de investigação da pesquisa "Unidade de Consumo"

Proporção de indigentes e pobres, segundo local de residência Brasil 2002-2003 (em %)

Tabela 16

População	Metropolitana	Urbana	Rural
Indigentes 1 ⁽¹⁾	3	4	7
Indigentes 2 ⁽²⁾	4	6	8
Pobres 1 ⁽¹⁾	12	16	21
Pobres 2 ⁽²⁾	15	19	23

Fonte: IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Limites de consumo calórico específicos para cada contexto geográfico

(2) Limite único de consumo calórico mínimo (2.400 Kcal/dia/adulto-equivalente)

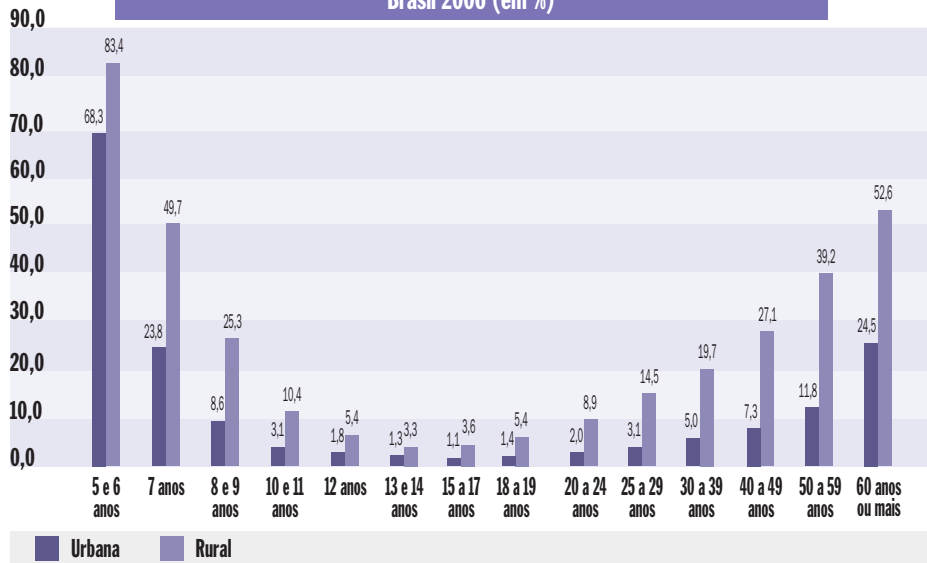
Capítulo 2

Indicadores Demográficos e Sociais

Educação e Saúde

Taxa de analfabetismo ⁽¹⁾ por local de residência e faixa etária Brasil 2006 (em %)

Gráfico 18



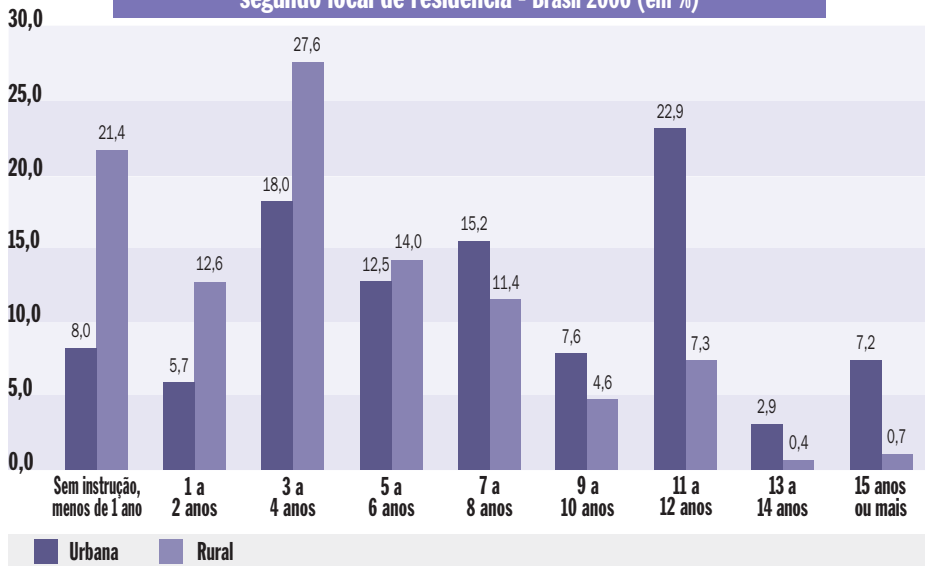
Fonte: IBGE, Pnad. Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Trata-se da proporção de pessoas não alfabetizadas em relação ao total de pessoas em cada grupo de idade

Obs.: Excluiu as pessoas com idade ignorada

Gráfico 19

Distribuição da população por grupos de anos de estudo, segundo local de residência - Brasil 2006 (em %)



Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Obs.: a) Pessoas de 10 anos ou mais de idade; b) Exclui as pessoas com tempo de estudo não determinado e sem declaração

Estimativa da população residente na área rural por sexo e grupos de anos de estudo - Brasil 2006 (em 1.000 pessoas)

Tabela 17

Sexo	Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	1 a 2 anos	3 a 4 anos	5 a 6 anos	7 a 8 anos	9 a 10 anos	11 a 12 anos	13 a 14 anos	15 anos ou mais	Total ⁽¹⁾
Masculino	3.027	1.794	3.632	1.796	1.439	540	799	44	71	13.174
Feminino	2.357	1.365	3.305	1.717	1.435	605	1.028	66	107	12.019
TOTAL	5.384	3.159	6.936	3.513	2.873	1.144	1.828	111	177	25.193

Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui as pessoas com tempo de estudo não determinado e sem declaração

Obs.: Refere-se às pessoas de 10 anos ou mais de idade

Tabela 18

Distribuição dos estudantes de 5 anos ou mais por grau de escolaridade cursado, segundo sexo e local de residência - Brasil 2006 (em %)

Grau de escolaridade cursado	Urbana		Rural	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Pré-escolar	9,4	8,6	8,9	8,6
Primeiro grau ⁽¹⁾	61,7	57,3	78,7	74,2
Segundo grau ⁽²⁾	17,8	20,3	11,1	14,5
Superior ⁽³⁾	11,0	13,9	1,3	2,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Pnad

Elaboração: DIEESE

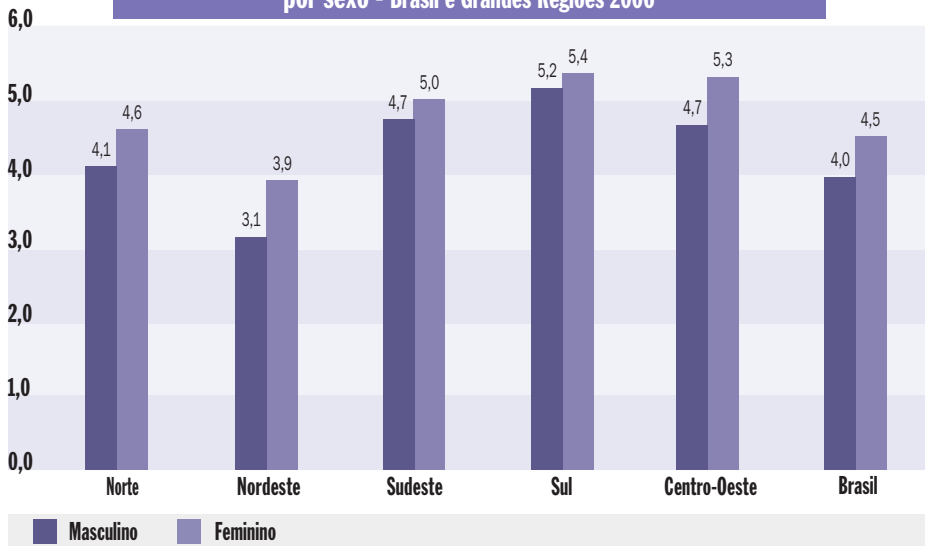
Notas: (1) A categoria Primeiro grau inclui os estudantes de curso de alfabetização de adultos

(2) A categoria Segundo grau inclui os estudantes de curso pré-vestibular

(3) A categoria Superior inclui os estudantes de curso de mestrado ou doutorado

Número médio de anos de estudo da população residente na área rural por sexo - Brasil e Grandes Regiões 2006

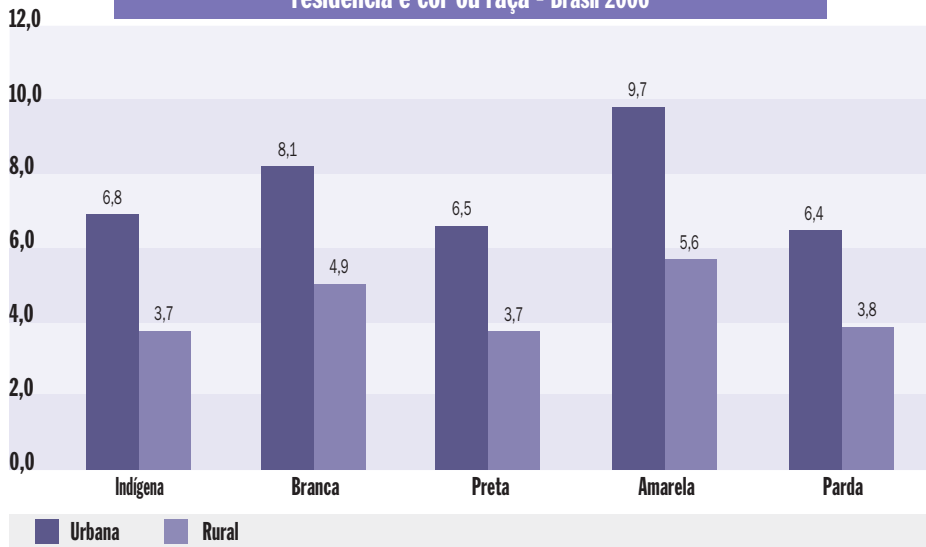
Gráfico 20



Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE
Obs.: População com 10 anos ou mais de idade

Gráfico 21

Número médio de anos de estudo da população por local de residência e cor ou raça - Brasil 2006



Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE
Obs.: População com 10 anos ou mais de idade

Distribuição da população por cobertura e tipo de plano de saúde, segundo local de residência - Brasil 2003

Tabela 19

Cobertura e tipo	Urbana		Rural	
	Em 1.000 pessoas	Em %	Em 1.000 pessoas	Em %
Cobertos	41.564	28,0	1.638	6,0
Planos de assistência ao servidor público	8.732	5,9	272	1,0
Planos de empresas privadas	32.832	22,1	1.366	5,0
Não cobertos	106.862	72,0	25.907	94,0
População residente ⁽¹⁾	148.426	100,0	27.545	100,0

Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Exclui as pessoas que não declararam o tipo de plano de saúde

Obs.: Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá

Tabela 20

Proporção da população ⁽¹⁾ por sexo e local de residência segundo existência de déficit ou excesso de peso e obesidade - Brasil 2002-2003 (em %)

Característica	Urbana		Rural	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Déficit de peso	2,6	5,1	3,5	6,1
Excesso de peso	43,8	40,0	28,5	40,8
Obesidade	9,6	13,2	5,2	12,7

Fonte: IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Considerada a população com mais de 20 anos

Distribuição das mulheres⁽¹⁾ por número de filhos nascidos vivos, segundo local de residência - Brasil 2000 (em %)

Tabela 21

Número de filhos nascidos vivos	Urbana	Rural	Total
1 filho	23,4	16,3	22,3
2 filhos	27,8	19,7	26,5
3 filhos	19,1	16,3	18,7
4 filhos	9,5	11,0	9,8
5 filhos	5,6	7,8	6,0
6 filhos ou mais	14,5	29,0	16,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Mulheres de 10 anos ou mais de idade

Obs.: Dados da amostra

Capítulo 2

Indicadores Demográficos e Sociais

Características dos Domicílios

Distribuição das pessoas responsáveis pelo domicílio por sexo, segundo local de residência - Brasil e Grandes Regiões 2006 (em %)

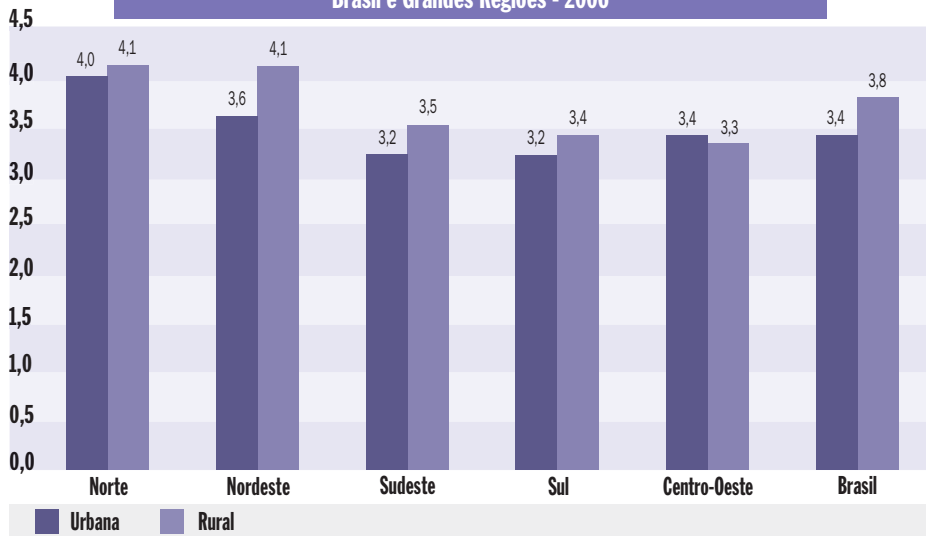
Tabela 22

Brasil e Grandes Regiões	Urbana			Rural		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Norte	66,7	33,3	100,0	86,6	13,4	100,0
Nordeste	66,4	33,6	100,0	84,5	15,5	100,0
Sudeste	69,1	30,9	100,0	84,3	15,7	100,0
Sul	70,6	29,4	100,0	86,5	13,5	100,0
Centro-Oeste	70,1	29,9	100,0	90,7	9,3	100,0
BRASIL	68,7	31,3	100,0	85,4	14,6	100,0

Fonte: IBGE, Pnad
Elaboração: DIEESE

Gráfico 22

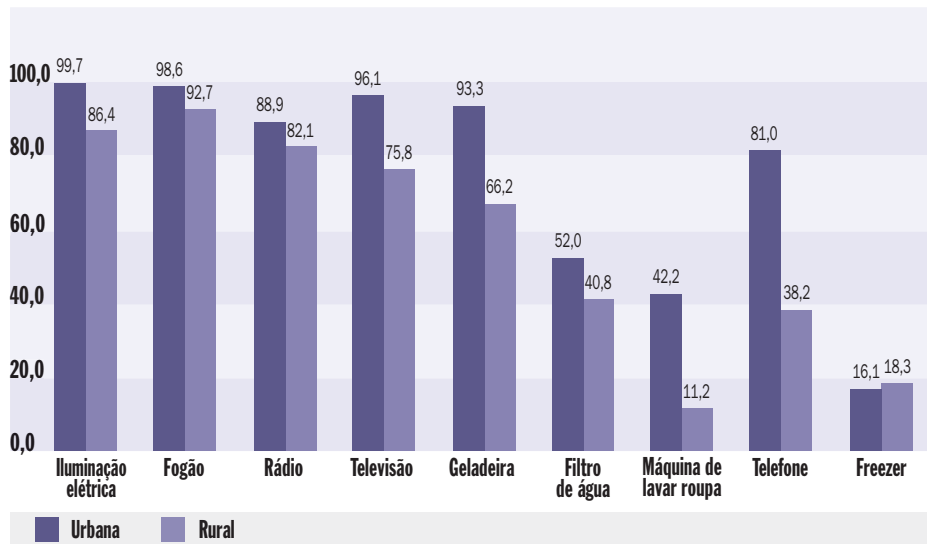
Número médio de moradores por domicílio segundo local de residência Brasil e Grandes Regiões - 2006



Fonte IBGE, Pnad
Elaboração: DIEESE

Proporção de domicílios urbanos e rurais com equipamentos básicos e outros bens duráveis - Brasil 2006 (em %)

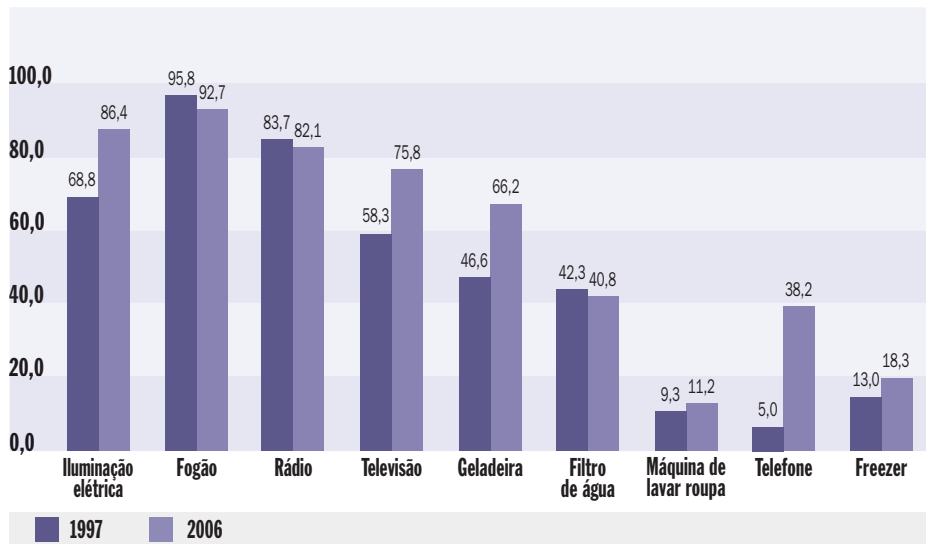
Gráfico 23



Fonte: IBGE, Pnad
Elaboração: DIEESE
Obs.: Exclui os domicílios sem declaração

Gráfico 24

Proporção de domicílios rurais com equipamentos básicos e outros bens duráveis - Brasil 1997-2006 (em %)



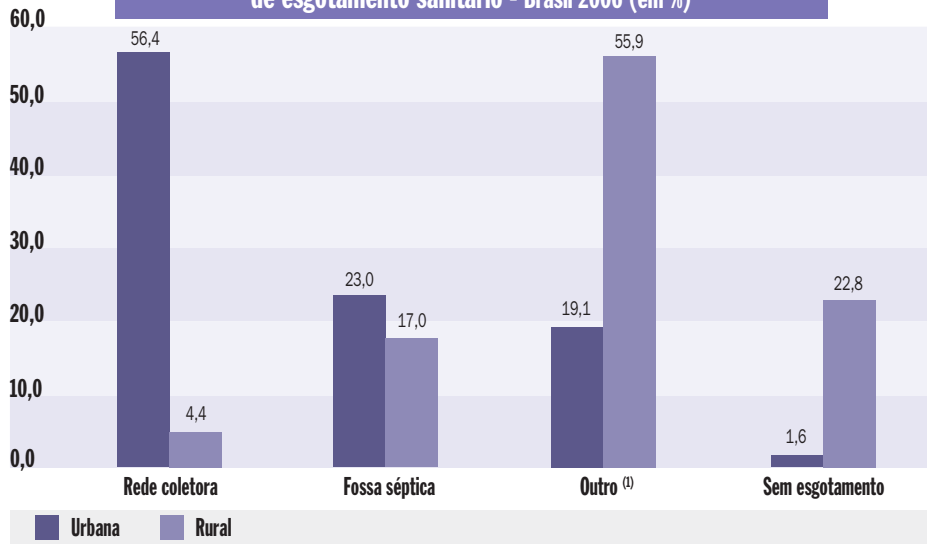
Fonte: IBGE. Pnad. Elaboração: DIEESE

Obs.: a) Em 1997, exclusive os domicílios rurais dos estados de Roraima, Rondônia, Acre, Amazonas, Pará e Amapá

b) A delimitação das áreas rurais foi atualizada pelo IBGE em 2001

Distribuição dos domicílios urbanos e rurais por tipo de esgotamento sanitário - Brasil 2006 (em %)

Gráfico 25



Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Outro: quando os dejetos são esgotados para uma fossa rudimentar (fossa negra, poço, buraco etc.), diretamente para uma vala, rio, lago ou mar, ou quando o escoadouro não se enquadra em rede coletora ou fossa séptica. Obs.: Exclui os domicílios sem declaração

Tabela 23

Distribuição dos domicílios rurais por tipo de esgotamento sanitário Brasil e Grandes Regiões 1997-2006 (em %)

Brasil e Grandes Regiões	Rede coletora	Fossa séptica	Outro ⁽¹⁾	Sem esgotamento	Total	Total (em 1.000 domicílios)
1997						
Norte	-	-	-	-	-	-
Nordeste	2,0	5,4	32,5	60,1	100,0	3.753
Sudeste	9,3	11,1	62,4	17,2	100,0	1.921
Sul	0,7	30,7	58,7	9,9	100,0	1.381
Centro-Oeste	1,0	4,9	67,1	27,0	100,0	530
BRASIL	3,5	11,4	47,2	37,9	100,0	7.683
2006						
Norte	0,4	20,7	58,1	20,7	100,0	898
Nordeste	2,0	8,2	48,9	41,0	100,0	3.635
Sudeste	14,3	16,0	63,0	6,6	100,0	1.810
Sul	1,8	43,3	51,0	3,9	100,0	1.398
Centro-Oeste	0,9	5,0	87,5	6,6	100,0	542
BRASIL	4,4	17,0	55,9	22,8	100,0	8.283

Fonte: IBGE. Pnad. Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Outro: quando os dejetos são esgotados para uma fossa rudimentar (fossa negra, poço, buraco etc.), diretamente para uma vala, rio, lago ou mar, ou quando o escoadouro não se enquadra em rede coletora ou fossa séptica

Obs: a) Exclui os domicílios sem declaração; b) Em 1997, exclusive os domicílios rurais dos estados de Roraima, Rondônia, Acre, Amazonas, Pará e Amapá; c) A delimitação das áreas rurais foi atualizada pelo IBGE em 2001

Distribuição dos domicílios urbanos e rurais por forma de abastecimento de água - Brasil 2006

Tabela 24

Forma de abastecimento de água	Urbanos		Rurais	
	Em 1.000 domicílios	Em %	Em 1.000 domicílios	Em %
Com canalização interna	44.666	96,4	5.153	62,2
Com canalização interna - rede geral	42.421	91,6	1.851	22,3
Com canalização interna - outra forma	2.244	4,8	3.302	39,9
Sem canalização interna	1.661	3,6	3.131	37,8
Sem canalização interna - rede geral	738	1,6	432	5,2
Sem canalização interna - outra forma	923	2,0	2.698	32,6
TOTAL DE DOMICÍLIOS	46.326	100,0	8.283	100,0

Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Tabela 25

Distribuição dos domicílios rurais por a forma de abastecimento de água - Brasil e Grandes Regiões 2006 (em %)

Forma de abastecimento de água	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Com canalização interna	46,5	36,6	88,8	94,8	86,7	62,2
Com canalização interna - rede geral	11,1	20,5	27,3	31,1	14,0	22,3
Com canalização interna - outra forma	35,4	16,1	61,5	63,7	72,7	39,9
Sem canalização interna	53,5	63,4	11,2	5,2	13,3	37,8
Sem canalização interna - rede geral	4,9	9,6	1,5	0,6	0,7	5,2
Sem canalização interna - outra forma	48,6	53,8	9,7	4,6	12,5	32,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Capítulo 3

Trabalho e Rendimento

Capítulo 3

Trabalho e Rendimento

Características Gerais do Trabalho no Meio Rural

Estimativa da população residente na área rural segundo a condição de atividade - Brasil e Grandes Regiões 2006 (em 1.000 pessoas)

Tabela 26

Condição de atividade	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Economicamente Ativa	1.953	7.778	3.597	3.089	1.049	17.466
Ocupada	1.885	7.591	3.412	3.027	1.018	16.934
Com procura de trabalho	85	406	191	107	42	831
Sem procura de trabalho	1.800	7.186	3.221	2.920	976	16.103
Desocupada	68	187	185	61	31	532
Inativa	851	3.884	1.681	881	430	7.727
PIA TOTAL ⁽¹⁾	2.803	11.662	5.278	3.970	1.479	25.193

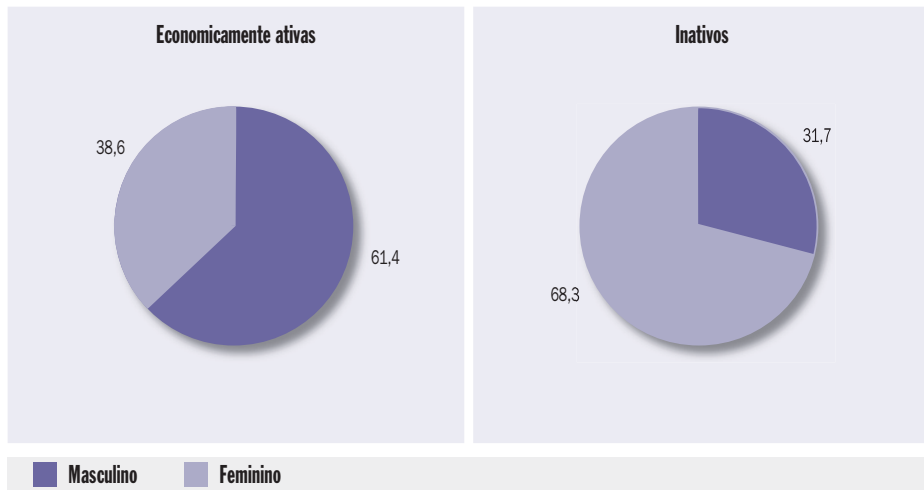
Fonte: IBGE. Pnad

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) A População em Idade Ativa (PIA) corresponde à soma da PEA e inativos com 10 anos ou mais

Obs.: Período de referência de 30 dias

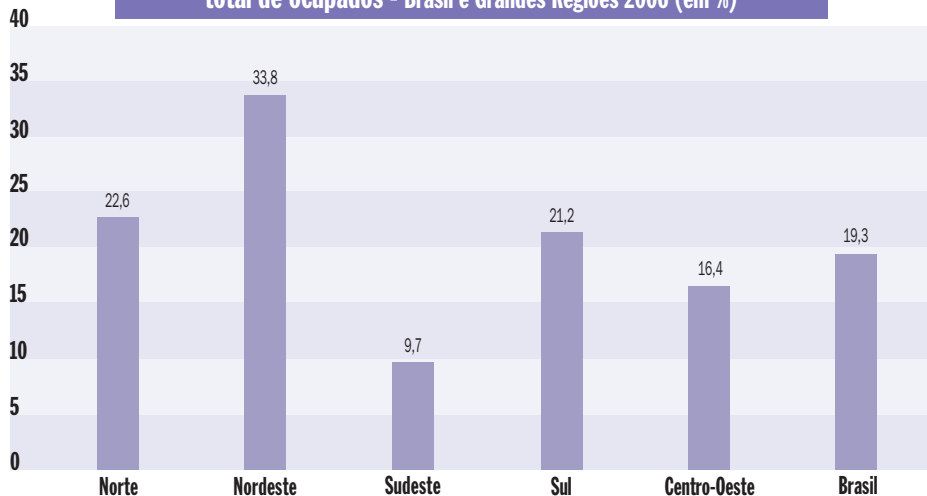
Distribuição das pessoas economicamente ativas e dos inativos residentes na área rural por sexo - Brasil 2006 (em %)



Fonte: IBGE, Pnad
Elaboração DIEESE
Obs: Exclui as pessoas sem declaração

Proporção de ocupados em atividades agrícolas ⁽¹⁾ em relação ao total de ocupados - Brasil e Grandes Regiões 2006 (em %)

Gráfico 27



Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Refere-se à atividade principal do empreendimento do trabalho principal da semana de referência para pessoas de 10 anos ou mais de idade

Tabela 27

Distribuição dos ocupados em atividades agrícolas por posição na ocupação - Brasil e Grandes Regiões 2006 (em %)

Posição na ocupação	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Empregado permanente	8,7	9,3	25,9	9,6	27,1	14,0
Empregado temporário	12,5	14,6	19,1	5,7	12,6	13,7
Conta-própria	29,6	28,0	16,2	28,4	22,0	25,3
Empregador	3,0	2,3	3,7	3,5	4,9	3,0
Trabalhador não-remunerado	22,5	23,5	11,0	26,9	11,4	20,6
Trabalhador na produção para o próprio consumo	23,7	22,3	24,0	25,9	22,0	23,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL (em 1.000 pessoas)	1.511	7.918	3.708	3.076	1.051	17.264

Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Obs.: Refere-se à posição na ocupação da pessoa ocupada em empreendimento do grupamento agrícola no trabalho da semana de referência

Evolução do número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas segundo a posição na ocupação - Brasil 1981-2006 (em 1.000 pessoas)

Tabela 28

Posição na ocupação	1981	1990	1998	2001 ⁽¹⁾	2004	2006
Empregados	4.874	5.236	4.187	4.473	4.892	4.773
Conta-própria	4.048	4.372	4.370	4.193	4.642	4.370
Empregadores	462	660	458	500	550	521
Não-remunerados	3.916	3.912	4.342	3.847	4.262	3.559
Trabalhador na produção para o próprio consumo	-	-	2.978	2.904	3.387	4.041
TOTAL	13.300	14.180	16.335	15.917	17.734	17.264

Fonte: IBGE. Pnad

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Dados de 2001 revistos com base na Pnad 2004

Obs.: a) Não existia o item "trabalho para próprio consumo" nas Pnads 1981 e 1990

b) Até 2001, não inclui a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá

c) Exclui os ocupados sem declaração

Tabela 29

**Varição do pessoal ocupado em atividades agrícolas por sexo
Brasil 1997 - 2006 (em 1.000 pessoas)**

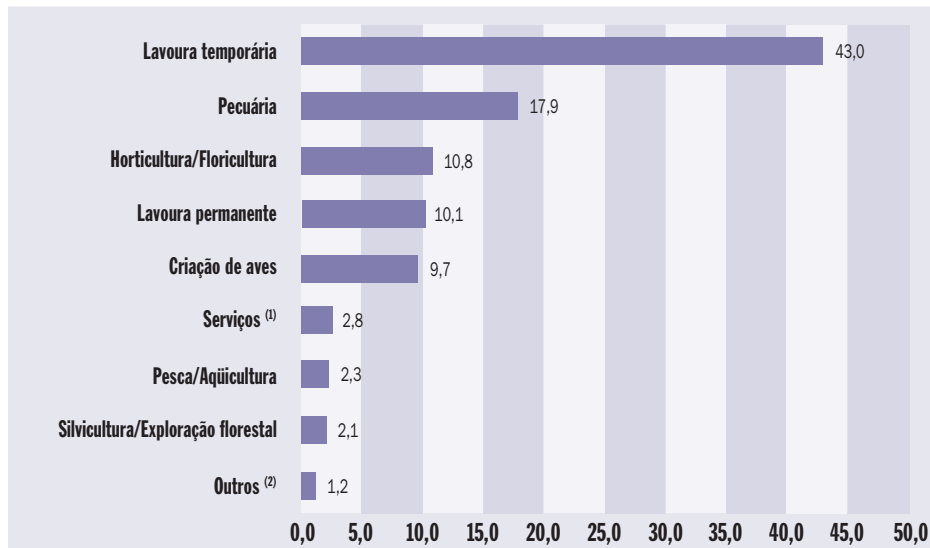
Sexo	1997	2006	Varição (em %)
Masculino	11.254,4	10.910,9	-3,1
Feminino	5.516,2	5.372,9	-2,6
TOTAL	16.770,7	16.283,8	-2,9

Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Obs.: Exclusiva a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá

Distribuição dos ocupados em atividades agrícolas segundo grupo de atividade econômica - Brasil 2006 (em %)

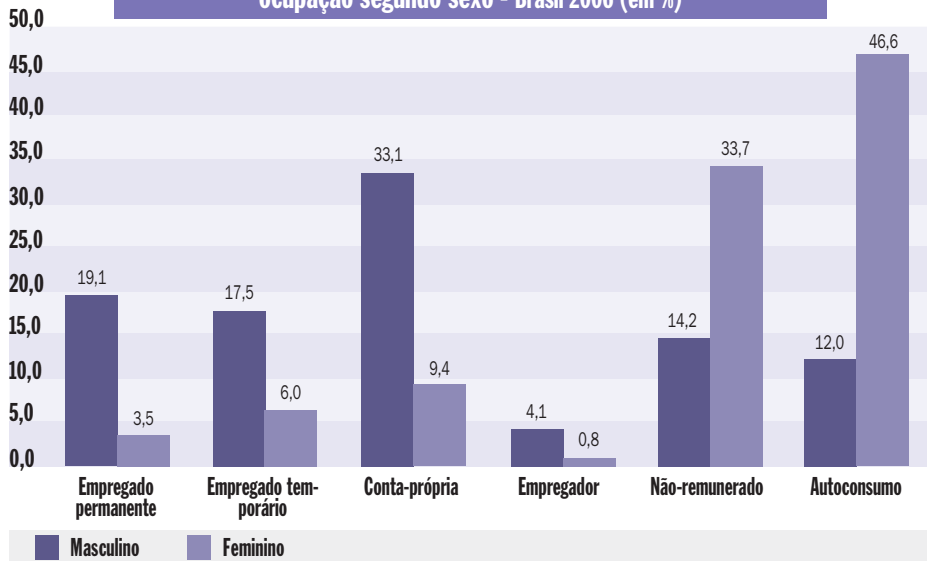
Gráfico 28



Fonte: IBGE. Pnad. Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Atividades de serviços relacionados com a agricultura e a pecuária; (2) Inclui produção mista (lavoura e pecuária), apicultura, sericultura, caça, repovoamento cigético e serviços relacionados e as atividades mal especificadas

Gráfico 29

Distribuição do pessoal ocupado na agropecuária por posição na ocupação segundo sexo - Brasil 2006 (em %)

Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Mulheres ocupadas na agropecuária por atividade segundo posição na família - Brasil 2006 (em %)

Tabela 30

Atividade	Chefe	Cônjuge	Filha	Outras
Lavoura temporária	13,0	60,8	21,4	4,8
Lavoura permanente	12,7	64,3	18,8	4,3
Horticultura/Floricultura	20,8	63,2	10,5	5,5
Pecuária	12,2	65,9	16,6	5,3
Criação de aves	12,8	77,5	7,3	2,5
Apicultura/Sericicultura	—	94,5	5,5	—
Produção mista ⁽¹⁾	—	82,2	16,5	1,2
Silvicultura/Exploração florestal	10,7	67,2	17,5	4,6
Pesca/Aqüicultura	14,3	67,0	15,3	3,4
Serviços ⁽²⁾	27,0	60,4	10,3	2,3
Atividades mal especificadas	21,3	65,6	6,9	6,2
TOTAL	14,2	66,4	15,1	4,3

Fonte: IBGE. Pnad

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Lavoura e pecuária

(2) Serviços relacionados com a agricultura ou a pecuária

Tabela 31

Idade e escolaridade médias do pessoal ocupado na agropecuária segundo o sexo - Brasil 2006

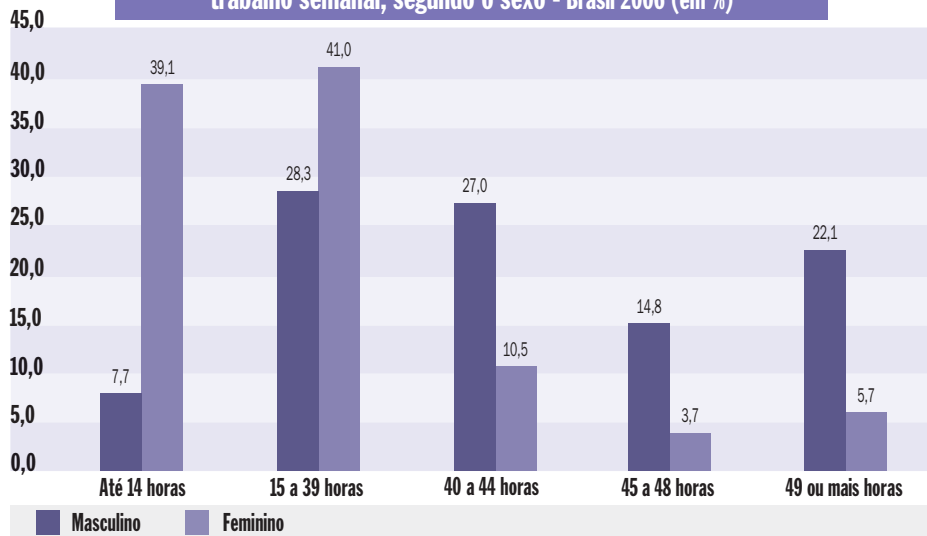
Atividade	Idade (em anos)		Escolaridade (em anos de estudo)	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Lavoura temporária	38,0	39,0	3,2	3,4
Lavoura permanente	38,2	37,9	4,0	4,0
Horticultura/Floricultura	42,5	46,0	4,2	4,3
Pecuária	39,5	41,1	4,1	4,7
Criação de aves	41,2	45,0	4,6	3,2
Apicultura/Sericicultura	44,8	44,6	7,1	4,3
Produção mista: lavoura e pecuária	38,3	42,1	5,1	5,1
Silvicultura/Exploração florestal	34,5	37,3	3,9	2,8
Pesca/Aqüicultura	36,7	36,1	3,5	3,6
Serviços ⁽¹⁾	35,5	37,8	4,2	4,0
TOTAL	38,6	41,7	3,7	3,7

Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Atividades de serviços relacionados com a agricultura e a pecuária

Distribuição dos trabalhadores agrícolas por classes de horas de trabalho semanal, segundo o sexo - Brasil 2006 (em %)

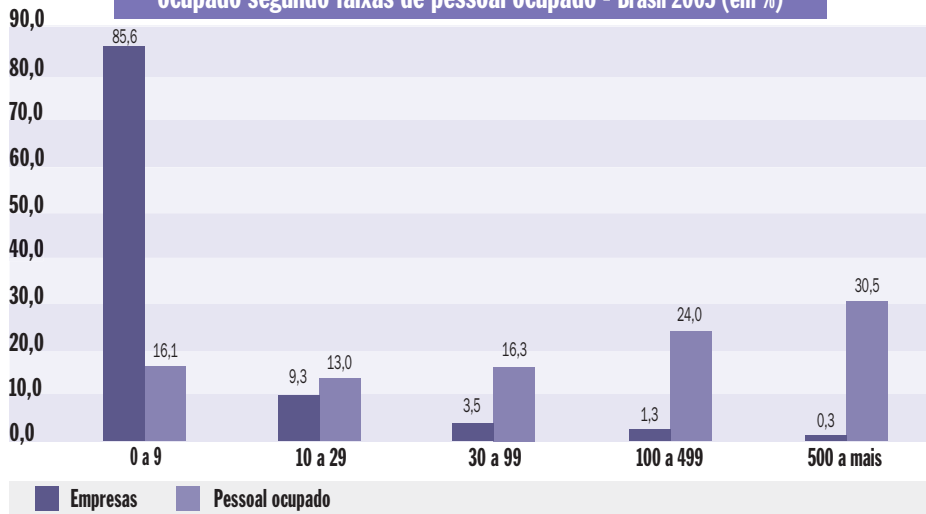
Gráfico 30



Fonte: IBGE, Pnad
Elaboração: DIEESE

Obs.: Exclui os ocupados que não declararam o número de horas trabalhadas

Gráfico 31

Distribuição das empresas agropecuárias ⁽¹⁾ e do pessoal nelas ocupado segundo faixas de pessoal ocupado - Brasil 2005 (em %)

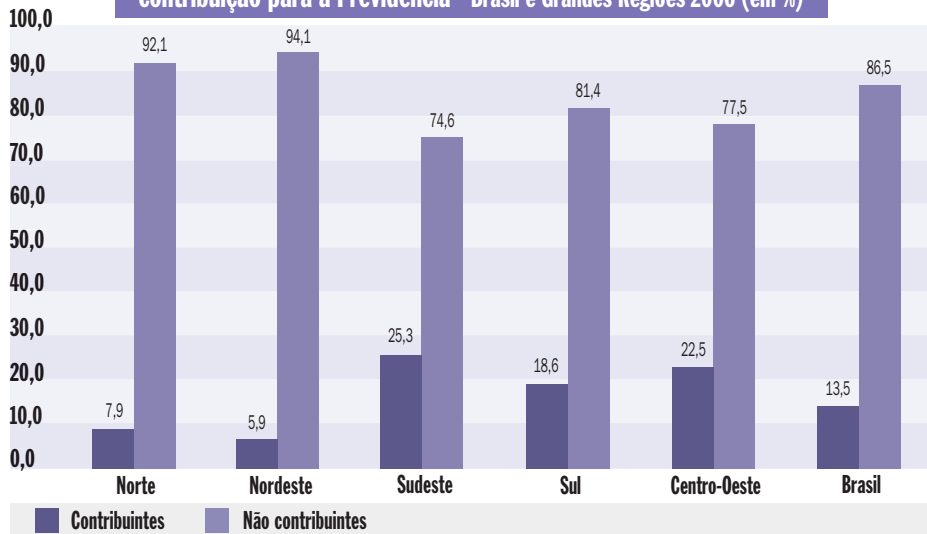
Fonte: IBGE. Cempre

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal, segundo classificação da CNAE

Distribuição dos ocupados em atividades agrícolas segundo contribuição para a Previdência - Brasil e Grandes Regiões 2006 (em %)

Gráfico 32

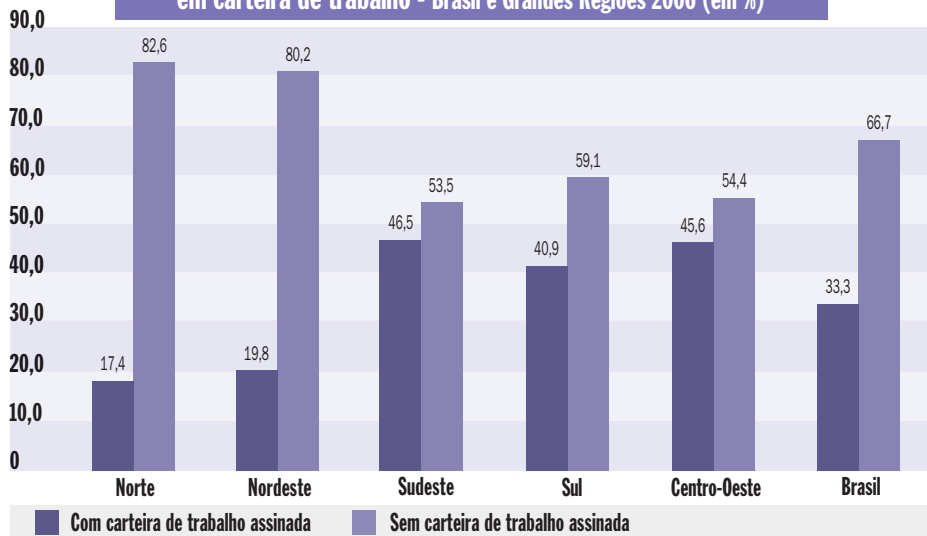


Fonte: IBGE. Pnad

Elaboração: DIEESE

Obs.: Exclui os ocupados sem declaração

Gráfico 33

Distribuição dos empregados em atividades agrícolas segundo registro em carteira de trabalho - Brasil e Grandes Regiões 2006 (em %)

Fonte: IBGE. Pnad

Elaboração: DIEESE

Obs.: Exclui os empregados que não declararam a categoria de emprego

Número de empregados formais na agropecuária por grupos de atividade econômica - Brasil e Grandes Regiões 2006

Tabela 32

Grupos de atividade econômica	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Pecuária	37.674	49.564	188.591	60.706	103.468	440.003
Lavoura temporária	6.034	90.622	159.825	73.036	61.964	391.481
Lavoura permanente	5.192	58.850	173.878	23.134	3.389	264.443
Atividades de apoio à agricultura e à pecuária ⁽¹⁾	3.616	11.151	76.996	24.749	13.893	130.405
Produção florestal - florestas plantadas	5.887	5.421	23.209	12.471	4.418	51.406
Horticultura e floricultura	443	2.587	25.988	3.948	1.464	34.430
Aqüicultura	398	8.020	1.375	479	276	10.548
Produção de sementes e mudas certificadas	156	3.402	3.760	1.508	935	9.761
Pesca	1.677	1.177	2.618	3.247	70	8.789
Produção florestal - florestas nativas	1.564	2.839	2.030	821	1.490	8.744
Atividades paisagísticas	874	727	3.751	979	336	6.667
Processamento industrial do fumo	0	12	12	487	23	534
Caça e serviços relacionados	1	0	10	8	0	19
TOTAL	63.516	234.372	662.043	205.573	191.726	1.357.230

Fonte: MTE. Rais

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui as atividades de pós-colheita

Obs.: Refere-se aos trabalhadores formais em 31 de dezembro declarados pelo empregador

Tabela 33

Saldo de admissões e desligamentos segundo grandes setores e classes de atividade econômica selecionadas - Brasil 2005 - 2007 (em n^{os} absolutos)

Setores	2005	2006	2007
Indústria	200.611	269.660	412.098
Construção Civil	85.053	85.796	176.755
Comércio	389.815	336.794	405.091
Serviços	591.304	529.862	602.355
Agropecuária	-12.878	6.574	21.093
Cultivo de cana-de-açúcar	-398	14.908	6.094
Cultivo de soja	-3.968	-1.032	3.979
Cultivo de frutas cítricas	-3.685	49	210
Cultivo de café	540	2.365	-3.744
Criação de animais ⁽¹⁾	-1.340	-3.733	10.748
Outros	76	-	-
TOTAL	1.253.981	1.228.686	1.617.392

Fonte: MTE. Caged
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Refere-se às seguintes classes da CNAE: criação de bovinos; criação de outros animais de grande porte; criação de ovinos; criação de suínos; criação de aves; criação de outros animais

Obs.: Refere-se aos empregos com vínculos formais (registro em carteira)

Evolução dos resultados da fiscalização do trabalho na área rural Brasil 1998 - 2007 (em nºs absolutos)

Tabela 34

Ano	Empresas fiscalizadas	Trabalhadores alcançados ⁽¹⁾	Trabalhadores registrados ⁽²⁾	Autuações
1998	7.042	686.210	29.248	2.877
1999	6.561	620.132	24.990	2.532
2000	8.585	836.943	86.633	3.379
2001	9.641	833.991	92.446	3.367
2002	8.873	836.374	103.323	3.221
2003	9.367	1.039.982	103.545	3.912
2004	13.856	1.333.271	173.581	4.734
2005	12.192	1.190.454	115.560	4.367
2006	13.025	1.382.713	110.164	5.840
2007	12.807	1.586.690	138.023	5.597

Fonte: MTE. SFT
Elaboração: DIEESE

Notas: (1) É o universo de trabalhadores formais e informais, existente na empresa no dia da fiscalização

(2) Refere-se aos trabalhadores sem vínculo formal de emprego identificados no dia da fiscalização e que foram formalizados

Obs.: Dados de circulação interna no MTE

Tabela 35

Distribuição dos beneficiários ⁽¹⁾ e do valor do seguro desemprego dos trabalhadores com último emprego na agricultura - Brasil e Grandes Regiões 2007

Brasil e Grandes Regiões	Trabalhadores beneficiários		Valor emitido	
	Em nºs absolutos	Em %	Em R\$ 1.000	Em %
Norte	19.393	4,5	34.721	4,3
Nordeste	104.932	24,5	186.916	23,4
Sudeste	196.081	45,8	365.103	45,6
Sul	53.085	12,4	104.033	13,0
Centro-Oeste	54.097	12,6	108.925	13,6
BRASIL ⁽²⁾	427.739	100,0	799.950	100,0

Fonte: MTE. CGSAP/DES/SPPE

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Beneficiário é o trabalhador segurado que recebeu pelo menos uma parcela do benefício, para um determinado requerimento

(2) Inclui os beneficiários com região ignorada

Obs.: Dados atualizados até 7 de maio de 2008

Distribuição dos ocupados por faixa etária em que começaram a trabalhar segundo sexo e local de residência - Brasil 2006 (em %)

Tabela 36

Faixa etária	Urbana		Rural	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Até 9 anos	13,0	9,8	30,7	26,2
10 a 14 anos	41,4	32,3	54,3	53,5
15 a 17 anos	26,9	27,0	11,7	12,9
18 a 19 anos	12,2	15,6	2,3	3,5
20 a 24 anos	5,8	11,0	0,9	2,8
25 a 29 anos	0,7	2,4	0,1	0,6
30 anos ou mais	0,1	1,8	0,0	0,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Pnad
 Elaboração: DIEESE
 Obs.: Exclui os ocupados sem declaração

Tabela 37

Distribuição das crianças de 5 a 14 anos de idade por situação de ocupação e local de residência - Brasil e Grandes Regiões 2006 (em %)

Brasil e Grandes Regiões	Urbana			Rural		
	Ocupadas	Não-ocupadas	Total	Ocupadas	Não-ocupadas	Total
Norte	3,2	96,8	100,0	18,0	82,0	100,0
Nordeste	4,9	95,1	100,0	17,0	83,0	100,0
Sudeste	2,1	97,9	100,0	9,9	90,1	100,0
Sul	3,1	96,9	100,0	21,5	78,5	100,0
Centro-Oeste	2,8	97,2	100,0	10,9	89,1	100,0
BRASIL	3,1	96,9	100,0	16,1	83,9	100,0

Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Distribuição das crianças de 5 a 14 anos que trabalham, por atividade de trabalho principal e sexo - Brasil e Grandes Regiões 2006 (em %)

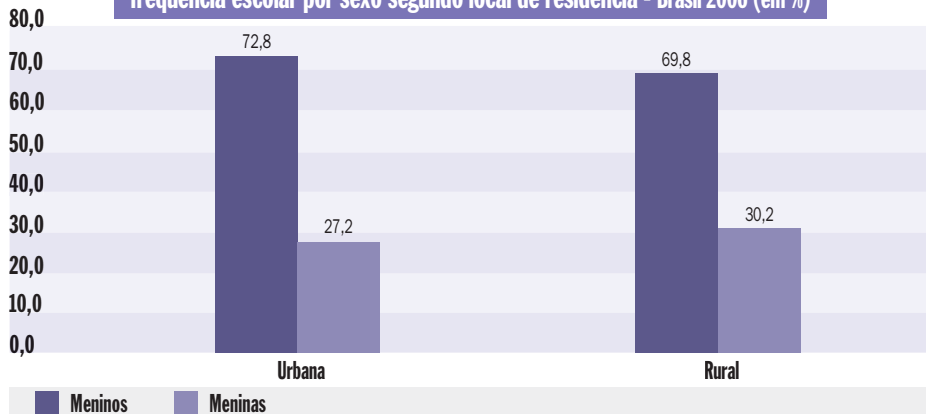
Tabela 38

Brasil e Grandes Regiões	Agrícola			Não-agrícola		
	Meninos	Meninas	Total	Meninos	Meninas	Total
Norte	75,4	24,6	100,0	57,8	42,2	100,0
Nordeste	73,5	26,4	100,0	55,9	44,1	100,0
Sudeste	74,1	25,9	100,0	57,9	42,1	100,0
Sul	67,3	32,7	100,0	56,6	43,4	100,0
Centro-Oeste	71,4	28,6	100,0	50,9	47,4	100,0
Brasil	72,6	27,4	100,0	56,5	43,5	100,0
BRASIL (em 1.000 pessoas)	836	315	1.151	458	352	810

Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Gráfico 34

Distribuição e estimativa dos ocupados de 5 a 14 anos de idade sem frequência escolar por sexo segundo local de residência - Brasil 2006 (em %)



(em nºs absolutos)

Sexo	Urbana	Rural
Meninos	43.739	47.803
Meninas	16.343	20.731
TOTAL	60.082	68.534

Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Distribuição dos ocupados residentes na área rural por grupamentos ocupacionais - Brasil 2006

Tabela 39

Grupamentos ocupacionais	Ocupados	Em %
Trabalhadores agrícolas	12.068.182	71,3
Produtores na exploração agropecuária	3.367.613	19,9
Trabalhadores na exploração agropecuária	8.126.471	48,0
Pescadores, caçadores e extrativistas florestais	422.373	2,5
Trabalhadores da mecanização agropecuária e florestal	151.725	0,9
Trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção	1.828.277	10,8
Trabalhadores dos serviços	1.492.087	8,8
Outros ⁽¹⁾	1.545.170	9,1
TOTAL	16.933.716	100,0

Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui dirigentes em geral, profissionais das ciências e das artes, técnicos de nível médio, trabalhadores de serviços administrativos, membros das forças armadas e auxiliares, vendedores e prestadores de serviços do comércio

Tabela 40

Tipos de famílias com residência rural segundo a ocupação de seus integrantes - Brasil 2006

Tipo de família	Famílias		Tipo de família	Famílias	
	Em 1.000 famílias	Em %		Em 1.000 famílias	Em %
Empregadores 3+ ⁽¹⁾	66	0,8	Agrícolas	1.929	23,3
Agrícolas ⁽²⁾	8	0,1	Pluriativas	1.152	13,9
Pluriativas ⁽³⁾	18	0,2	Não-agrícolas	645	7,8
Não-agrícolas ⁽⁴⁾	39	0,5	Assalariados ⁽⁷⁾	3.150	38,0
Empregadores 2- ⁽⁵⁾	286	3,5	Agrícolas	1.487	18,0
Agrícolas	134	1,6	Pluriativas	380	4,6
Pluriativas	106	1,3	Não-agrícolas	1.284	15,5
Não-agrícolas	47	0,6	Não-ocupado ⁽⁸⁾	1.055	12,7
Conta-própria ⁽⁶⁾	3.726	45,0	TOTAL de famílias rurais	8.283	100,0

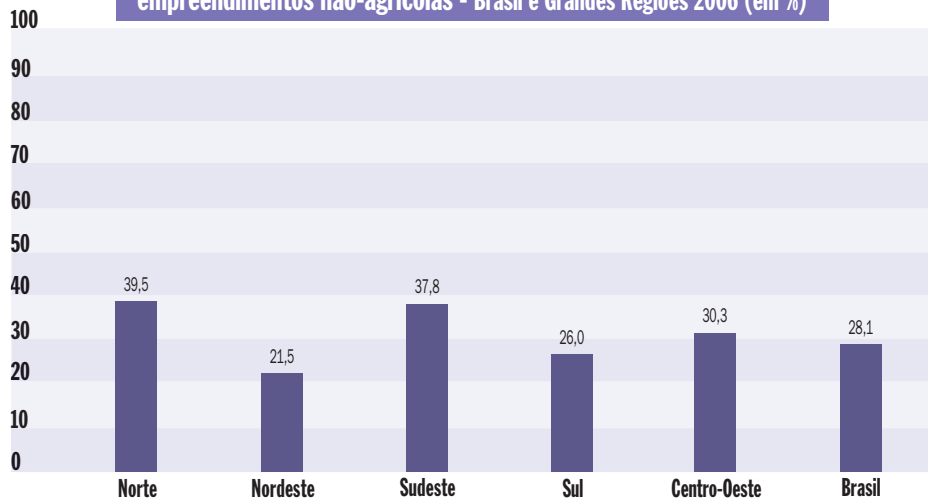
Fonte: Projeto Rurbano

Elaboração: DIEESE

- Notas: (1) Famílias que contratam três ou mais empregados permanentes nos seus empreendimentos
 (2) Famílias onde todos os integrantes ocupados se dedicavam às atividades agrícolas
 (3) Famílias onde alguns integrantes se dedicavam às atividades agrícolas e outras às não-agrícolas
 (4) Famílias onde todos os integrantes ocupados se dedicavam às atividades não-agrícolas
 (5) Famílias que contratam até dois empregados permanentes nos seus empreendimentos
 (6) Famílias que não contratam empregados permanentes nos seus empreendimentos
 (7) Famílias sem nenhum empreendimento e com pelo menos um integrante como assalariado
 (8) Famílias onde nenhum integrante estava ocupado na semana de referência da pesquisa

Proporção de ocupados residentes na área rural ocupados em empreendimentos não-agrícolas - Brasil e Grandes Regiões 2006 (em %)

Gráfico 35



Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Tabela 41

Distribuição dos ocupados rurais não-agrícolas segundo atividade econômica - Brasil 2006

Atividade econômica	Em 1.000 pessoas	Em %
Serviços ⁽¹⁾	1.623	33,8
Indústria	1.213	25,3
Comércio	808	16,8
Construção	473	9,9
Administração pública	249	5,2
Transporte e comunicação	217	4,5
Outros	212	4,4
TOTAL DE OCUPADOS	4.795	100,0

Fonte: IBGE, Pnad

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui serviços públicos e privados

Distribuição dos empregados no setor privado residentes na área rural por porte do empreendimento não-agrícola, segundo setor de atividade - Brasil 2006 (em %)

Tabela 42

Setor de atividade	Número de pessoas ocupadas no empreendimento					Total	Total (n ^{os} abs.)
	Duas	Três a cinco	Seis a dez	Onze ou mais	Total		
Indústria	4,1	11,6	11,8	72,4	100,0	649.154	
Construção	30,4	17,5	7,5	44,6	100,0	238.910	
Comércio e reparação	10,8	26,5	20,8	41,8	100,0	356.229	
Serviços	13,8	17,2	13,8	55,2	100,0	350.039	
Administração pública	15,2	27,3	-	57,6	100,0	2.124	
Outras atividades	10,6	13,3	9,3	66,8	100,0	151.320	
TOTAL	11,6	16,9	13,2	58,3	100,0	1.766.989	

Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Capítulo 3

Trabalho e Rendimento

Rendimento

Rendimento médio mensal nominal ⁽¹⁾ das pessoas residentes em domicílios rurais, segundo a condição de atividade - Brasil 2006 (em R\$ de set / 06)

Tabela 43

Condição de atividade	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Economicamente ativas	503	293	560	713	660	468
Ocupadas	506	295	562	715	663	470
- Procurando trabalho	365	208	429	476	387	321
Desocupadas	225	93	262	236	171	174
Inativas	275	279	417	458	412	336

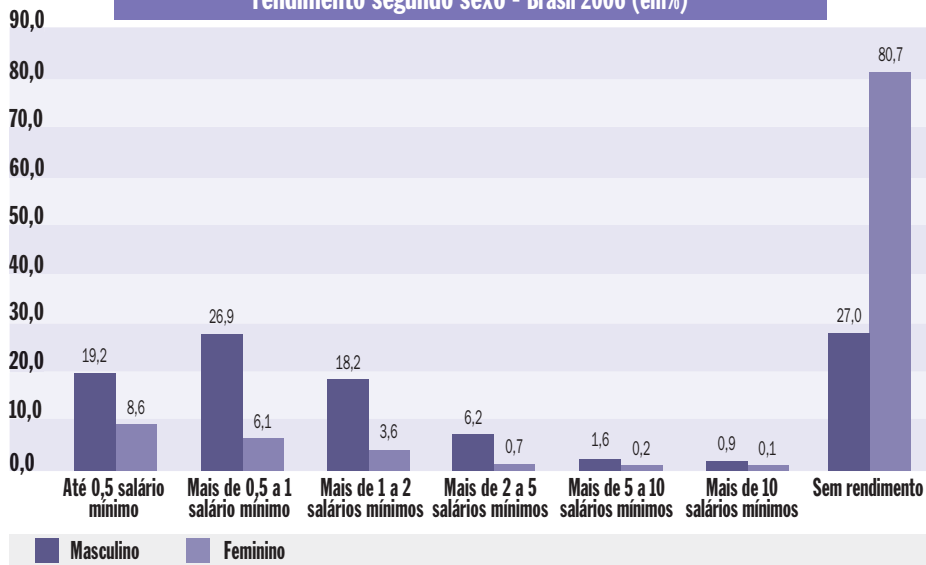
Fonte: IBGE, Pnad
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) São consideradas todas as fontes (salário, pensões ou outras formas de rendimento) das pessoas que têm rendimento

Obs.: a) Pessoas de 10 anos ou mais de idade
b) Exclui as pessoas sem rendimento

Gráfico 36

Distribuição dos ocupados na atividade agrícola por faixa de rendimento segundo sexo - Brasil 2006 (em%)

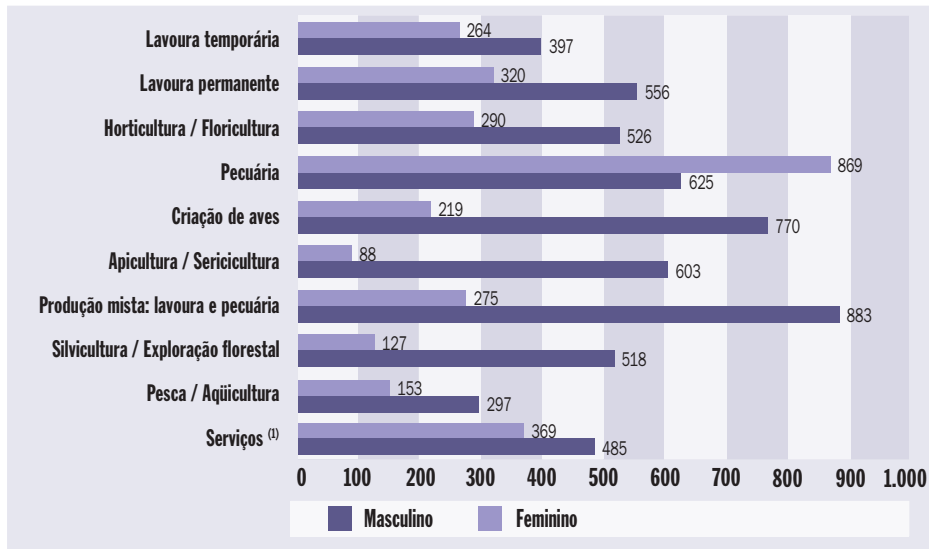


Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Obs.: a) A categoria sem rendimento inclui pessoas que receberam somente benefícios; b) Exclui os ocupados sem declaração

Renda média mensal do pessoal ocupado na agropecuária por atividade e sexo - Brasil 2006 (em R\$ set/06)

Gráfico 37



Fonte: IBGE. Pnad. Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Atividades de serviços relacionados com a agricultura e a pecuária

Obs.: Para o cálculo da renda média foram consideradas as pessoas com renda positiva

Tabela 44

Valor e distribuição do rendimento médio mensal familiar por origem do rendimento segundo local de residência - Brasil 2003

Origem dos rendimentos	Urbana		Rural	
	Em R\$	Em %	Em R\$	Em %
Rendimento do trabalho ⁽¹⁾	1.225,11	62,7	466,28	53,4
Transferência	291,59	14,9	142,00	16,2
Aposentadoria previdência pública	217,66	11,1	111,28	12,7
Outras transferências ⁽²⁾	73,93	3,8	30,72	3,5
Rendimento de aluguel ⁽³⁾	36,71	1,9	11,04	1,3
Outros rendimentos ⁽⁴⁾	129,76	6,6	50,85	5,8
Rendimento não-monetário ⁽⁵⁾	271,25	13,9	203,76	23,3
RENDIMENTO TOTAL	1.954,42	100,0	873,93	100,0

Fonte: IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Inclui rendimentos do empregado, do empregador e do trabalho por conta-própria

(2) Inclui transferências oriundas de aposentadorias de previdência privada, bolsas de estudo, pensão alimentícia, mesada ou doação e transferências transitórias

(3) Inclui rendimento de aluguel de bens móveis e imóveis

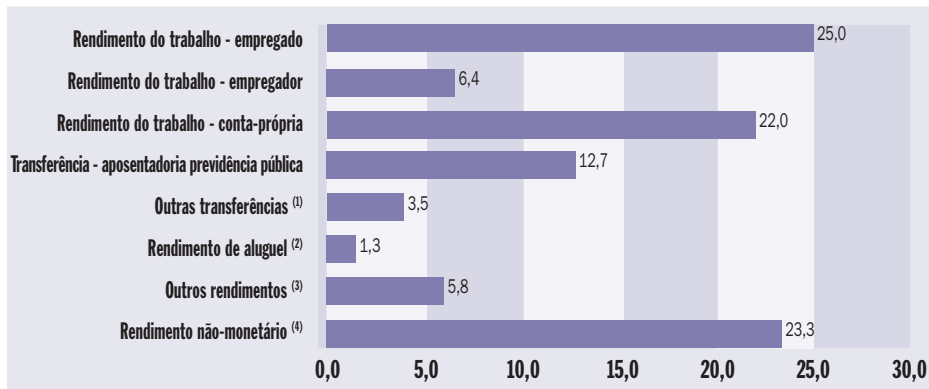
(4) Inclui rendimentos de vendas esporádicas, empréstimos, aplicações de capitais e outros

(5) Parcela equivalente às despesas não-monetárias definidas como tudo que é produzido, pescado, caçado, coletado ou recebido em bens (troca, doação, retirada do negócio, produção própria e salário em bens) utilizados ou consumidos durante o período de referência da pesquisa e que, pelo menos na última transação, não tenha passado pelo mercado

Obs.: O termo família está sendo utilizado para indicar a unidade de investigação da pesquisa "unidade de consumo"

Distribuição do rendimento médio mensal familiar da população rural segundo origem do rendimento - Brasil 2003 (em %)

Gráfico 38



Fonte: IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Inclui transferências oriundas de aposentadorias de previdência privada, bolsas de estudo, pensão alimentícia, mesada ou doação e transferências transitórias

(2) Inclui rendimento de aluguel de bens móveis e imóveis

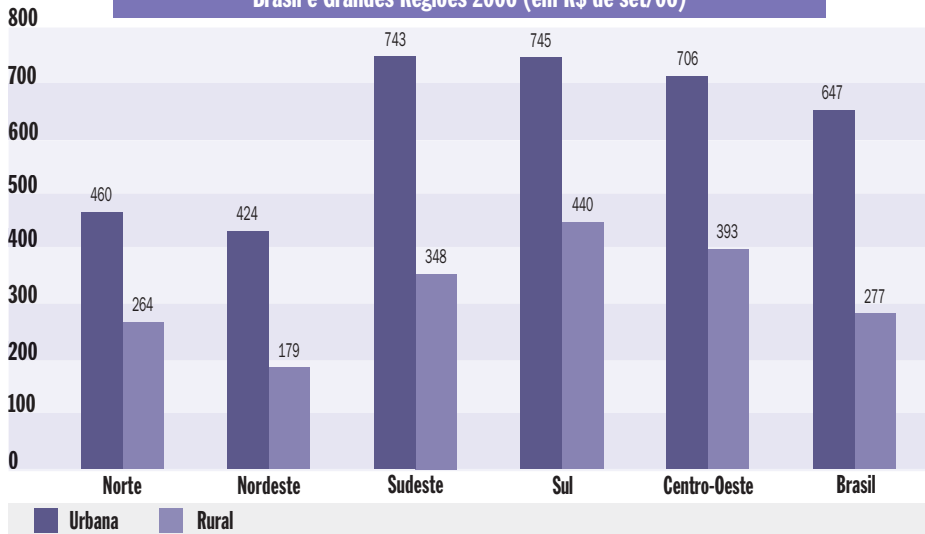
(3) Inclui rendimentos de vendas esporádicas, empréstimos, aplicações de capitais e outros

(4) Parcela equivalente às despesas não-monetárias definidas como tudo que é produzido, pescado, caçado, coletado ou recebido em bens (troca, doação, retirada do negócio, produção própria e salário em bens) utilizados ou consumidos durante o período de referência da pesquisa e que, pelo menos na última transação, não tenha passado pelo mercado

Obs.: O termo família está sendo utilizado para indicar a unidade de investigação da pesquisa "unidade de consumo"

Gráfico 39

Rendimento médio mensal por local de residência Brasil e Grandes Regiões 2006 (em R\$ de set/06)

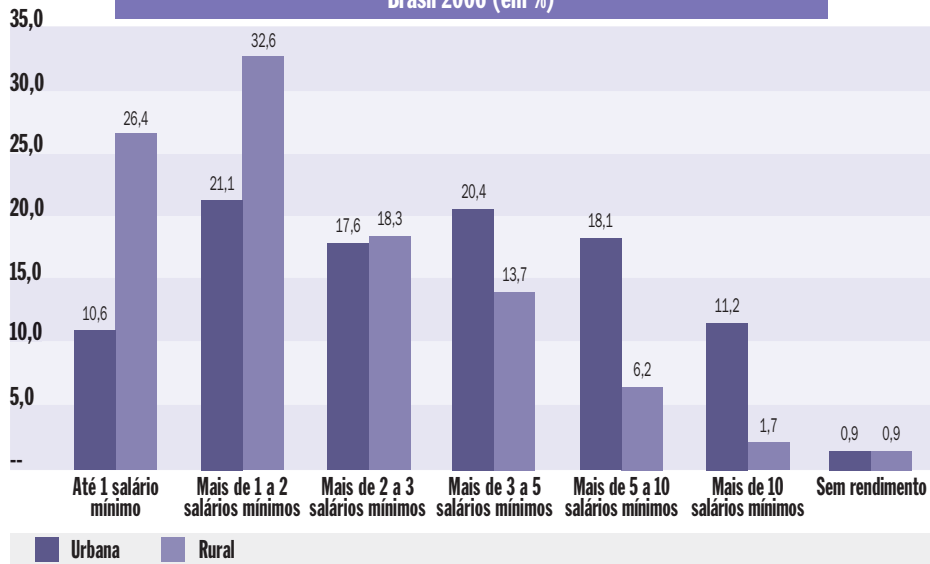


Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Obs.: Exclui as pessoas sem declaração do valor do rendimento

Distribuição dos domicílios urbanos e rurais por faixas de rendimento Brasil 2006 (em %)

Gráfico 40



Fonte: IBGE. Pnad. Elaboração: DIEESE

Obs.: a) A categoria "sem rendimento" inclui os domicílios cujos moradores receberam somente em benefícios; b) Exclui os domicílios sem declaração do valor do rendimento; c) Exclui os rendimentos dos moradores cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico

Tabela 45

Rendimento médio mensal segundo local de residência e sexo Brasil e Grandes Regiões 2006 (em R\$ de set/06)

Brasil e Grandes Regiões	Urbana			Rural		
	Masculino	Feminino	Proporção do rendimento feminino em relação ao masculino (%)	Masculino	Feminino	Proporção do rendimento feminino em relação ao masculino (%)
Norte	595	332	55,8	364	147	40,4
Nordeste	530	330	62,3	219	135	61,6
Sudeste	989	524	53,0	479	207	43,2
Sul	977	536	54,9	623	246	39,5
Centro-Oeste	916	513	56,0	566	193	34,1
BRASIL	847	467	55,1	374	173	46,3

Fonte: IBGE.Pnad

Elaboração: DIEESE

Obs.: Exclui as pessoas sem declaração do valor do rendimento

Rendimento médio mensal domiciliar por local de residência Brasil e Grandes Regiões 2006 (em R\$ de set/06)

Tabela 46

Brasil e Grandes Regiões	Urbana	Rural	Proporção do rendimento rural em relação ao rendimento urbano (%)
Norte	1.430	822	57,5
Nordeste	1.260	571	45,3
Sudeste	2.049	1.005	49,0
Sul	1.994	1.243	62,3
Centro-Oeste	1.971	1.052	53,4
BRASIL	1.821	838	46,0

Fonte: IBGE. Pnad

Elaboração: DIEESE

Obs.: a) Exclui os domicílios sem declaração do valor do rendimento

b) Exclui os rendimentos dos moradores cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico

Tabela 47

Valor dos benefícios previdenciários concedidos para a clientela rural por grupos de espécies - Brasil 2002-2006 (em R\$ 1.000)

Grupos de espécies	2002	2003	2004	2005	2006
Aposentadoria por tempo de contribuição	255	230	375	638	839
Aposentadoria por idade	63.669	61.004	69.337	81.152	102.177
Aposentadoria por invalidez	5.379	6.340	7.161	9.925	6.832
Pensões por morte	21.304	23.756	28.084	30.734	38.632
Auxílio-doença	42.998	50.909	65.034	71.145	88.431
Auxílio-reclusão	184	267	334	406	544
Auxílio-acidente	54	79	99	165	274
Salário-maternidade	105.281	83.420	82.298	83.698	105.427
Rendas mensais vitalícias por invalidez	5	5	3	2	2
Rendas mensais vitalícias por idade	2	1	1	-	1
Auxílio-doença acidentário	3.920	3.490	3.795	2.991	2.670
Auxílio-acidente previdenciário	50	47	48	55	60
Aposentadoria acidentária	168	160	115	141	53
Pensões acidentárias	23	30	22	27	26
TOTAL	243.292	229.738	256.705	281.079	345.968

Fonte: MPAS. Anuário Estatístico da Previdência Social
Elaboração: DIEESE

Índice de Gini ⁽¹⁾ da distribuição do rendimento nominal mensal das pessoas com rendimento por local de residência - Brasil e Grandes Regiões 2000

Tabela 48

Brasil e Grandes Regiões	Local de residência		
	Urbana	Rural	Total
Norte	0,603	0,522	0,598
Nordeste	0,609	0,509	0,618
Sudeste	0,589	0,528	0,592
Sul	0,583	0,530	0,585
Centro-Oeste	0,634	0,581	0,633
BRASIL	0,602	0,535	0,608

Fonte: IBGE. Censo Demográfico

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) O Índice de Gini, que varia de zero a 1, é um indicador de igualdade ou desigualdade de uma distribuição. Quando igual a zero, significa a situação teórica de igualdade. Quando igual a 1, ocorre a situação máxima de desigualdade. Portanto, quando se aproxima de 1, significa que uma dada distribuição está se concentrando

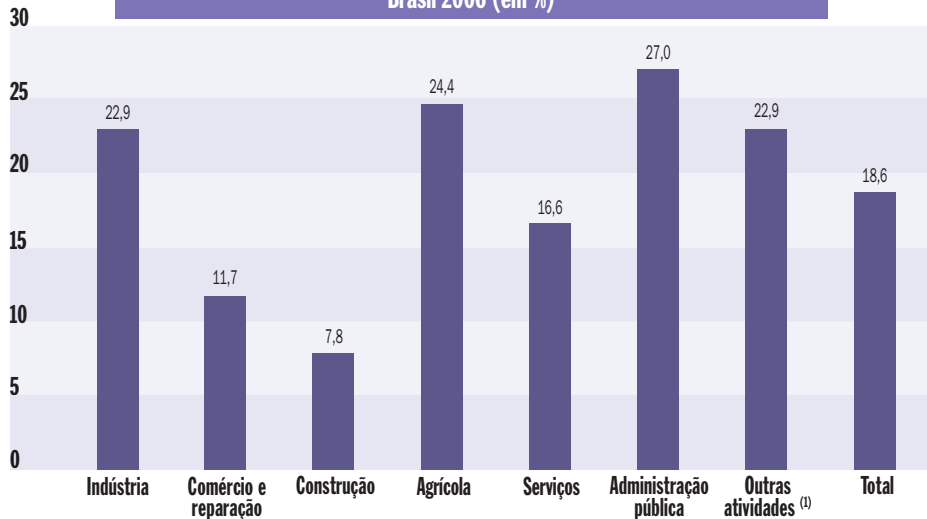
Obs.: Os dados são dos primeiros resultados da amostra

Capítulo 4

Indicadores Sindicais

Proporção de ocupados associados a sindicatos por setor de atividade Brasil 2006 (em %)

Gráfico 41



Fonte: IBGE, Pnad
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui as atividades mal definidas ou não declaradas

Obs.: Refere-se à pessoa ocupada no período de referência de 365 dias (tinha trabalho na semana de referência ou no período de captação de 358 dias)

Tabela 49

Distribuição dos ocupados associados a sindicatos por tipo de sindicato, segundo local de residência - Brasil 2006 (em %)

Tipo de sindicato	Residência urbana	Residência rural	Total
Empregados urbanos	75,0	9,4	59,7
Trabalhadores rurais	11,5	88,6	29,6
Trabalhadores autônomos	2,4	0,4	1,9
Trabalhadores avulsos	0,5	0,1	0,4
Profissionais liberais	5,1	0,2	4,0
Outro sindicato	5,4	1,3	4,5
Total	100,0	100,0	100,0
TOTAL (em 1.000 pessoas)	13.214	4.035	17.249

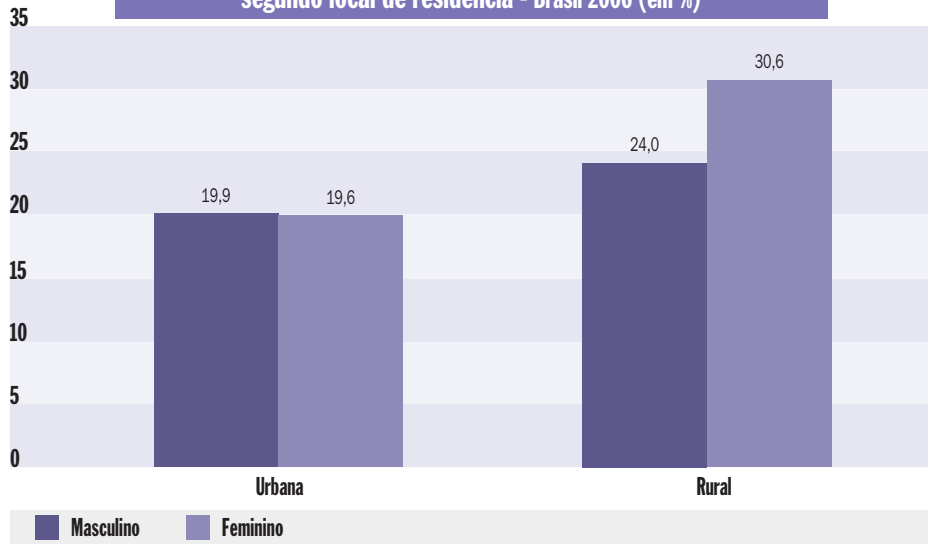
Fonte: IBGE. Pnad

Elaboração: DIEESE

Obs.: Refere-se à pessoa ocupada no período de referência de 365 dias (tinha trabalho na semana de referência ou no período de captação de 358 dias)

Proporção de ocupados agrícolas associados a sindicatos por sexo, segundo local de residência - Brasil 2006 (em %)

Gráfico 42

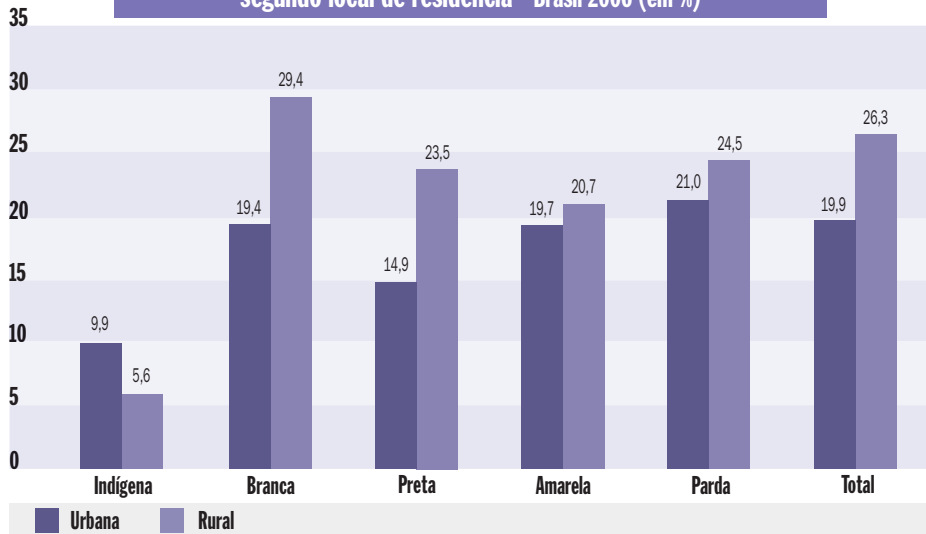


Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Obs.: Refere-se à pessoa ocupada no período de referência de 365 dias (tinha trabalho na semana de referência ou no período de captação de 358 dias)

Gráfico 43

Proporção de ocupados agrícolas associados a sindicatos por cor, segundo local de residência - Brasil 2006 (em %)



Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Obs.: a) Exclui os ocupados sem declaração de cor ou associação a sindicato; b) Refere-se à pessoa ocupada no período de referência de 365 dias (tinha trabalho na semana de referência ou no período de captação de 358 dias)

Número de confederações, federações e sindicatos por tipo de entidade e área geo-econômica - Brasil 2006

Tabela 50

Área geo-econômica	Confederação		Federação		Sindicato	
	N ^{os} absolutos	Em %	N ^{os} absolutos	Em %	N ^{os} absolutos	Em %
Empregadores						
Rural	1	14,3	18	13,5	874	25,6
Urbana	6	85,7	115	86,5	2.541	74,4
TOTAL	7	100,0	133	100,0	3.415	100,0
Trabalhadores						
Rural	1	5,3	20	7,1	1.814	26,8
Urbana	18	94,7	263	92,9	4.946	73,2
TOTAL	19	100,0	283	100,0	6.760	100,0

Fonte: MTE. Anuário de Informações Sindicais

Elaboração : DIEESE

Obs.: Entidades com cadastro atualizado até 22 de maio de 2007

Tabela 51

Sindicatos e número de associados Brasil 2001

Tipo de Sindicato	Número de associados		Total de sindicatos	
	Em n ^{os} absolutos	Em %	Em n ^{os} absolutos	Em %
Trabalhadores	19.528.311	100,0	11.354	100,0
Trabalhadores rurais	9.136.624	46,8	3.911	34,4
Trabalhadores urbanos	10.391.687	53,2	7.443	65,6
Empregadores	1.224.794	100,0	4.607	100,0
Empregadores rurais	519.284	42,4	1.787	38,8
Empregadores urbanos	705.510	57,6	2.820	61,2

Fonte: IBGE. Pesquisa Sindical
Elaboração: DIEESE

Distribuição dos sindicatos de trabalhadores rurais, por faixa de associados - Brasil e Grandes Regiões 2001 (em %)

Tabela 52

Brasil e Grandes Regiões	Faixa de associados							Total	
	Até 50	De 51 a 100	De 101 a 500	De 501 a 1.000	De 1.001 a 5.000	De 5.001 a 10.000	De 10.001 a 50.000	Em %	Em nº abs.
Norte	0,3	1,4	15,2	16,6	52,7	11,1	2,7	100,0	296
Nordeste	0,4	0,5	9,5	13,2	59,4	13,9	3,1	100,0	1.678
Sudeste	1,7	4,7	23,7	18,8	41,1	7,6	2,5	100,0	767
Sul	0,7	2,0	19,5	26,4	46,8	3,7	0,9	100,0	887
Centro-Oeste	1,1	2,8	21,6	18,7	49,8	5,3	0,7	100,0	283
BRASIL	0,8	1,9	15,9	17,9	51,7	9,5	2,3	100,0	3.911

Fonte: IBGE. Pesquisa Sindical
Elaboração: DIEESE

Tabela 53

Distribuição dos sindicatos de trabalhadores rurais segundo faixa de associados em relação à base - Brasil e Grandes Regiões 2001 (em %)

Brasil e Grandes Regiões	Percentual de associados em relação aos trabalhadores na base					Total de sindicatos	
	Até 20%	de 21 a 40%	de 41 a 60%	de 61 a 80%	de 81 a 100%	Em %	Em n ^{os} abs.
Norte	13,2	24,1	13,6	14,2	34,9	100,0	295
Nordeste	8,9	19,1	21,0	21,5	29,6	100,0	1.678
Sudeste	19,0	19,3	19,0	14,0	28,7	100,0	767
Sul	7,7	17,6	20,9	19,6	34,3	100,0	887
Centro-Oeste	14,1	20,5	17,7	18,4	29,3	100,0	283
BRASIL	11,3	19,3	19,8	18,8	30,9	100,0	3.910

Fonte: IBGE. Pesquisa Sindical

Elaboração: DIEESE

Obs: a) Posição em 31/12/2001

b) Exclui os sindicatos sem declaração do número de associados e/ou do número de trabalhadores na base

Composição da diretoria dos sindicatos de trabalhadores rurais por tipo de inserção na agropecuária - Brasil 2001 (em %)

Tabela 54

Tipo de inserção na produção agropecuária	Sindicatos de trabalhadores rurais, por inserção na diretoria		
	Presidente	1° secretário	1° tesoureiro
Pequeno proprietário	71,2	45,6	48,1
Arrendatário	5,3	25,1	4,7
Parceiro	6,1	8,1	27,6
Posseiro ou ocupante	7,0	8,1	7,6
Assalariado	7,8	10,2	9,5
Outro	2,5	3,0	2,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Pesquisa Sindical
Elaboração: DIEESE

Tabela 55

Distribuição dos sindicatos rurais segundo faixa de participação de mulheres na diretoria do sindicato - Brasil e Grandes Regiões 2001 (em %)

Grandes Regiões e tipo de sindicato	Faixas de participação de mulheres na diretoria						Total
	Não tem	Até 25%	De 26 a 50%	De 51 a 75%	De 76 a 100%	Sem declaração ⁽¹⁾	
Empregadores	58,0	36,6	5,3	-	-	-	100,0
Trabalhadores	10,8	36,8	45,6	6,1	0,7	-	100,0
Norte	25,3	36,8	33,3	4,2	0,5	-	100,0
Empregadores	65,5	27,1	7,1	0,3	-	-	100,0
Trabalhadores	7,0	34,7	48,2	8,5	1,5	0,1	100,0
Nordeste	16,8	33,4	41,3	7,1	1,2	0,1	100,0
Empregadores	74,0	23,8	1,5	0,3	0,1	0,3	100,0
Trabalhadores	29,3	41,9	25,3	3,0	0,5	-	100,0
Sudeste	50,5	33,3	14,0	1,7	0,3	0,1	100,0
Empregadores	72,8	26,2	0,5	-	-	0,5	100,0
Trabalhadores	25,5	48,3	25,1	0,8	0,2	0,1	100,0
Sul	40,3	41,4	17,4	0,5	0,2	0,2	100,0

continua

Tabela 55

Distribuição dos sindicatos rurais segundo faixa de participação de mulheres na diretoria do sindicato - Brasil e Grandes Regiões 2001 (em %)

conclusão

Grandes Regiões e tipo de sindicato	Faixas de participação de mulheres na diretoria						Total
	Não tem	Até 25%	De 26 a 50%	De 51 a 75%	De 76 a 100%	Sem declaração ⁽¹⁾	
Empregadores	67,0	29,9	2,7	0,4	-	-	100,0
Trabalhadores	9,5	45,6	42,8	2,1	-	-	100,0
Centro-Oeste	34,9	38,7	25,0	1,4	-	-	100,0
Empregadores	70,1	26,7	2,7	0,2	0,1	0,2	100,0
Trabalhadores	16,0	40,1	37,9	5,0	0,8	0,1	100,0
BRASIL	33,0	35,9	26,9	3,5	0,6	0,1	100,0

Fonte: IBGE. Pesquisa Sindical

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Não há informação do sindicato

Obs.: Posição em 31/12/2001

Tabela 56

Sindicatos de trabalhadores e empregadores rurais por condição de registro no Ministério do Trabalho e Emprego - Brasil e Grandes Regiões 2001 (em %)

Tipos de Sindicatos	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Trabalhadores Rurais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
com registro ⁽¹⁾	39,2	61,6	74,1	74,2	57,6	64,9
sem registro ⁽²⁾	60,8	38,4	25,9	25,8	42,4	35,1
Empregadores Rurais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
com registro ⁽¹⁾	55,7	67,8	86,4	86,9	72,8	79,0
sem registro ⁽²⁾	44,3	32,2	13,6	13,1	27,2	21,0

Fonte: IBGE. Pesquisa Sindical

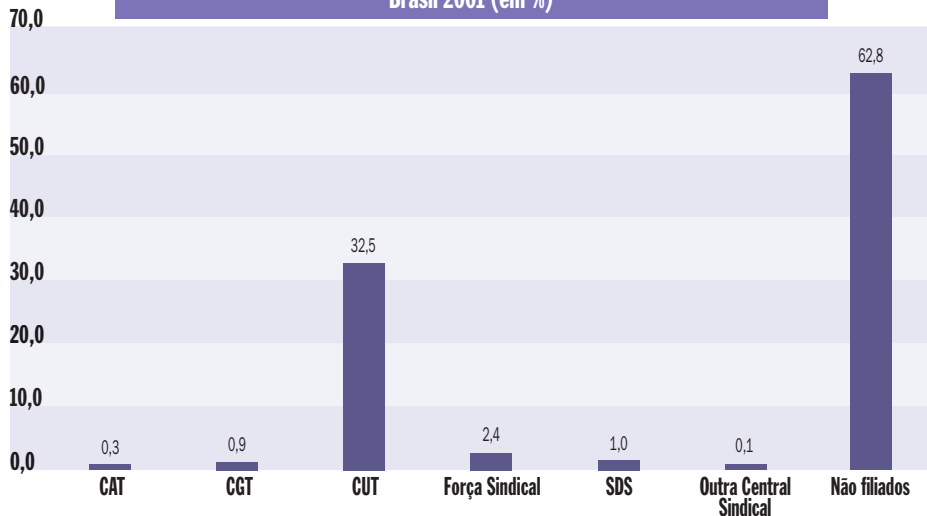
Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Inclui apenas os sindicatos que possuem carta de reconhecimento (carta sindical) ou registro sindical no MTE

(2) Inclui os sindicatos que possuem apenas registro em cartório ou registro em cartório e pedido de registro no MTE

Sindicatos de trabalhadores rurais, segundo filiação à Central Sindical Brasil 2001 (em %)

Gráfico 44



Fonte: IBGE. Pesquisa Sindical
Elaboração: DIEESE

Tabela 57

Distribuição das negociações coletivas realizadas pelos sindicatos de trabalhadores rurais por natureza da negociação - Brasil e Grandes Regiões 2001 (em %)

Natureza da negociação	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Negociações realizadas entre sindicatos de trabalhadores e sindicatos de empresas por Convenção Coletiva ⁽¹⁾	20,7	14,7	28,3	52,6	25,9	25,9
Negociações realizadas entre sindicatos de trabalhadores e de empresas por Acordo Coletivo ⁽²⁾	59,3	47,3	50,6	33,3	57,4	47,6
Dissídio ⁽³⁾ de Convenção Coletiva	1,7	3,5	10,8	3,6	3,7	5,4
Dissídio ⁽³⁾ de Acordo Coletivo	2,4	30,6	3,3	1,1	7,9	14,2
Negociações iniciadas no ano de 2001 e não concluídas até 31.12.2001	15,9	3,9	7,0	9,4	5,1	6,8
Total de negociações (em %)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL DE NEGOCIAÇÕES (em nº absolutos)	295	1.367	938	553	216	3.369

Fonte: IBGE. Pesquisa Sindical

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Termo resultante do processo de negociação entre uma ou mais entidades representativas de trabalhadores e uma ou mais entidades sindicais patronais (sindicato patronal, federação patronal). A convenção coletiva abrange todas as empresas da base da entidade sindical patronal signatária

(2) Instrumento de negociação coletiva em que há, de um lado, um ou mais sindicatos de trabalhadores e, de outro, uma ou mais empresas de determinada categoria econômica, com sua aplicação ocorrendo no âmbito da empresa ou das empresas acordantes

(3) Sentença normativa emitida pelo tribunal, após a frustração do processo negocial

Capítulo 5

Reforma Agrária e Agricultura Familiar

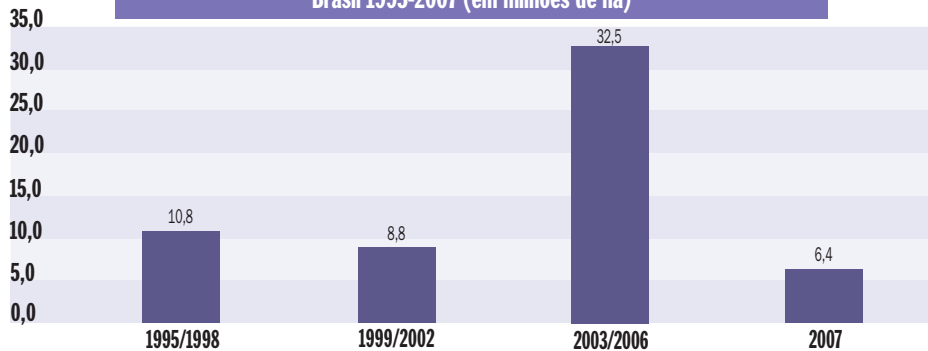
Capítulo 5

Reforma Agrária e Agricultura Familiar

Reforma Agrária

Evolução da área destinada à reforma agrária Brasil 1995-2007 (em milhões de ha)

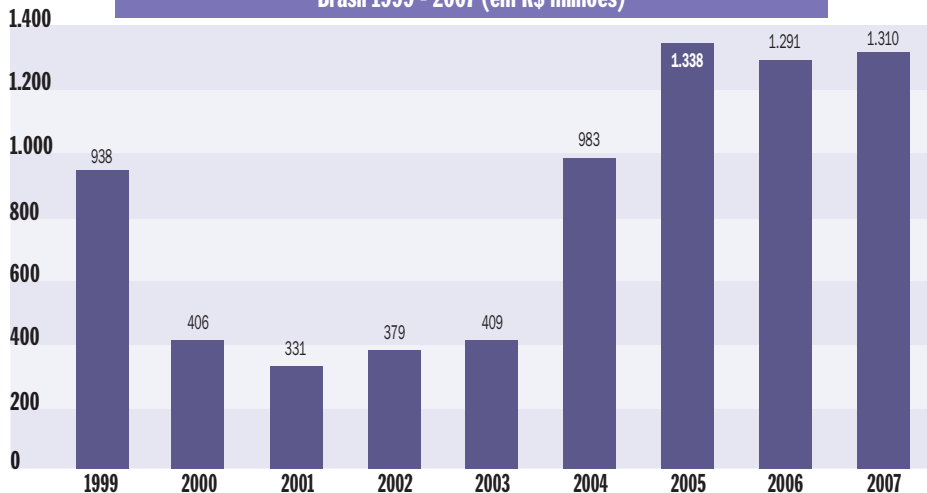
Gráfico 45



Fonte: DEA/Incra
Elaboração: DIEESE

Gráfico 46

Investimento em obtenção de terras Brasil 1999 - 2007 (em R\$ milhões)



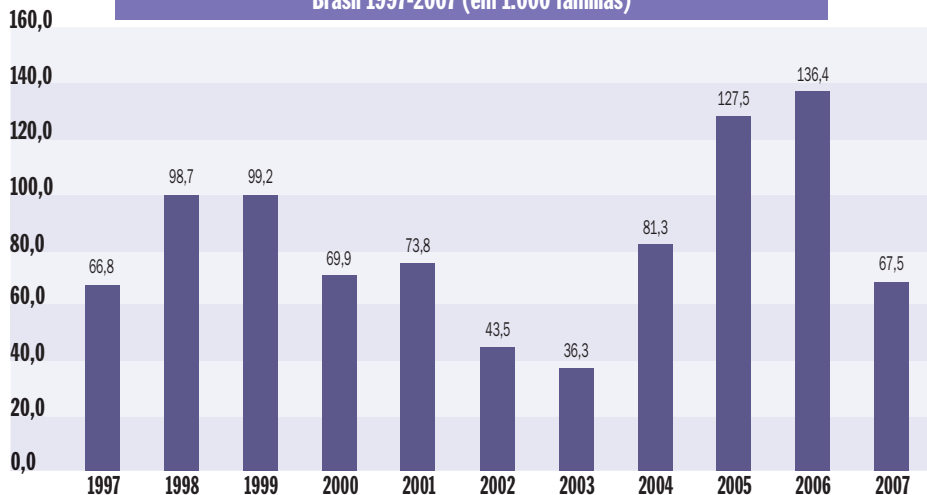
Fonte: DEA/Incra

Elaboração: DIEESE

Obs.: Refere-se aos gastos do Incra com desapropriações e com a compra de terras para fins de Reforma Agrária

Evolução do número de famílias assentadas Brasil 1997-2007 (em 1.000 famílias)

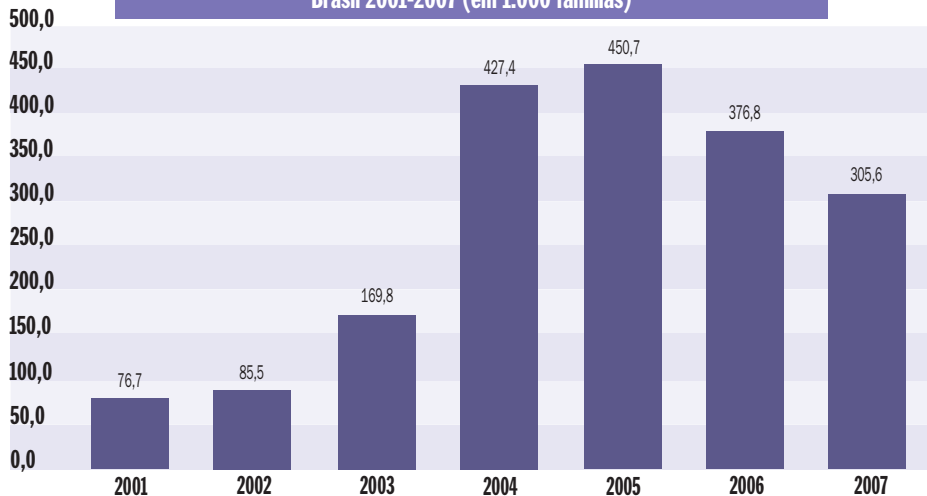
Gráfico 47



Fonte: DEA/Incra
Elaboração: DIEESE

Gráfico 48

Número de famílias assentadas que receberam assistência técnica Brasil 2001-2007 (em 1.000 famílias)



Fonte: DEA/Incra
Elaboração: DIEESE

Evolução do crédito fundiário Brasil 2003-2007

Tabela 58

Ano	Número de operações	Número de famílias	Área (ha)	Subprojetos de Investimentos Comunitários (em R\$ 1.000)	Subprojetos de Aquisição de Terras (em R\$ 1.000)	Valor total (em R\$ 1.000)
2003	2.940	9.138	155.881	36.449	118.682	155.131
2004	417	6.059	126.202	43.419	73.345	116.764
2005	2.246	9.366	166.602	69.873	132.003	201.876
2006	7.260	16.339	249.800	82.756	341.294	424.050
2007	8.199	16.290	249.422	83.475	414.446	497.921
TOTAL	21.062	57.192	947.907	315.972	1.079.770	1.395.742

Fonte: MDA. CGPMA/SRA

Elaboração: DIEESE

Obs.: Dados de circulação interna da SRA

Tabela 59

Distribuição do crédito fundiário Brasil e Grandes Regiões 2007 (em %)

Crédito fundiário	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil	
						Em %	Em n ^{os} abs.
Número de operações	2,7	8,1	2,5	64,2	22,5	100,0	8.199
Número de famílias	7,0	45,7	3,1	33,0	11,3	100,0	16.290
Área	12,2	60,4	1,6	17,6	8,3	100,0	249.422 ⁽¹⁾
Subprojetos de Investimentos Comunitários	—	95,6	3,4	1,0	—	100,0	83.475 ⁽²⁾
Subprojetos de Aquisição de Terras	10,5	20,8	3,3	47,7	17,7	100,0	414.446 ⁽²⁾
VALOR TOTAL	8,7	33,3	3,3	39,9	14,7	100,0	497.921⁽²⁾

Fonte: MDA. CGPMA/SRA

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Total de hectares em relação aos quais, os percentuais são calculados

(2) Total em R\$ 1.000, em relação aos quais os percentuais são calculados

Obs.: Dados de circulação interna da SRA

Evolução do número de famílias atendidas e da área adquirida com o crédito fundiário - Unidades da Federação 2005 - 2007

Tabela 60

Unidades da Federação	2005		2006		2007	
	Famílias	Área adquirida (ha)	Famílias	Área adquirida (ha)	Famílias	Área adquirida (ha)
Rondônia	—	—	—	—	116	1.647
Tocantins	39	1.019	186	5.461	1.017	28.699
Norte	39	1.019	186	5.461	1.133	30.346
Alagoas	190	2.080	358	3.239	529	5.029
Bahia	727	12.460	472	7.149	651	11.228
Ceará	425	12.822	361	8.591	488	12.511
Maranhão	1.930	36.936	2.421	43.652	1.199	22.394
Paraíba	433	12.332	428	8.556	830	18.052
Pernambuco	521	9.987	540	10.737	334	6.898
Piauí	1.428	35.548	3.111	73.653	2.178	50.776
Rio Grande do Norte	771	16.451	1.054	22.549	991	20.946
Sergipe	287	2.753	81	826	237	2.743
Nordeste	6.712	141.369	8.826	178.952	7.437	150.577

continua

Evolução do número de famílias atendidas e da área adquirida com o crédito fundiário - Unidades da Federação 2005 - 2007

Unidades da Federação	2005		2006		2007	
	Famílias	Área adquirida (ha)	Famílias	Área adquirida (ha)	Famílias	Área adquirida (ha)
Espírito Santo	409	2.277	384	2.055	72	347
Minas Gerais	183	2.256	20	334	256	2.339
São Paulo	—	—	56	323	134	573
Rio de Janeiro	15	254	77	1.315	41	699
Sudeste	607	4.787	537	4.027	503	3.958
Paraná	168	1.038	527	2.869	654	3.442
Rio Grande do Sul	847	7.661	3.728	32.505	3.705	30.970
Santa Catarina	913	9.585	1.959	19.653	1.014	9.481
Sul	1.928	18.284	6.214	55.027	5.373	43.893
Goiás	—	—	121	1.687	266	2.941
Mato Grosso	80	1.143	455	4.646	1.570	17.670
Mato Grosso do Sul	—	—	—	—	8	37
Centro-Oeste	80	1.143	576	6.333	1.844	20.648
TOTAL	9.366	166.602	16.339	249.800	16.290	249.422

Fonte: MDA. CGPMA/SRA

Elaboração: DIEESE

Obs.: Dados de circulação interna da SRA

Dimensões dos módulos fiscais Brasil e Unidades da Federação 2007 (em ha)

Tabela 61

Unidades da Federação	Módulo máximo	Módulo mínimo	Mais frequente
Norte			
Acre	100	70	100
Amapá ⁽¹⁾	70	50	70/50
Amazonas	100	80	100
Pará	75	5	70
Rondônia ⁽²⁾	60	60	60
Roraima	100	80	80
Tocantins	80	70	80
Nordeste			
Alagoas	70	7	16
Bahia	70	5	65
Ceará	90	5	55
Maranhão	75	15	75
Paraíba	60	7	55
Pernambuco	70	5	14
Piauí	75	15	70
Rio Grande do Norte	70	7	35
Sergipe	70	5	70

continua

Dimensões dos módulos fiscais Brasil e Unidades da Federação 2007 (em ha)

Unidades da Federação	Módulo máximo	Módulo mínimo	Mais freqüente
Sudeste			
Espírito Santo	60	7	20
Minas Gerais	70	5	30
Rio de Janeiro	35	5	10
São Paulo	40	5	16
Sul			
Paraná	30	5	18
Rio Grande do Sul	40	5	20
Santa Catarina	24	7	20
Centro-Oeste			
Distrito Federal ⁽²⁾	5	5	5
Goiás	80	7	30
Mato Grosso	100	30	80
Mato Grosso do Sul	110	15	45

Fonte: Inkra

Elaboração: DIEESE

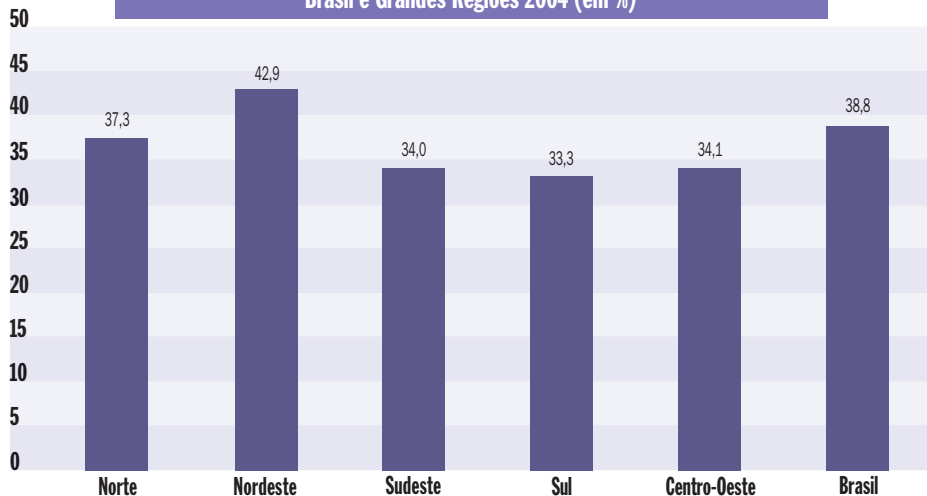
Notas: (1) Em metade dos municípios é 70 hectares, na outra metade é 50 hectares

(2) módulo único

Obs.: As variações resultam do fato de que o Inkra determina o módulo fiscal para cada município levando em conta a qualidade do solo, relevo, acesso etc.

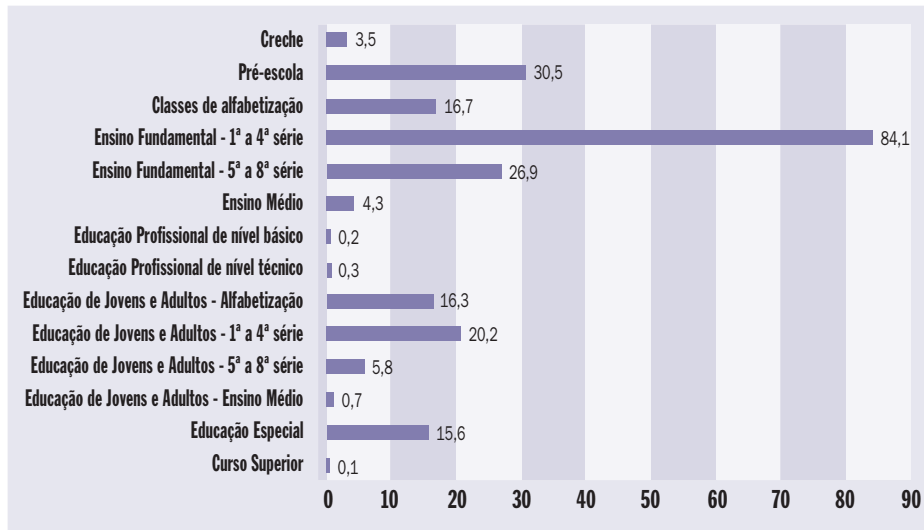
Proporção de assentados que frequentam a escola Brasil e Grandes Regiões 2004 (em %)

Gráfico 49



Fonte: MEC. Inep; MDA.Incra/Pronera - PNERA
Elaboração: DIEESE

Proporção de escolas que atendem assentados segundo níveis e modalidades de ensino oferecidos - Brasil 2004 (em %)



Fonte: MEC. Inep; MDA. Incra/Pronera - PNERA

Elaboração: DIEESE

Obs.: O respondente pode assinalar mais de um nível ou modalidade

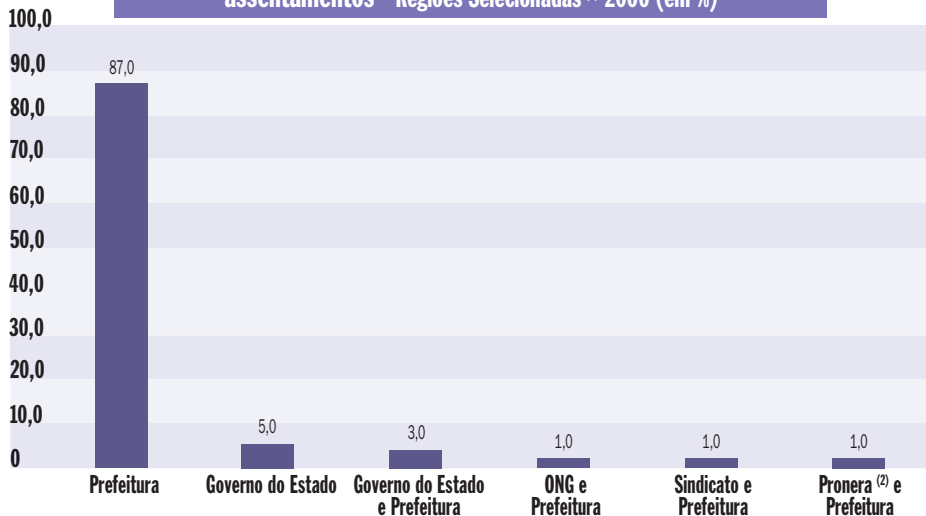
Distribuição das escolas que atendem assentados segundo a localização em relação ao assentamento - Brasil e Grandes Regiões 2004 (em %)

Tabela 62

Localização da escola	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Dentro do assentamento na agrovila/centro comunitário	45,4	66,3	41,8	37,1	40,4	54,3
Dentro do assentamento, mas fora da agrovila/centro comunitário	44,3	10,6	23,9	21,5	43,5	25,0
Fora do assentamento/no entorno	10,3	23,1	34,2	41,3	16,0	20,7

Fonte: MEC. Inep; MDA. Incra/Pronera - PNERA
Elaboração: DIEESE

Gráfico 51

Instituições responsáveis pela manutenção das escolas dos assentamentos - Regiões Seleccionadas ⁽¹⁾ 2000 (em %)

Fonte: Nead/MDA. Impacto dos Assentamentos

Elaboração: DIEESE

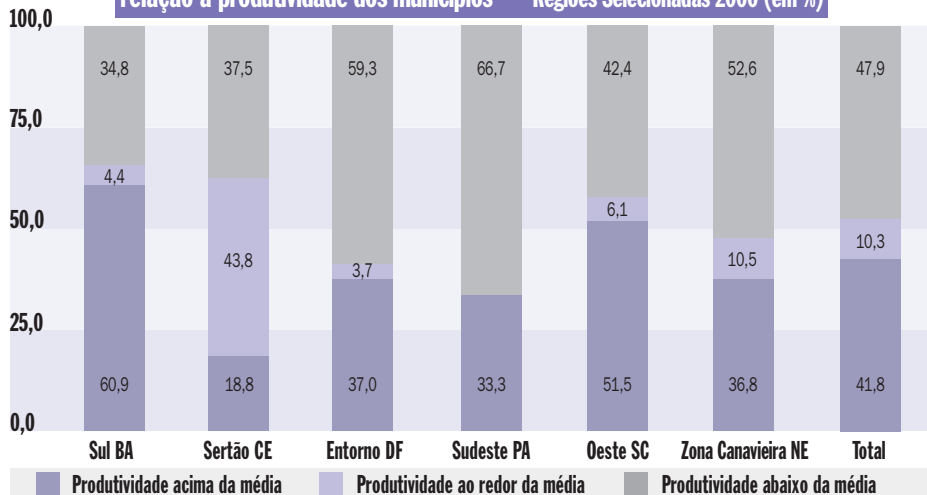
Notas: (1) Os dados referem-se às seguintes manchas amostrais: Sul da Bahia; Sertão do Ceará; Entorno do DF; Sudeste do Pará; Oeste de Santa Catarina; Zona Canavieira do Nordeste

(2) Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

Obs.: Os dados originais não somam 100%

Distribuição dos assentamentos segundo produtividade média ⁽¹⁾ em relação à produtividade dos municípios ⁽²⁾ - Regiões Seleccionadas 2000 (em %)

Gráfico 52



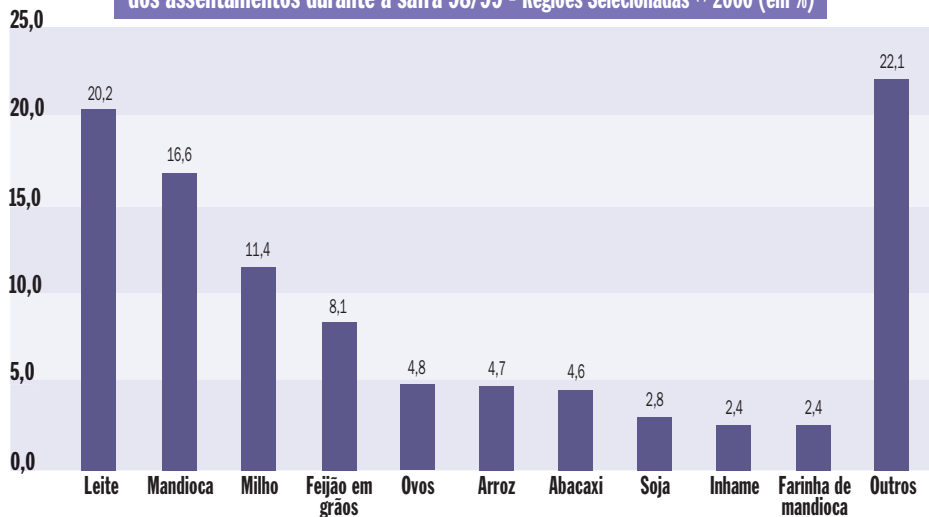
Fonte: Nead/MDA. Impactos dos Assentamentos

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Foram considerados apenas os produtos mais relevantes em cada região segundo o percentual dos assentados que os produzem e vendem e a participação no valor da produção

(2) Refere-se aos municípios em que estão inseridos os assentamentos

Gráfico 53

Distribuição da produção agropecuária, extrativista e de produtos beneficiados dos assentamentos durante a safra 98/99 - Regiões Selecionadas ⁽¹⁾ 2000 (em %)

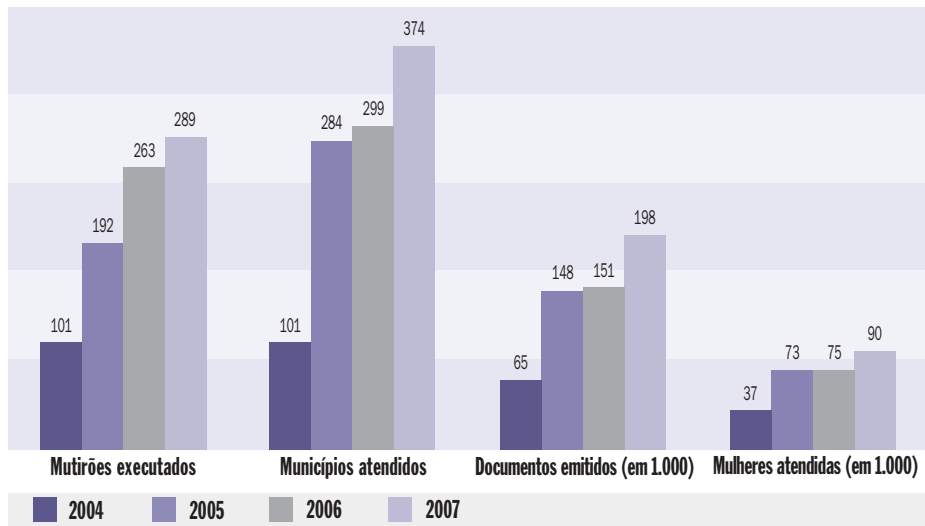
Fonte: Nead/MDA. Impacto dos Assentamentos

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Os dados referem-se às seguintes manchas amostrais: Sul da Bahia; Sertão do Ceará; Entorno do DF; Sudeste do Pará; Oeste de Santa Catarina; Zona Canavieira do Nordeste

Resultados do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural - Brasil 2004-2007 (em nºs absolutos)

Gráfico 54



Fonte: MDA, PPIGRE
Elaboração: DIEESE

Tabela 63

Número de comunidades quilombolas ⁽¹⁾ identificadas pelo Governo Federal - Unidades da Federação 2006

Estados da Federação	Comunidades	Estados da Federação	Comunidades
Alagoas	57	Paraná	13
Amapá	64	Pernambuco	103
Amazonas	4	Piauí	116
Bahia	554	Rio de Janeiro	28
Ceará	84	Rio Grande do Norte	68
Espírito Santo	56	Rio Grande do Sul	145
Goías	93	Rondônia	7
Maranhão	852	Santa Catarina	20
Mato Grosso	73	São Paulo	89
Mato Grosso do Sul	30	Sergipe	46
Minas Gerais	251	Tocantins	30
Pará	388	TOTAL	3.203
Paraíba	32		

Fonte: MDA. PPIGRE

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) De acordo com o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) de 1988: "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos."

Regularização de territórios quilombolas Brasil 2004-2007

Tabela 64

Regularização de territórios quilombolas	2004	2005	2006	2007
Número de processos ⁽¹⁾	116	212	182	74
RTID ⁽²⁾ publicados ⁽³⁾	-	27	21	21
Famílias beneficiadas com RTID	54	2.338	3.514	2.496
Área dos territórios com RTID (ha)	3.695	241.243	207.712	58.042
Títulos concedidos	2	4	16	4
Famílias beneficiadas com títulos	54	365	1.528	240
Área titulada (ha)	3.695	9.032	59.859	17.903

Fonte: MDA. PPIGRE

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Foram excluídos do número de processos os que já foram titulados

(2) Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

(3) O número de RTIDs inclui aqueles com títulos emitidos

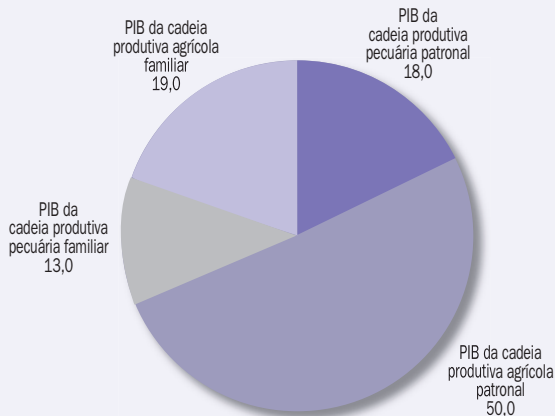
Capítulo 5

Reforma Agrária e Agricultura Familiar

Agricultura Familiar

Distribuição do PIB das cadeias produtivas segundo o tipo de produtor Brasil 2005 (em %)

Gráfico 55



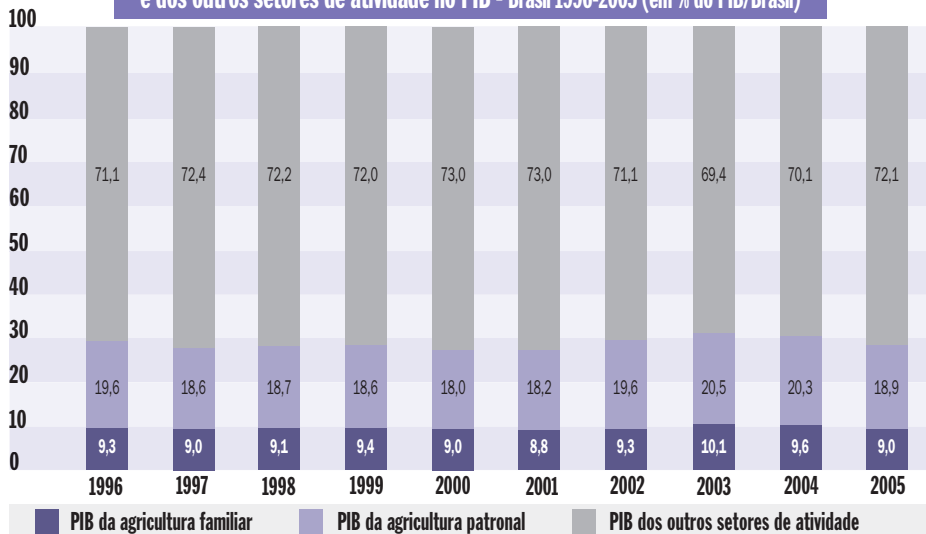
Fonte: Nead. PIB da agricultura familiar
Elaboração: DIEESE

Obs.: a) o cálculo do PIB das cadeias produtivas é feito pela soma do PIB de quatro agregados (insumos para a agricultura e pecuária; agricultura e pecuária; indústrias de base agrícola; distribuição final)

b) Estudo feito antes da mudança metodológica do cálculo do PIB realizada pelas Contas Nacionais do IBGE

Gráfico 56

Evolução da participação das cadeias produtivas da agricultura familiar e patronal e dos outros setores de atividade no PIB - Brasil 1996-2005 (em % do PIB/Brasil)



Fonte: Nead. PIB da agricultura familiar

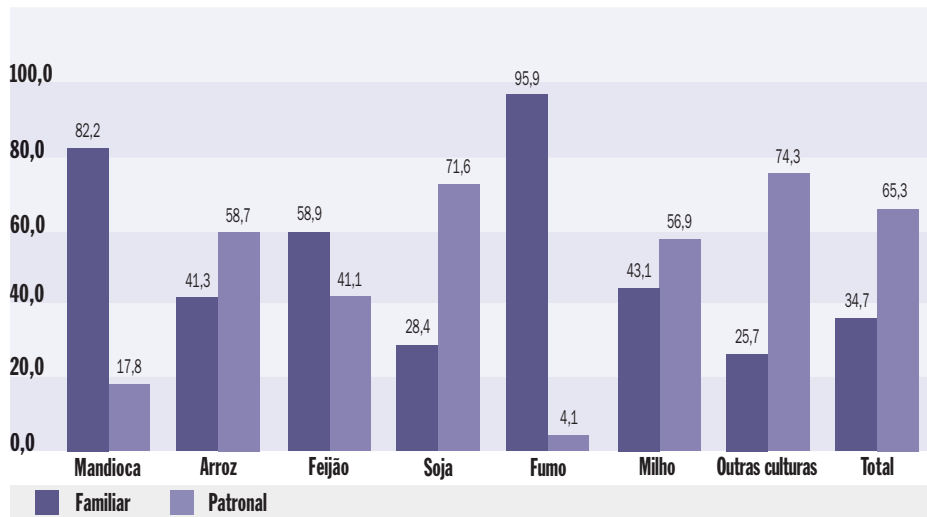
Elaboração: DIEESE

Obs.: a) Estudo feito antes da mudança metodológica do cálculo do PIB realizada pelas Contas Nacionais do IBGE

b) O cálculo do PIB das cadeias produtivas é feito pela soma do PIB de quatro agregados (insumos para a agricultura e pecuária; agricultura e pecuária; indústrias de base agrícola; distribuição final)

Distribuição do valor da produção agrícola por tipo de produtor segundo a cultura - Brasil 2005 (em %)

Gráfico 57



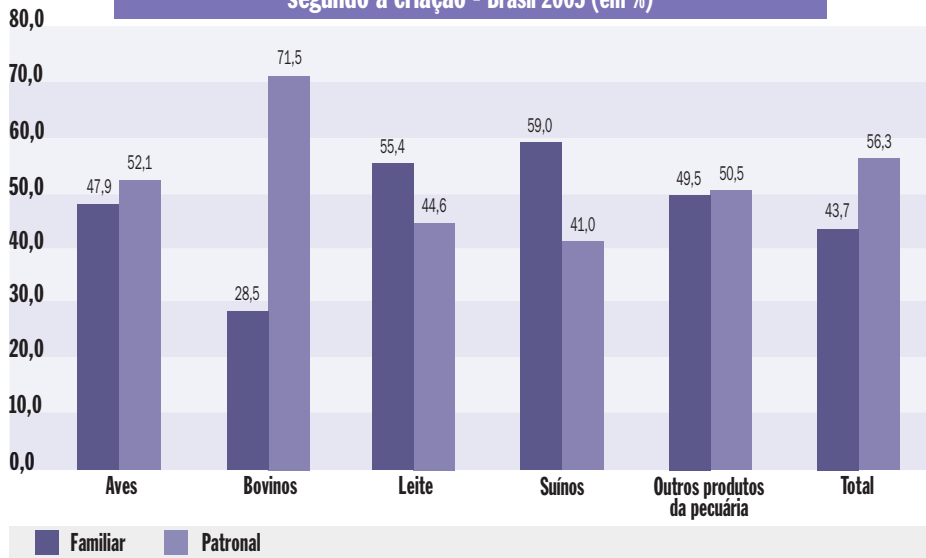
Fonte: Nead. PIB da agricultura familiar

Elaboração: DIEESE

Obs.: Estudo feito antes da mudança metodológica do cálculo do PIB realizada pelas Contas Nacionais do IBGE

Gráfico 58

Distribuição do valor da produção pecuária por tipo de produtor segundo a criação - Brasil 2005 (em %)



Fonte: Nead. PIB da agricultura familiar

Elaboração: DIEESE

Obs.: Estudo feito antes da mudança metodológica do cálculo do PIB realizada pelas Contas Nacionais do IBGE

Distribuição dos conta-própria e dos empregadores⁽¹⁾ por condição em relação ao empreendimento agrícola - Brasil e Grandes Regiões 2006 (em %)

Tabela 65

Condição em relação ao empreendimento	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Parceiro	9,4	10,8	10,0	6,6	2,4	9,2
Arrendatário	0,8	8,6	5,2	7,7	5,9	7,0
Posseiro	7,1	4,6	1,7	0,5	4,0	3,6
Cessionário	7,4	17,7	6,7	5,9	5,4	12,1
Proprietário	72,1	55,7	74,1	78,4	78,8	65,6
Outra condição	3,2	2,7	2,4	1,0	3,6	2,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL (em nºs absolutos)	427.591	2.221.447	604.965	869.256	241.033	4.364.292

Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Empregadores com até dois empregados permanentes

Obs.: Refere-se ao conta-própria ou empregador em empreendimento do grupamento agrícola (exceto serviços auxiliares) no trabalho da semana de referência

Tabela 66

Distribuição dos parceiros por parte da produção contratada pelo uso do bem, móvel ou imóvel, utilizado no empreendimento - Brasil e Grandes Regiões 2006 (em %)

Parte da produção contratada	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Meia	72,1	35,8	75,5	59,9	83,7	49,4
Terça	8,7	12,4	14,0	24,3	5,3	13,8
Quarta	13,8	18,5	5,9	6,2	5,3	14,2
Quinta	0,5	23,4	0,0	4,1	0,0	14,6
Outra	4,9	9,9	4,6	5,5	5,6	7,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL (em nºs absolutos)	40.336	240.013	60.429	56.946	5.733	403.457

Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Obs.: Refere-se ao conta-própria ou empregador com até dois empregados permanentes em empreendimento do grupamento agrícola (exceto serviços auxiliares) no trabalho da semana de referência

Distribuição dos arrendatários por forma contratada de pagamento pelo uso do bem, móvel ou imóvel, arrendado para o empreendimento - Brasil e Grandes Regiões 2006 (em %)

Tabela 67

Forma contratada de pagamento	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Somente dinheiro	42,2	16,2	57,2	42,3	60,1	28,4
Somente produto	23,4	76,5	34,4	50,7	26,2	63,6
Somente serviço	13,5	5,7	—	2,6	4,4	4,5
Dinheiro e produto	7,1	0,7	6,5	3,5	4,7	2,2
Dinheiro e serviço	7,0	0,3	—	—	—	0,2
Produto e serviço	6,7	0,4	1,9	—	4,6	0,7
Dinheiro, produto e serviço	—	0,3	—	0,9	—	0,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL (em nºs absolutos)	3.349	191.202	31.414	67.230	14.165	307.360

Fonte: IBGE. Pnad

Elaboração: DIEESE

Obs.: Refere-se ao conta-própria ou empregador com até dois empregados permanentes em empreendimento do grupamento agrícola (exceto serviços auxiliares) no trabalho da semana de referência

Tabela 68

Distribuição dos conta-própria e dos empregadores ⁽¹⁾ por comprador da produção - Brasil e Grandes Regiões 2006 (em %)

Comprador ⁽²⁾	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Empresa	25,1	6,0	21,9	53,9	41,8	22,7
Cooperativa	5,7	0,5	17,1	18,3	8,5	7,8
Governo	1,8	0,3	0,1	0,2	0,5	0,4
Proprietário do bem utilizado para o empreendimento	1,2	1,3	0,6	0,2	0,6	0,9
Intermediário particular	41,7	65,8	37,5	14,7	32,7	46,3
Consumidor direto	23,8	25,6	21,8	11,7	15,8	21,3
Outro comprador	0,6	0,3	1,0	0,7	0,2	0,5
Sem declaração	-	-	-	0,2	-	0,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL (em n^{os} absolutos)	392.707	1.775.569	540.876	803.060	202.331	3.714.543

Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Empregadores com até dois empregados permanentes

(2) Comprador que adquiriu a totalidade, ou a maior parte, da produção principal do empreendimento que foi vendida no período de referência de 365 dias

Obs.: Refere-se ao conta-própria ou empregador em empreendimento do grupamento agrícola (exceto serviços auxiliares) no trabalho da semana de referência que venderam parte da sua produção principal

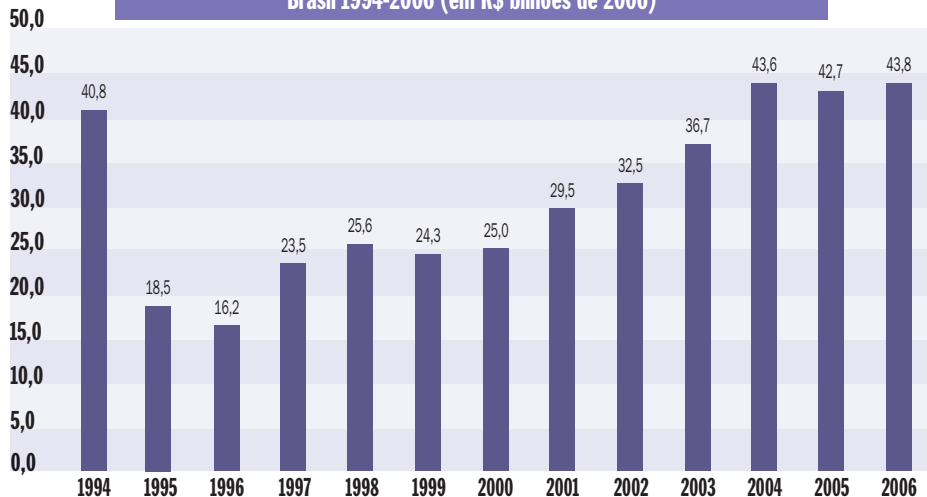
Capítulo 5

Reforma Agrária e Agricultura Familiar

Crédito

Evolução do crédito rural Brasil 1994-2006 (em R\$ bilhões de 2006)

Gráfico 59



Fonte: Banco Central. Anuário Estatístico do Crédito Rural
Elaboração: DIEESE
Obs.: Corrigido pelo IGP-DI (índice médio anual)

Tabela 69

Valor dos financiamentos rurais concedidos a produtores e cooperativas por finalidade, segundo a fonte de recursos - Brasil 2006

Fonte de recurso	Custeio		Investimento	
	Em R\$ 1.000	Em %	Em R\$ 1.000	Em %
Recursos do Tesouro	16.271	0,1	402.323	4,0
Recursos obrigatórios	12.544.698	51,5	628.061	6,2
Poupança rural	7.125.735	29,2	67.774	0,7
Recursos livres	809.306	3,3	187.778	1,9
Fundos constitucionais	679.009	2,8	3.325.005	32,8
Fundo de Amparo ao Trabalhador	1.710.459	7,0	1.600.379	15,8
BNDES/Finame ⁽¹⁾	82	0,0	3.201.437	31,6
FTRA ⁽²⁾ /Banco da Terra	-	-	351.507	3,5
Governos estaduais	192	0,0	26.231	0,3
Funcafé ⁽³⁾	1.201.961	4,9	1.593	0,0
Recursos externos ⁽⁴⁾	278.847	1,1	332.724	3,3
Outras fontes	-	-	6.529	0,1
TOTAL	24.366.560	100,0	10.131.341	100,0

Fonte: Banco Central. Anuário Estatístico do Crédito Rural

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Financiamento de Máquinas e Equipamentos

(2) Fundo de Terras e da Reforma Agrária

(3) Funcafé: Fundo de Defesa da Economia Cafeeira

(4) Recursos externos - 63 rural

Valor dos financiamentos concedidos a produtores e cooperativas segundo faixa de financiamento - Brasil 2006

Tabela 70

Faixa de financiamento (em R\$)	Contrato		Valor	
	Em nºs absolutos	Em %	Em R\$ milhões	Em %
De 0 a 60.000	3.416.039	97,0	16.780	38,3
De 60.001 a 150.000	72.225	2,1	6.789	15,5
De 150.001 a 300.000	20.297	0,6	4.305	9,8
Acima de 300.000	13.994	0,4	15.892	36,3
TOTAL	3.522.555	100,0	43.766	100,0

Fonte: Banco Central. Anuário Estatístico do Crédito Rural
Elaboração: DIEESE

Tabela 71

Financiamentos concedidos a cooperativas Brasil e Grandes Regiões 2006

Brasil e Grandes Regiões	Contrato		Valor		Área financiada	
	Em nºs abs.	Em %	Em R\$ 1.000	Em %	Em ha	Em %
Norte	9	0,2	5.785	0,1	1	0,0
Nordeste	424	8,6	67.786	1,5	196.247	31,3
Sudeste	1.494	30,3	1.994.894	44,8	79.669	12,7
Sul	2.856	57,8	2.243.135	50,4	349.782	55,8
Centro-Oeste	154	3,1	139.085	3,1	1.277	0,2
BRASIL	4.937	100,0	4.450.684	100,0	626.976	100,0

Fonte: Banco Central. Anuário Estatístico do Crédito Rural
Elaboração: DIEESE

Evolução do montante e do número de contratos do Pronaf Brasil e Grandes Regiões 2002/2003 - 2006/2007

Tabela 72

Desempenho do Pronaf	Ano-agrícola	Norte	Nodeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Montante (em R\$ milhões)	2002/2003	201,1	393,1	389,9	1.205,7	186,7	2.376,5
	2003/2004	549,2	888,0	783,2	1.925,2	344,9	4.490,5
	2004/2005	614,2	1.146,9	1.046,9	2.887,1	381,3	6.076,5
	2005/2006	718,1	1.888,5	1.470,9	2.928,6	532,3	7.538,5
	2006/2007	821,7	2.064,2	1.807,5	3.159,9	570,5	8.423,9
Número de contratos	2002/2003	35.145	285.595	118.358	435.009	30.104	904.214
	2003/2004	91.729	545.745	194.640	500.171	57.881	1.390.168
	2004/2005	99.591	559.827	236.348	678.312	57.704	1.631.796
	2005/2006	101.420	805.131	303.623	630.820	67.443	1.908.437
	2006/2007	104.669	708.732	277.374	539.719	61.425	1.691.919

Fonte: MDA. SAF
Elaboração: DIEESE

Obs.: a) Exclui os contratos com região geográfica não identificada
b) Dados de março de 2008

Tabela 73

**Evolução dos municípios atendidos pelo Pronaf
Brasil 2001/2002 - 2006/2007 (em n^{os} absolutos)**

Ano agrícola	Municípios com crédito
2001/2002	4.640
2002/2003	4.867
2003/2004	5.227
2004/2005	5.342
2005/2006	5.362
2006/2007	5.387

Fonte: MDA. SAF
Elaboração: DIEESE

Valor financiado pelo Pronaf ⁽¹⁾ segundo finalidade do financiamento Brasil e Grandes Regiões 2006

Tabela 74

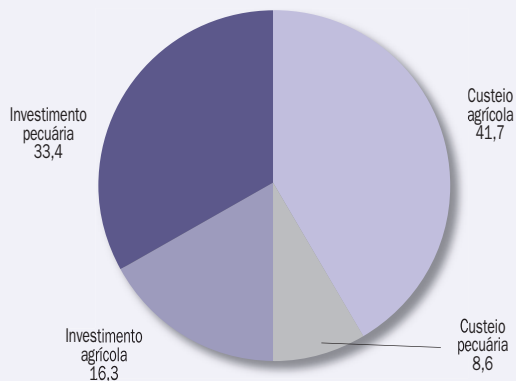
Brasil e Grandes Regiões	Custeio		Investimento		Total	
	Em R\$ milhões	Em %	Em R\$ milhões	Em %	Em R\$ milhões	Em %
Norte	156,8	4,3	405,9	11,4	562,7	7,9
Nordeste	385,3	10,7	1.478,9	41,6	1.864,2	26,0
Sudeste	863,8	23,9	526,9	14,8	1.390,7	19,4
Sul	1.989,7	55,2	930,5	26,1	2.920,2	40,8
Centro-Oeste	211,8	5,9	216,5	6,1	428,3	6,0
BRASIL	3.607,4	100,0	3.558,7	100,0	7.166,1	100,0

Fonte: Bacen. Anuário Estatístico do Crédito Rural

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Distribuição do valor dos financiamentos rurais concedidos pelo Pronaf ⁽¹⁾ segundo atividade e finalidade - Brasil 2006 (em %)



Fonte: Banco Central do Brasil. Anuário Estatístico do Crédito Rural
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Obs.: De acordo com o art. 1, inciso III, da Resolução nº 2.321, de 9/10/1996, as Instituições Financeiras estão dispensadas do registro das operações de investimento no Sistema Recor. Os dados de investimentos, portanto, não espelham necessariamente o volume de recursos concedidos para esta finalidade, no âmbito do Pronaf

Valor financiado e número de contratos do Pronaf ⁽¹⁾ por ano-agrícola segundo modalidade e linha de crédito - Brasil 2004/2005 - 2006/2007

Tabela 75

Modalidade e linha de crédito		2004/2005		2005/2006		2006/2007	
		Valor financiado (em R\$ 1.000)	Nº de contratos (em 1.000)	Valor financiado (em R\$ 1.000)	Nº de contratos (em 1.000)	Valor financiado (em R\$ 1.000)	Nº de contratos (em 1.000)
Custeio	Grupo A ⁽²⁾	19.001,1	1,3	3,0	0,0	-	-
	Grupo A/C ⁽³⁾	44.797,9	17,4	41.910,4	16,3	30.276,6	12,2
	Grupo C ⁽⁴⁾	1.054.508,0	556,6	1.040.658,8	510,3	962.097,2	440,0
	Grupo D ⁽⁵⁾	1.440.840,9	300,3	1.517.519,2	308,1	2.845.614,5	447,2
	Grupo E ⁽⁶⁾	559.275,7	45,7	700.940,1	56,4	1.583.058,7	114,8
	MCR 6.2 ⁽⁷⁾	431.986,5	94,3	777.317,9	185,4	10.767,1	0,8
	Mini-produtores	238.580,9	66,5	-	-	-	-
	TOTAL	3.788.991,1	1.082,1	4.078.349,3	1.076,5	5.431.844,0	1.015,0

continua

Valor financiado e número de contratos do Pronaf ⁽¹⁾ por ano-agrícola segundo modalidade e linha de crédito - Brasil 2004/2005 - 2006/2007

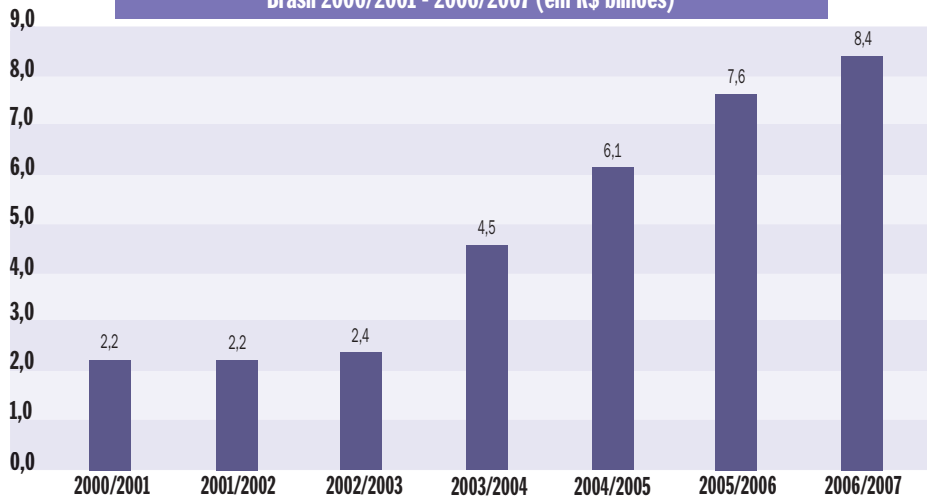
Modalidade e linha de crédito	2004/2005		2005/2006		2006/2007		
	Valor financiado (em R\$ 1.000)	Nº de contratos (em 1.000)	Valor financiado (em R\$ 1.000)	Nº de contratos (em 1.000)	Valor financiado (em R\$ 1.000)	Nº de contratos (em 1.000)	
Investimento	Agroindústria familiar	50,1	0,0	849,4	0,1	474,4	0,0
	Grupo A ⁽²⁾	436.469,1	34,3	564.893,3	36,1	494.272,9	31,5
	Grupo A/C ⁽³⁾	22,0	0,0	444,5	0,1	105,7	0,0
	Grupo B ⁽⁸⁾	358.594,0	358,5	561.419,7	559,7	592.954,1	468,4
	Grupo C ⁽⁴⁾	399.287,0	65,4	690.270,0	124,5	524.916,1	93,8
	Grupo D ⁽⁵⁾	844.432,3	65,7	1.232.256,1	92,6	1.024.009,7	69,2
	Grupo E ⁽⁶⁾	137.888,3	6,2	320.656,7	14,2	303.017,2	11,1
	MCR 6.2 ⁽⁷⁾	21.373,0	0,5	84.470,2	4,7	48.036,0	2,6
	Mini-produtores	89.408,9	19,2	-	-	-	-
	TOTAL	2.287.524,6	549,7	3.455.259,8	831,9	2.987.786,2	676,6
TOTAL GERAL	6.076.515,6	1.631,8	7.533.609,1	1.908,4	8.419.630,2	1.691,6	

Fonte: MDA. SAF. Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar; (2) É o primeiro crédito para os assentados da reforma agrária destinado à estruturação de suas unidades produtivas; (3) É o primeiro crédito de custeio para as famílias assentadas da reforma agrária que já receberam financiamento do Grupo A; (4) Beneficia com crédito de custeio e de investimento os agricultores com renda familiar anual bruta superior a R\$ 2 mil e inferior a R\$ 14 mil; (5) Beneficia com crédito de custeio e de investimento os agricultores com renda familiar anual bruta superior a R\$ 14 mil e limitada a R\$ 40 mil; (6) (Proger Familiar Rural) – Abrange os agricultores com renda familiar anual bruta entre R\$ 40 mil e R\$ 60 mil, que passam a ter direito a linhas de crédito para financiamento e custeio da produção; (7) Recursos obrigatórios do Manual do Crédito Rural (MCR) capítulo 6, seção 2; (8) É a linha de microcrédito criada para combater a pobreza rural. Os recursos de investimento são destinados a agricultores com renda familiar anual bruta de até R\$ 2 mil para financiar qualquer atividade geradora de renda. Obs.: a) No Brasil, o período tomado como referência na divulgação das estatísticas agrícolas se inicia em 1º de julho; b) Resultado em março de 2008; c) Exclui os contratos com modalidade não identificada

Evolução do crédito do Pronaf ⁽¹⁾ por ano-agrícola Brasil 2000/2001 - 2006/2007 (em R\$ bilhões)

Gráfico 61



Fonte: MDA.SAF. Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Obs.: a) No Brasil o período tomado como referência na divulgação das estatísticas agrícolas se inicia em 1º de julho; b) Valores contratados;

c) Resultado em março de 2008

Gráfico 62

Evolução da participação das mulheres no número de contratos e no montante do crédito do Pronaf - Brasil Safras 2002/2003 a 2006/2007 (em %)

Fonte: MDA. PPIGRE

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Estimativa do montante das operações

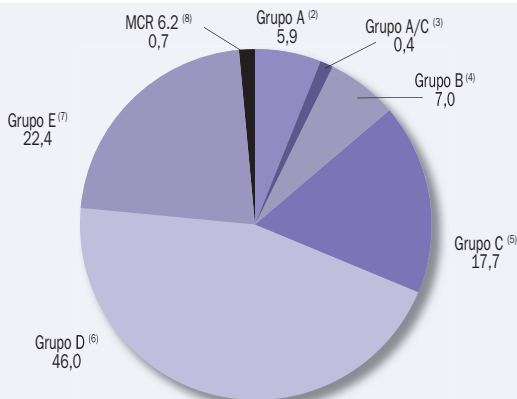
Número de contratos e valor financiado pelo Pronaf segundo finalidade e principais produtos - Brasil 2006

Tabela 76

Finalidade e principais produtos	Nº de contratos	Valor (R\$ milhões)	Finalidade e principais produtos	Nº de contratos	Valor (R\$ milhões)
Custeio Agrícola	728.915	2.997,63	Custeio Pecuária	170.556	616,58
Algodão	1.896	8,06	Animais	155.179	606,80
Arroz	25.494	128,24	Outras aplicações	15.377	9,78
Batata	3.369	27,07	Investimento Agrícola	300.981	1.158,96
Café	74.995	323,74	Máquinas e equipamentos	44.932	405,17
Cana-de-Açúcar	8.017	28,94	Melhorias nas explorações	124.264	322,61
Feijão	40.906	104,20	Formação de culturas perenes	55.974	203,32
Fumo	1.325	2,71	Outras aplicações	75.811	227,87
Mandioca	68.332	187,03	Investimento Pecuária	1.351.045	2.392,86
Milho	318.984	1.122,52	Aquisição de animais	682.179	1.431,49
Soja	101.833	540,98	Melhorias nas explorações	373.450	526,15
Trigo	6.692	42,71	Outras aplicações	295.416	435,21
Outras lavouras	74.685	403,71	TOTAL	2.551.497	7.166,03
Outras Aplicações	2.387	77,73			

Fonte: Banco Central. Anuário Estatístico do Crédito Rural
Elaboração: DIEESE

Participação dos grupos no montante de crédito rural do Pronaf ⁽¹⁾ Brasil 2006/2007 (em %)



Fonte: MDA. SAF
Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar; (2) É o primeiro crédito para os assentados da reforma agrária destinado à estruturação de suas unidades produtivas; (3) É o primeiro crédito de custeio para as famílias assentadas da reforma agrária que já receberam financiamento do Grupo A; (4) É a linha de microcrédito criada para combater a pobreza rural. Os recursos de investimento são destinados a agricultores com renda familiar anual bruta de até R\$ 2 mil para financiar qualquer atividade geradora de renda; (5) Beneficia com crédito de custeio e de investimento os agricultores com renda familiar anual bruta superior a R\$ 2 mil e inferior a R\$ 14 mil; (6) Beneficia com crédito de custeio e de investimento os agricultores com renda familiar anual bruta superior a R\$ 14 mil e limitada a R\$ 40 mil; (7) (Proger Familiar Rural) – Abrange os agricultores com renda familiar anual bruta entre R\$ 40 mil e R\$ 60 mil, que passam a ter direito a linhas de crédito para financiamento e custeio da produção; (8) Recursos obrigatórios do Manual do Crédito Rural (MCR) capítulo 6, seção 2. Obs.: No Brasil, o período tomado como referência na divulgação das estatísticas agrícolas se inicia em 1º de julho.

Capítulo 5

Reforma Agrária e Agricultura Familiar

Territórios Rurais

Territórios Rurais ⁽¹⁾ Norte 2007

Tabela 77

Nome do Território Rural	UF	Nº de municípios
Alto Acre e Capixaba	AC	5
Vale do Juruá	AC	3
Baixo Acre	AC	6
Alto Juruá	AM	4
Baixo Amazonas	AM	7
Entorno de Manaus	AM	13
Madeira	AM	5
Alto Rio Negro	AM	3
Médio Juruá	AM	3
Centro-Oeste do Amapá	AP	4
Sul do Amapá	AP	3
Dos Lagos	AP	3
Extremo Norte	AP	2
Baixo Amazonas	PA	11
BR 163	PA	7
Nordeste Paraense	PA	15
Sudeste Paraense	PA	7

continua | 209

Nome do Território Rural	UF	Nº de municípios
Sul do Pará	PA	9
Transamazônica	PA	8
Marajó	PA	16
Baixo Tocantins	PA	9
Central	RO	13
Madeira Mamoré	RO	5
Vale do Jamari	RO	9
Rio Machado	RO	7
Sul de Roraima	RR	4
Terra Indígena Raposa Serra do Sol	RR	4
Apa Cantão	TO	9
Bico do Papagaio	TO	25
Jalapão	TO	8
Sudeste do Tocantins	TO	13
Médio Araguaia	TO	8
TOTAL		248

Fonte: MDA. Sistema de Informações Territoriais. Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Apoiados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial

Territórios Rurais ⁽¹⁾ Nordeste 2007

Tabela 78

Nome do Território Rural	UF	Nº de municípios	Nome do Território Rural	UF	Nº de municípios
Da Bacia Leiteira	AL	11	Sertão de São Francisco	BA	10
Do Agreste	AL	16	Inhamuns Crateús	CE	20
Do Alto Sertão	AL	8	Itapipoca	CE	18
Do Litoral Norte	AL	12	Sertão Central	CE	12
Do Médio Sertão	AL	9	Sertões de Canindé	CE	6
Mata Alagoana	AL	16	Sobral	CE	17
Bacia do Jacuípe	BA	14	Cariíri	CE	27
Baixo Sul da Bahia	BA	16	Baturité	CE	13
Chapada Diamantina	BA	23	Baixo Parnaíba	MA	16
Do Sisal	BA	20	Cocais	MA	17
Bacia do Rio Corrente	BA	11	Lençóis Maranhenses/Munin	MA	12
Irecê	BA	20	Vale do Itapecuru	MA	10
Piemonte do Paraguaçu	BA	14	Baixada Ocidental	MA	19
Sul da Bahia	BA	29	Alto Turi e Gurupi	MA	18
Velho Chico	BA	16	Médio Mearim	MA	16
Itaparica ⁽²⁾	BA	13	Campo e Lagos	MA	12
Sertão Produtivo	BA	19	Borborema	PB	21

continua 211

Tabela 78

Territórios Rurais ⁽¹⁾
Nordeste 2007

conclusão

Nome do Território Rural	UF	Nº de municípios	Nome do Território Rural	UF	Nº de municípios
Cariri Ocidental	PB	17	Serra da Capivara	PI	18
Cariri Oriental	PB	14	Tabuleiros do Alto Parnaíba	PI	12
Médio Sertão	PB	24	Vale do Guaribas	PI	35
Zona da Mata Norte	PB	19	Vale do Canindé	PI	17
Zona da Mata Sul	PB	13	Açu-Mossoró	RN	14
Curimataú	PB	10	Potengi	RN	11
Agreste Meridional	PE	20	Trairi	RN	15
Agreste Central	PE	11	Sertão do Apodi	RN	17
Mata Sul	PE	19	Mato Grande	RN	15
Sertão do Araripe	PE	10	Seridó	RN	25
Sertão do Pajeú	PE	20	Alto Oeste	RN	30
Sertão do São Francisco	PE	7	Alto Sertão	SE	7
Mata Norte	PE	19	Centro Sul	SE	14
Carnaubais	PI	18	Sertão Ocidental	SE	11
Entre Rios	PI	28	Baixo São Francisco	SE	14
TOTAL					1.035

Fonte: MDA. Sistema de Informações Territoriais. Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Apoiados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial; (2) Território composto por municípios do estado de PE e BA

Territórios Rurais ⁽¹⁾ Sudeste 2007

Tabela 79

Nome do Território Rural	UF	Nº de municípios	Nome do Território Rural	UF	Nº de municípios
Caparaó	ES	11	Serra Geral	MG	16
Norte do Espírito Santo	ES	17	Vale do Mucuri	MG	27
Pólo Colatina	ES	12	Baixo Jequitinhonha	MG	16
Juparanã	ES	7	Alto Suaçuí Grande	MG	7
Das Montanhas e Água do Espírito Santo	ES	12	São Mateus	MG	11
Sul Litorâneo	ES	8	Noroeste do Rio de Janeiro	RJ	13
Alto Jequitinhonha	MG	20	Norte do Rio de Janeiro	RJ	9
Alto Rio Pardo	MG	15	Baía de Ilha Grande	RJ	5
Sertão de Minas	MG	17	Andradina	SP	11
Médio Jequitinhonha	MG	19	Pontal do Paranapanema	SP	32
Médio Rio Doce	MG	17	Sudoeste Paulista	SP	15
Noroeste de Minas	MG	22	Vale do Ribeira	SP	25
Serra do Brigadeiro	MG	9	Noroeste Paulista	SP	36
TOTAL					409

Fonte: MDA. Sistema de Informações Territoriais

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Apoiados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial

Tabela 80

Territórios Rurais ⁽¹⁾

Sul 2007

Nome do Território Rural	UF	Nº de municípios	Nome do Território Rural	UF	Nº de municípios
Cantuquiriguaçu	PR	20	Zona Sul do Estado	RS	25
Centro Sul	PR	12	Noroeste Colonial	RS	34
Paraná Centro	PR	17	Centro Serra	RS	12
Sudoeste Paranaense	PR	42	Alto Uruguai	SC	16
Vale do Ribeira	PR	7	Alto Vale do Itajaí	SC	32
Caminhos do Tibagi	PR	8	Meio Oeste Contestado	SC	29
Norte Pioneiro	PR	27	Oeste Catarinense	SC	25
Alto Uruguai	RS	32	Planalto Norte	SC	14
Médio Alto Uruguai	RS	31	Alto Vale do Rio Peixe	SC	13
Missões	RS	25	Planalto Catarinense	SC	13
Região Central	RS	35	Serra Catarinense	SC	18
TOTAL					487

Fonte: MDA. Sistema de Informações Territoriais

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Apoiados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial

Territórios Rurais ⁽¹⁾ Centro-Oeste 2007

Tabela 81

Nome do Território Rural	UF	Nº de municípios	Nome do Território Rural	UF	Nº de municípios
Das Águas Emendadas	DF	11	Da Reforma	MS	11
Estrada de Ferro	GO	14	Grande Dourados	MS	12
Vale do Rio Vermelho	GO	16	Vale do Ivinhema	MS	10
Médio Araguaia	GO	19	Baixada Cuiabana	MT	13
Vale de São Patricio	GO	14	Baixo Araguaia	MT	15
Chapada dos Veadeiros	GO	8	Portal da Amazônia	MT	16
Vale do Paranã	GO	12	Grande Cáceres	MT	20
Cone Sul	MS	8	Alto Paraguai	MT	14
TOTAL					213

■ Fonte: MDA. Sistema de Informações Territoriais
 Elaboração: DIEESE
 Nota: (1) Apoiados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial

Tabela 82

Territórios da Cidadania Brasil 2008 ⁽¹⁾

Região e Territórios da Cidadania		IDH - T	Nº Municípios	Agricultores Familiares	Famílias Assentadas	Proporção população rural / total	Comunidades Quilombolas	Terras Indígenas
Norte	Alto Rio Negro - AM	0,62	3	2.540	37	62,1	-	11
	Baixo Amazonas - AM	0,68	7	7.303	2.428	44,8	-	4
	Entorno de Manaus - AM	0,76	13	15.161	8.455	9,8	-	32
	Alto Acre e Capixaba - AC	0,67	5	3.441	4.553	46,4	-	3
	Sul do Amapá - AP	0,70	3	266	3.132	19,2	-	2
	Baixo Amazonas - PA	0,71	11	22.281	36.580	42,5	19	18
	Marajó - PA	0,63	16	24.597	4.618	61,2	17	1
	Nordeste Paraense - PA	0,65	15	15.906	13.318	53,1	14	3
	Sudeste Paraense - PA	0,69	7	6.785	20.823	33,6	-	3
	Transamazônica - PA	0,70	8	13.267	22.554	52,9	-	15
	Central (Ji-Paraná) - RO	0,72	13	20.119	7.076	43,7	-	2
	Sul de Roraima - RR	0,69	4	1.915	6.235	50,8	-	3
Bico do Papagaio - TO	0,62	25	7.406	5.644	36,3	-	1	

continua

Territórios da Cidadania Brasil 2008 ⁽¹⁾

Tabela 82

Região e Territórios da Cidadania		IDH - T	Nº Municípios	Agricultores Familiares	Famílias Assentadas	Proporção população rural / total	Comunidades Quilombolas	Terras Indígenas
Nordeste	Baixo Parnaíba - MA	0,55	16	33.580	4.693	58,5	12	-
	Cocais - MA	0,59	17	39.516	10.906	33,1	10	-
	Lençóis Maranhenses/ Munim - MA	0,57	12	9.616	7.842	64,8	1	-
	Vale do Itapecuru - MA	0,57	10	16.477	6.369	49,9	31	-
	Carnaubais - PI	0,60	18	16.573	2.852	54,6	2	-
	Entre Rios - PI	0,72	28	26.646	5.297	17,1	1	-
	Serra da Capivara - PI	0,61	18	15.149	1.937	63,1	-	-
	Vale do Guaribas - PI	0,60	34	34.557	781	55,8	19	-
	Inhamuns Crateús - CE	0,64	20	44.116	3.573	50,8	7	1
	Itapipoca - CE	0,63	18	22.229	3.301	49,4	2	2
	Sertão Central - CE	0,63	12	23.045	2.033	51,1	-	-
	Açu-Mossoró - RN	0,70	14	4.999	6.436	17,5	-	-
	Mato Grande - RN	0,61	15	7.800	5.081	51,8	1	-
	Sertão do Apodi (Chapada do Apodi) - RN	0,63	17	9.453	2.822	41,6	1	-

continua

Tabela 82

Territórios da Cidadania Brasil 2008 ⁽¹⁾

Região e Territórios da Cidadania		IDH - T	Nº Municípios	Agricultores Familiares	Famílias Assentadas	Proporção população rural / total	Comunidades Quilombolas	Terras Indígenas
Nordeste	Borborema - PB	0,67	21	22.929	1.521	25,1	2	-
	Zona da Mata Norte - PB	0,62	19	8.258	2.356	25,9	-	3
	Zona da Mata Sul - PB	0,74	13	6.449	2.709	6,8	4	-
	Agreste Meridional - PE	0,56	16	33.863	2.343	59,2	9	4
	Mata Sul - PE	0,62	19	4.951	10.053	34,2	1	-
	Sertão do Pajeú - PE	0,65	20	35.850	1.612	45,4	12	1
	Do Agreste - AL	0,60	16	49.279	948	48,2	5	6
	Do Alto Sertão - AL	0,58	8	17.596	780	62,0	1	1
	Do Litoral Norte - AL	0,58	12	1.404	2.643	40,4	-	-
	Alto Sertão - SE	0,58	7	11.275	3.138	58,4	2	1
	Sertão Ocidental - SE	0,60	11	17.959	788	43,5	1	-
	Chapada Diamantina - BA	0,63	23	37.722	3.534	58,2	27	-
	Do Sisal - BA	0,60	20	64.350	2.344	63,0	1	1
	Sul - BA	0,67	29	14.610	2.564	25,7	11	2
	Velho Chico - BA	0,62	16	29.822	8.759	57,5	20	3

continua

Territórios da Cidadania Brasil 2008 ⁽¹⁾

Tabela 82

Região e Territórios da Cidadania		IDH - T	Nº Municípios	Agricultores Familiares	Famílias Assentadas	Proporção população rural / total	Comunidades Quilombolas	Terras Indígenas
Sudeste	Norte - ES	0,71	17	13.529	2.311	35,5	21	-
	Médio Jequitinhonha - MG	0,65	19	16.025	359	48,0	12	-
	Noroeste de Minas - MG	0,73	22	10.047	4.067	30,3	12	-
	Serra Geral - MG	0,65	16	15.658	1.775	41,9	14	-
	Vale do Mucuri - MG	0,68	27	12.779	207	37,2	6	1
	Norte - RJ	0,75	9	12.809	2.083	14,9	5	-
	Pontal do Paranapanema - SP	0,80	32	10.680	5.578	14,5	-	-
Sul	Vale do Ribeira - SP	0,75	25	8.344	156	31,9	29	3
	Cantuquiriguaçu - PR	0,72	20	20.528	4.216	51,7	3	2
	Vale do Ribeira - PR	0,69	7	5.913	-	47,6	11	-
	Meio Oeste Contestado (Chapecozinho) - SC	0,81	29	14.252	2.209	34,7	-	3
	Zona Sul do Estado - RS	0,79	25	32.942	3.697	18,1	2	-

continua

Tabela 82

Territórios da Cidadania Brasil 2008 ⁽¹⁾

conclusão

Região e Territórios da Cidadania		IDH -T	Nº Municípios	Agricultores Familiares	Famílias Assentadas	Proporção população rural / total	Comunidades Quilombolas	Terras Indígenas
Centro-Oeste	Das Águas Emendadas - DF/GO/MG ⁽²⁾	0,83	11	5.356	4.057	6,0	-	-
	Baixo Araguaia - MT	0,71	15	4.439	14.457	49,6	-	10
	Portal da Amazônia - MT	0,74	16	15.967	16.980	37,6	-	6
	Da Reforma - MS	0,75	11	4.338	8.812	27,7	3	6
TOTAL Territórios da Cidadania 2008		-	958	1.018.872	319.451	32,2	350	149
TOTAL Brasil		-	5.562	4.139.357	785.300	16,7	946	595
Territórios da Cidadania 2008/BRASIL (em %)		-	17,22	24,61	40,68	-	37,00	25,04

Fonte: Nead

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Informações do Censo Demográfico 2000, Censo Agropecuário 1995/1996, MDA/SDT 2002, Inbra/Sipra 2007, Fundação Palmares 2007, Funai/DAF 2005

(2) O Território de Águas Emendadas é composto por sete municípios do estado de Goiás, três municípios do estado de Minas Gerais e o Distrito Federal

Obs.: O "total" das variáveis Comunidades Quilombolas e Terras Indígenas não corresponde ao somatório dos valores nas respectivas colunas, uma vez que uma mesma Comunidade Quilombola ou Terra Indígena pode estar em mais de um Município/Território/Região

Capítulo 6

Indicadores Agropecuarios

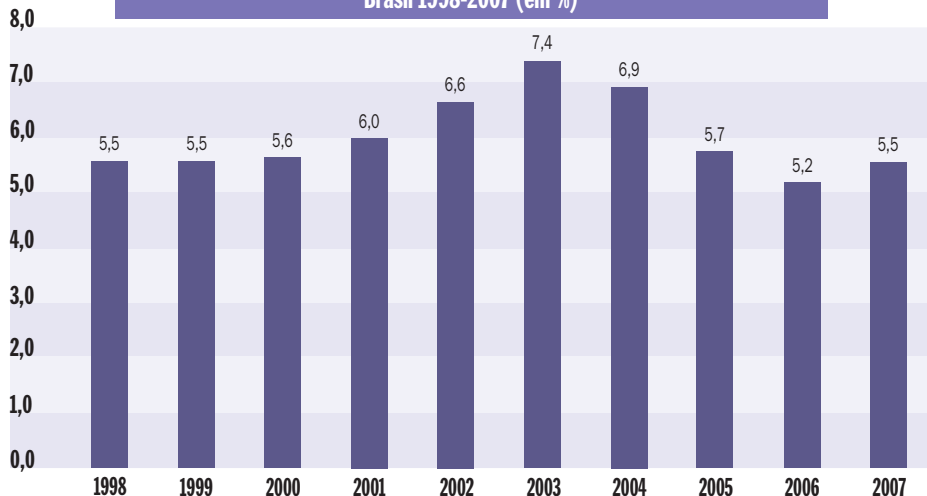
Capítulo 6

Indicadores Agropecuários

Desempenho da Agropecuária

Participação da agropecuária no PIB - valor adicionado Brasil 1998-2007 (em %)

Gráfico 64



Fonte: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais - Referência 2000

Elaboração: DIEESE

Obs.: a) Valores correntes

b) A diferença dos resultados com relação à edição anterior se deve à mudança na metodologia das Contas Nacionais adotada pelo IBGE

Gráfico 65

Evolução da arrecadação do Imposto Territorial Rural (ITR) ⁽¹⁾ Brasil 1992-2007 (em R\$ milhões)



Fonte: Ministério da Fazenda. Secretaria de Receita Federal

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) O ITR incide sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse do imóvel, por natureza, localizado fora da zona urbana do município, em 1º de janeiro de cada ano, e é pago pelos proprietários. As alíquotas variam de 0,03% até 20%. Legislação básica: Lei 9.393, de 19/12/1996; Decreto nº 4.382, de 19/09/2002 (regulamento) e EC 42, de 19/12/2003

Obs.: a) O Plano Real entrou em vigor em julho/94; b) Arrecadação de 1992 a 1994 (até junho) convertida pela URV média mensal; c) Preços correntes

Balança comercial do agronegócio
Brasil e Grandes Regiões 2007 (em US\$ milhões)

Tabela 83

Brasil e Grandes Regiões	Exportações	Importações	Saldo
Norte	2.362	138	2.224
Nordeste	4.950	1.333	3.618
Sudeste	21.061	4.688	16.373
Sul	21.275	2.257	19.018
Centro-Oeste	8.704	291	8.413
BRASIL ⁽¹⁾	58.352	8.707	49.645

Fonte: Mapa. Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio
 Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Exclui as categorias de consumo de bordo, mercadoria nacionalizada, reexportação e não declarados

Tabela 84

Balança comercial dos produtos do agronegócio brasileiro Brasil 2007 (em US\$ milhões)

Produtos	Exportação	Importação	Saldo
Complexo da soja	11.381	94	11.288
Carnes	11.295	183	11.112
Florestais	8.820	1.942	6.878
Complexo sucroalcooleiro	6.578	2	6.576
Café	3.892	3	3.889
Couros ⁽¹⁾	3.555	240	3.315
Sucos de fruta	2.374	11	2.363
Fumo e seus produtos	2.262	42	2.220
Cereais, farinhas e preparações	2.220	2.334	-114
Fibras e produtos têxteis	1.558	589	969
Frutas ⁽²⁾	968	370	598
Cacau e seus produtos	365	212	152
Alimentícios diversos	346	167	179
Pescados	311	562	-251
Lácteos	300	153	147

continua

Balança comercial dos produtos do agronegócio brasileiro Brasil 2007 (em US\$ milhões)

Produtos	Exportação	Importação	Saldo
Animais vivos	285	11	274
Bebidas	252	309	-56
Chá, mate e especiarias	201	36	166
Oleaginosos ⁽³⁾	107	421	-314
Rações para animais	104	149	-45
Hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos	102	457	-354
Plantas vivas e produtos de floricultura	35	11	24
Apícolas	26	0	26
Demais produtos	1.085	422	662
TOTAL DO AGRONEGÓCIO	58.420	8.719	49.701

Fonte: Mapa. Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Produtos de couro e peleteria

(2) Inclui nozes e castanhas

(3) Exclui a soja

Tabela 85

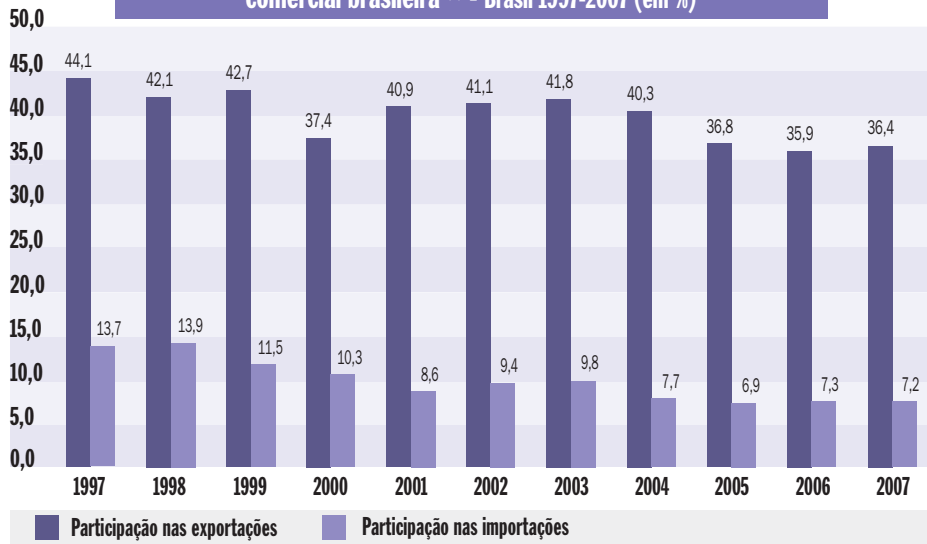
**Evolução da balança comercial do agronegócio
Brasil 1998-2007 (em US\$ milhões)**

Ano	Exportações	Importações	Saldo
1998	21.546	8.041	13.505
1999	20.494	5.694	14.800
2000	20.594	5.756	14.838
2001	23.857	4.801	19.056
2002	24.840	4.449	20.391
2003	30.645	4.746	25.899
2004	39.029	4.831	34.198
2005	43.617	5.110	38.507
2006	49.465	6.695	42.769
2007	58.420	8.719	49.701

Fonte: Mapa. Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio
Elaboração: DIEESE

Evolução da participação do agronegócio na balança comercial brasileira ⁽¹⁾ - Brasil 1997-2007 (em %)

Gráfico 66



Fonte: Mapa. SRI

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Participação no valor exportado e importado

Tabela 86

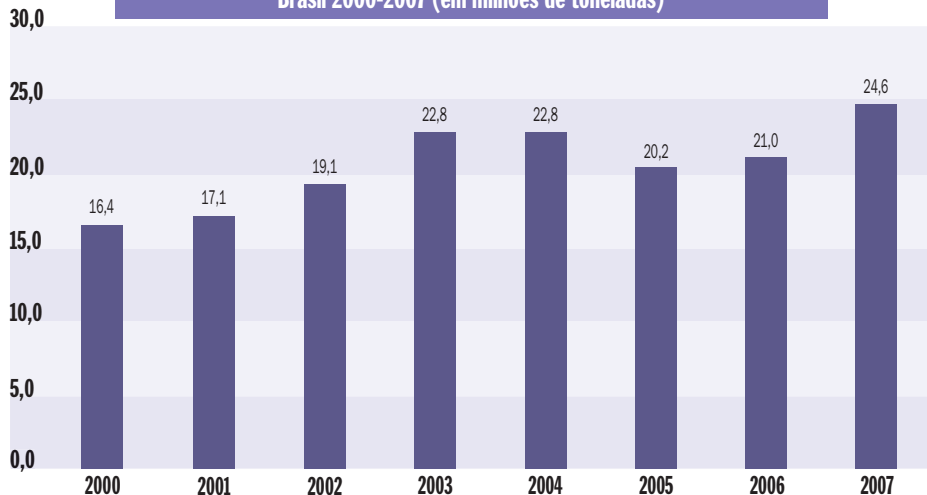
Principais produtos importados do agronegócio Brasil 2006 - 2007

Produtos	Valor (em US\$ FOB milhões)			Peso (em milhões de Kg)		
	2006	2007	Variação 2006/2007 (em %)	2006	2007	Variação 2006/2007 (em %)
Trigo	989	1.392	40,8	6.531	6.638	1,6
Papel	910	1.084	19,1	972	1.116	14,8
Borracha natural	385	484	25,5	187	230	23,2
Malte	218	280	28,4	751	758	0,9
Arroz	174	236	35,1	653	720	10,3
Celulose	215	234	9,1	356	327	(8,3)
Produtos têxteis de algodão	163	232	42,4	23	29	24,7
Bacalhau	186	227	22,1	32	35	10,9
Farinha de trigo	35	182	419,1	148	640	332,8
Azeites de oliva	142	176	23,8	28	38	34,6
Vinho	140	175	25,2	51	61	19,4
TOTAL	3.557	4.701	32,2	9.732	10.592	8,8

Fonte: Mapa. Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio
Elaboração: DIEESE

Fertilizantes entregues ao consumidor Brasil 2000-2007 (em milhões de toneladas)

Gráfico 67



Fonte: Conab. Indicadores Agropecuários
Elaboração: DIEESE

Capítulo 6

Indicadores Agropecuários

Indicadores de Produção

Quantidade produzida e produtividade média dos principais produtos da lavoura permanente ⁽¹⁾ - Brasil 1996-2006

Tabela 87

Produtos da lavoura permanente	Quantidade produzida (1.000 ton)			Produtividade média (ton/ha)		
	1996	2006	Varição 1996/2006 (em %)	1996	2006	Varição 1996/2006 (em %)
Café (beneficiado)	2.738	2.573	-6,0	1,4	1,1	-22,0
Banana	496	6.956	1.302,0	1,0	13,8	1.279,8
Uva	685	1.257	83,5	12,2	16,7	36,2
Maçã	3.504	863	-75,4	138,4	23,9	-82,7
Mamão	1.098	1.898	72,9	33,0	51,8	56,8
Cacau (em amêndoa)	257	212	-17,3	0,4	0,3	-15,4
Coco-da-baía	957	1.985	107,6	4,4	6,9	55,6
Manga	1.695	1.217	-28,2	27,3	16,3	-40,3
Tangerina	4.585	1.270	-72,3	89,5	20,9	-76,7

Fonte: IBGE. PAM
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) 10 produtos que tiveram, em 2006, os maiores valores produzidos

Tabela 88

Quantidade produzida e produtividade média dos principais produtos da lavoura temporária ⁽¹⁾ - Brasil 1996-2006

Produtos da lavoura temporária	Quantidade produzida (1.000 ton)			Produtividade média (ton/ha)		
	1996	2006	Varição 1996/2006 (em %)	1996	2006	Varição 1996/2006 (em %)
Soja (em grão)	23.167	52.465	126,5	2,2	2,4	5,8
Cana-de-açúcar	317.106	457.246	44,2	66,8	74,4	11,5
Milho (em grão)	29.653	42.662	43,9	2,5	3,4	36,6
Mandioca	17.743	26.639	50,1	11,8	14,0	19,5
Arroz (em casca)	8.652	11.527	33,2	2,7	3,9	46,0
Feijão (em grão)	2.452	3.458	41,0	0,6	0,9	50,3
Fumo (em folha)	477	900	88,9	1,5	1,8	20,9
Algodão herbáceo (em caroço)	952	2.899	204,5	1,3	3,2	152,6
Batata - inglesa	2.413	3.152	30,6	14,7	22,4	52,8
Tomate	2.649	3.363	27,0	37,3	57,1	53,0

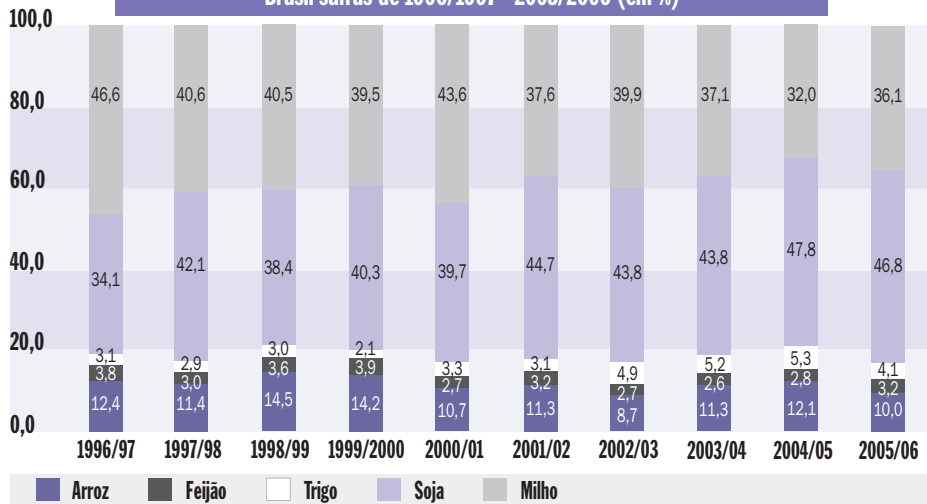
Fonte: IBGE. PAM

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) 10 produtos que tiveram, em 2006, os maiores valores produzidos

Evolução da distribuição da produção dos principais grãos por safra Brasil safras de 1996/1997 - 2005/2006 (em %)

Gráfico 68



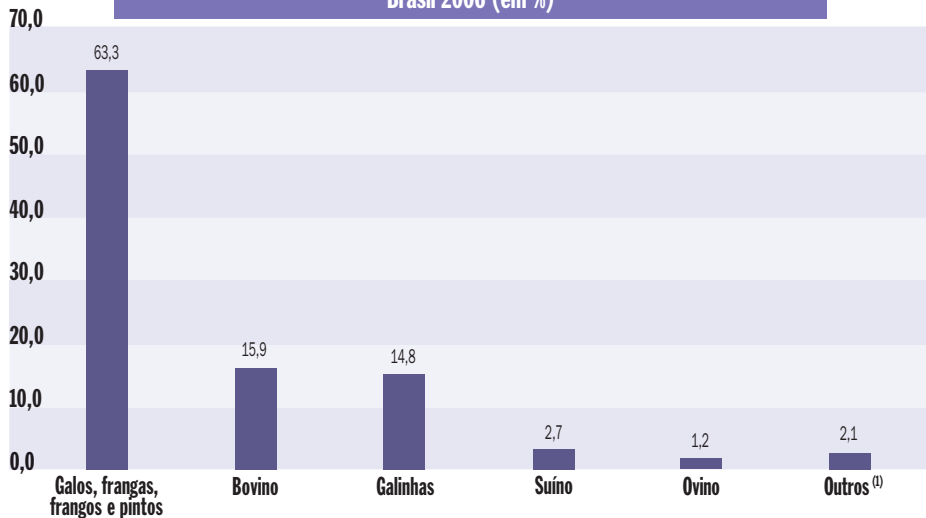
Fonte: Conab. Safras

Elaboração: DIEESE

Obs.: A safra corresponde à soma da produção dos grãos considerados, em toneladas

Gráfico 69

Distribuição do efetivo pecuário por tipo de rebanho Brasil 2006 (em %)



Fonte: IBGE. Pesquisa Pecuária Municipal

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Corresponderem aos rebanhos de asino, bubalino, caprino, codornas, coelhos, eqüinos e mulas

Produção, produtividade e área plantada dos principais grãos Brasil safra 2004/2005 - 2005/2006

Tabela 89

Grãos	2004/2005			2005/2006			Variação da produtividade (em %)
	Produção (em 1.000 ton)	Área plantada (em 1.000 ha)	Produtividade (ton/ha)	Produção (em 1.000 ton)	Área plantada (em 1.000 ha)	Produtividade (ton/ha)	
Arroz	13.227	3.916	3,4	11.722	3.018	3,9	15,0
Feijão	3.044	3.949	0,8	3.471	4.224	0,8	6,6
Milho	34.977	12.208	2,9	42.515	12.964	3,3	14,5
Soja	52.305	23.301	2,2	55.027	22.749	2,4	7,8
Trigo	5.846	2.756	2,1	4.873	2.362	2,1	-2,7

Fonte: Conab. Safras
Elaboração: DIEESE

Tabela 90

Oferta e demanda brasileira de alguns produtos selecionados Brasil - Safra 2006/2007 (em mil toneladas)

Produto	Estoque inicial	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Exportação	Estoque final
Algodão em pluma	206,1	1.524,0	96,8	1.826,9	1.005,8	419,4	401,7
Arroz em casca	2.879,3	11.315,9	1.000,0	15.195,2	13.100,0	300,0	1.795,2
Feijão	353,3	3.339,7	65,0	3.758,0	3.350,0	26,0	382,0
Milho	5.568,3	51.369,9	1.095,5	58.033,7	40.500,0	10.933,5	6.600,2
Soja em grão	2.469,7	58.376,4	97,9	60.944,0	33.150,0	23.733,8	4.060,2
Trigo	575,8	2.233,7	7.648,5	10.458,0	10.293,4	21,2	143,4

Fonte: Conab. Indicadores da Agropecuária

Elaboração: DIEESE

Obs.: Resultado em março de 2008

Oferta e demanda mundial de alguns produtos selecionados Safrá 2005/2006 (em milhões de toneladas)

Tabela 91

Produto	Estoque inicial	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Exportação	Estoque final
Algodão em pluma	12,5	25,6	9,7	47,8	25,3	9,7	13,1
Arroz	74,5	417,6	29,4	521,5	415,6	29,4	76,5
Milho	131,4	696,3	82,6	910,3	704,0	82,6	123,7
Soja em grão	47,5	220,5	64,0	332,1	215,3	63,9	52,9
Trigo	150,6	621,5	113,3	885,4	624,4	113,3	147,7

Fonte: Conab. Indicadores Agropecuários

Elaboração: DIEESE

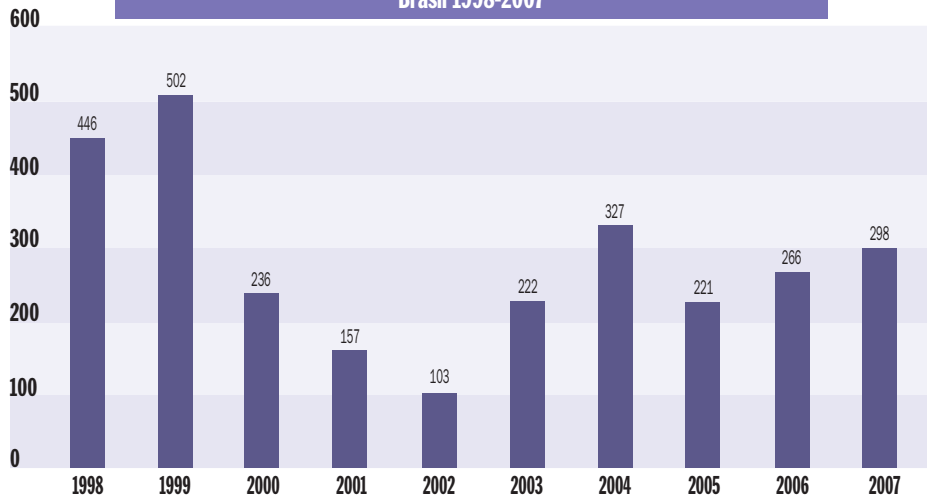
Obs.: Últimos dados consolidados para oferta e demanda mundial (consulta em março de 2008)

Capítulo 7

Conflitos no Campo

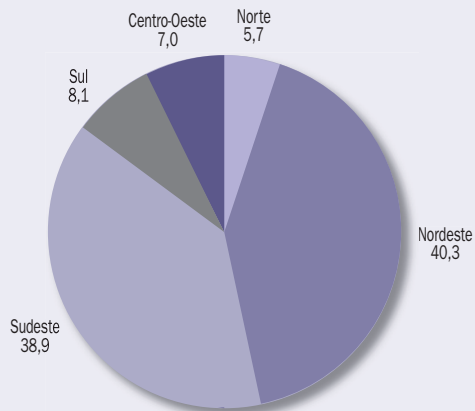
Evolução do número de ocupações de terra Brasil 1998-2007

Gráfico 70



Fonte: MDA, Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos
Elaboração: DIEESE

Distribuição das ocupações de terra por Grandes Regiões Brasil 2007 (em %)



Fonte: MDA. Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos
Elaboração: DIEESE

Número de ocupações em imóveis rurais e número de famílias envolvidas em ocupações - Unidades da Federação 2007 (em n^{os} absolutos)

Tabela 92

Unidade da Federação	Ocupações	Famílias envolvidas	Unidade da Federação	Ocupações	Famílias envolvidas
Alagoas	40	4.437	Pará	13	1.937
Bahia	56	8.260	Paraíba	2	800
Ceará	6	672	Pernambuco	15	4.280
Distrito Federal	4	450	Paraná	11	1.490
Espírito Santo	3	88	Rio de Janeiro	2	160
Goiás	12	1.315	Rio Grande do Sul	9	982
Maranhão	1	350	Rondônia	4	256
Mato Grosso do Sul	3	360	Santa Catarina	4	550
Mato Grosso	2	150	São Paulo	91	8.809
Minas Gerais	20	2.103	TOTAL	298	37.449

Fonte: MDA. Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos
Elaboração: DIEESE

Obs.: As demais Unidades da Federação não tiveram conflitos registrados pelo Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos

Gráfico 72

Evolução das famílias envolvidas nas ocupações de terra Brasil 2001-2007 (número de famílias)



Fonte: MDA. Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos
Elaboração: DIEESE

Violência no campo contra a pessoa Brasil e Grandes Regiões - 2007 (em %)

Tabela 93

Violência	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil	
						Em %	Em nºs absolutos
Conflitos	34,5	31,1	16,6	9,2	8,6	100,0	1.538
Pessoas envolvidas ⁽¹⁾	26,0	35,3	17,6	11,8	9,3	100,0	795.341
Assassinatos	35,7	32,1	7,1	7,1	17,9	100,0	28
Tentativas de assassinatos	42,4	25,8	16,7	7,6	7,6	100,0	66
Mortos em consequência ⁽²⁾	52,3	2,3	13,6	11,4	20,5	100,0	44
Ameaçados de morte	68,0	15,8	1,2	7,7	7,3	100,0	259
Torturados	66,7	11,1	0,0	0,0	22,2	100,0	9
Agredidos fisicamente	41,5	12,9	15,8	21,9	7,9	100,0	443
Presos	21,3	11,9	53,5	6,1	7,2	100,0	428

■ Fonte: CPT. Conflitos no Campo

Elaboração: DIEESE

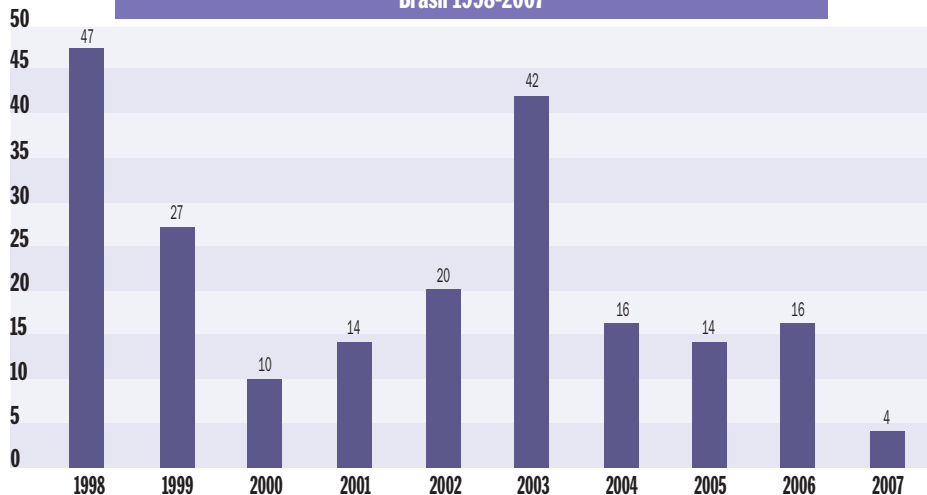
Notas: (1) Pessoas envolvidas em situações violentas, não apenas as que sofreram violência direta

(2) São as mortes que acontecem em consequência dos conflitos. Por exemplo: por causa de um conflito sério fica impossível retirar um doente grave de uma área para levá-lo a um local onde possa ser socorrido, ou as mortes de crianças indígenas por desnutrição, registradas recentemente, devido ao processo de luta por reconquista de suas áreas

Obs.: O número de conflitos e pessoas envolvidas referem-se à soma das ocorrências dos conflitos por terra (615), ocupações (364), acampamentos (48), conflitos pela água (87), conflitos em tempos de seca (8), trabalho escravo (265), superexploração (122) e desrespeito trabalhista (29) contabilizados pela CPT

Gráfico 73

Evolução do número de mortes decorrentes de conflitos agrários Brasil 1998-2007



Fonte: MDA. Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos

Elaboração: DIEESE

Obs.: A Ouvidoria considera as mortes decorrentes de conflitos agrários aquelas assim reconhecidas pelo respectivo inquérito policial

Violência contra a ocupação e a posse de terras Brasil e Grandes Regiões 2007 (em %)

Tabela 94

Violência	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil	
						%	N ^{os} absolutos
Ocorrências ⁽¹⁾	27,8	35,1	18,5	11,1	7,6	100,0	1.027
Famílias envolvidas	26,0	36,9	16,2	11,3	9,5	100,0	122.400
Área	83,2	12,9	1,8	1,0	1,2	100,0	8.420 ⁽²⁾
Famílias expulsas	37,9	14,8	10,0	16,6	20,7	100,0	4.340
Famílias despejadas	13,2	24,9	24,2	22,6	15,1	100,0	14.221
Famílias ameaçadas de despejo	24,0	46,1	13,1	10,0	6,8	100,0	17.864
Famílias ameaçadas de expulsão	52,7	28,6	3,9	10,3	4,5	100,0	17.754
Casas destruídas	61,0	27,5	1,8	1,6	8,1	100,0	2.616
Roças destruídas	37,9	23,6	19,0	19,6	0,0	100,0	2.250
Bens destruídos ⁽³⁾	71,9	13,6	1,1	13,4	0,0	100,0	4.422
Pistolagem ⁽⁴⁾	65,1	14,5	7,3	11,2	1,9	100,0	10.645

■ Fonte: CPT. Conflitos no Campo

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) O número de ocorrências é a soma de conflitos por terra, ocupações e acampamentos

(2) Em 1.000 hectares

(3) São, por exemplo, animais, meios de locomoção - carroças, bicicletas, motos; a safra colhida e armazenada etc., destruídos ou nos processos de expulsão por pistoleiros, ou na execução de mandados judiciais de despejo, ou como forma de pressão e intimidação

(4) São conflitos onde se dá a presença de pistoleiros. Muitas vezes é só uma forma de intimidação e ameaça, mas chega às vias da violência física em algumas circunstâncias. De toda forma, a simples presença de pistoleiros significa uma ação dos fazendeiros, à revelia da lei, na defesa do "direito" à propriedade, ou na reivindicação de outros direitos dos trabalhadores

Tabela 95

Conflitos pela água ⁽¹⁾ no Brasil

Unidades da Federação 2007

Unidades da Federação	Número de ocorrências		Famílias envolvidas	
	Em n ^{os} absolutos	Em %	Em n ^{os} absolutos	Em %
Amapá	2	2,3	20	0,1
Amazonas	4	4,6	197	0,6
Pará	6	6,9	5.134	15,7
Rondônia	5	5,7	3.089	9,4
Tocantins	4	4,6	145	0,4
Norte	21	24,1	8.585	26,2
Alagoas	2	2,3	1.824	5,6
Bahia	2	2,3	725	2,2
Ceará	4	4,6	149	0,5
Maranhão	2	2,3	1.623	5,0
Pernambuco	7	8,0	3.857	11,8
Piauí	3	3,4	482	1,5
Rio Grande do Norte	4	4,6	1.146	3,5
Nordeste	24	27,6	9.806	29,9
Minas Gerais	20	23,0	3.674	11,2
Rio de Janeiro	3	3,4	3.960	12,1

Conflitos pela água ⁽¹⁾ no Brasil Unidades da Federação 2007

Unidades da Federação	Número de ocorrências		Famílias envolvidas	
	Em nºs absolutos	Em %	Em nºs absolutos	Em %
Sudeste	23	26,4	7.634	23,3
Paraná	9	10,3	472	1,4
Rio Grande do Sul	4	4,6	472	1,4
Santa Catarina	2	2,3	3.903	11,9
Sul	15	17,2	4.847	14,8
Goiás	3	3,4	1.735	5,3
Mato Grosso do Sul	1	1,1	140	0,4
Centro-Oeste	4	4,6	1.875	5,7
TOTAL	87	100,0	32.747	100,0

Fonte: CPT. Conflitos no Campo

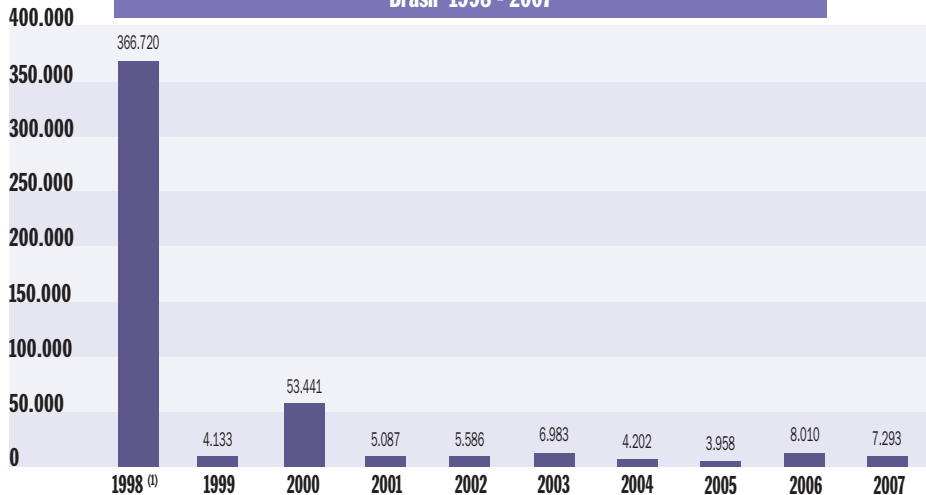
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Ações de resistência, em geral coletivas, para garantir o uso e a preservação das águas e de luta contra a construção de barragens e açudes, contra a apropriação particular dos recursos hídricos e contra a cobrança do uso da água no campo, quando envolvem ribeirinhos, atingidos por barragens, pescadores etc.

Obs: Não há dados disponíveis para as demais unidades da federação

Gráfico 74

Número de pessoas envolvidas em conflitos trabalhistas Brasil 1998 - 2007



Fonte: CPT. Conflitos no Campo

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Este número se deve ao fato de ter ocorrido uma campanha salarial dos canaveiros de Alagoas envolvendo 250 mil pessoas.

O mesmo aconteceu em Pernambuco, no município de Goiana, envolvendo 104 mil pessoas

Obs.: Conflitos trabalhistas referem-se ao desrespeito à Legislação Trabalhista e a casos de superexploração do trabalho

Operações de fiscalização móvel de combate ao trabalho escravo Brasil 1997 - 2007 ⁽¹⁾ (em n^{os} absolutos)

Tabela 96

Ano	Operações	Fazendas fiscalizadas	Trabalhadores registrados	Trabalhadores libertados	Pagamento das indenizações (em R\$ 1.000)	Autos de infração lavrados ⁽²⁾
1997	20	95	-	394	-	796
1998	17	47	-	159	-	282
1999	19	56	-	725	-	411
2000	25	88	1.130	516	473	522
2001	29	149	2.164	1.305	958	796
2002	30	85	2.805	2.285	2.084	621
2003	67	188	6.137	5.223	6.086	1.433
2004	72	275	3.643	2.887	4.906	2.465
2005	85	189	4.271	4.348	7.820	2.286
2006	109	209	3.454	3.417	6.300	2.772
2007	114	203	3.627	5.963	9.879	3.130

Fonte: MTE. SIT/Defit/Detrae

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Atualizado em 7 de maio de 2008

(2) Para cada irregularidade encontrada é lavrado um Auto de Infração que se transforma em Processo Administrativo com duplo grau de recurso. Sendo julgado procedente, é aplicada uma multa para cada infração

Obs.: a) Os dados sobre trabalhadores registrados e pagamento de indenizações não foram computados entre 1997 e 1999

b) Dados de circulação interna disponibilizados pelo MTE

Tabela 97

Distribuição das operações de fiscalização móvel de combate ao trabalho escravo - Unidades da Federação 2007 ⁽¹⁾ (em %)

Unidade da Federação	Operações	Fazendas fiscalizadas	Trabalhadores registrados	Trabalhadores libertados	Pagamento das indenizações (em R\$ 1.000)	Autos de infração lavrados ⁽²⁾
Acre	0,9	0,5	0,7	0,0	0,0	0,8
Amazonas	0,9	0,5	0,0	0,2	0,6	0,8
Amapá	0,0	2,5	0,7	0,0	0,0	0,6
Bahia	4,4	2,5	2,5	2,9	1,8	1,9
Ceará	1,8	1,0	1,6	0,3	0,2	0,6
Espírito Santo	0,9	0,5	1,3	0,4	0,1	0,2
Goiás	7,0	8,4	24,8	11,0	5,7	17,2
Maranhão	7,0	6,9	11,2	6,3	4,4	5,9
Minas Gerais	6,1	3,4	0,7	7,1	18,2	6,2
Mato Grosso do Sul	10,5	6,9	5,1	27,4	20,0	8,8
Mato Grosso	7,9	4,9	4,4	1,8	4,4	3,9
Pará	31,6	41,4	31,2	32,4	32,6	37,8
Piauí	2,6	1,5	4,8	2,9	2,3	0,9
Paraná	3,5	2,0	2,2	2,2	3,0	1,5

continua

Distribuição das operações de fiscalização móvel de combate ao trabalho escravo - Unidades da Federação 2007⁽¹⁾ (em %)

Unidade da Federação	Operações	Fazendas fiscalizadas	Trabalhadores registrados	Trabalhadores libertados	Pagamento das indenizações (em R\$ 1.000)	Autos de infração lavrados ⁽²⁾
Rio de Janeiro	0,9	2,0	1,0	0,8	0,1	0,5
Rondônia	0,9	1,0	0,6	0,0	0,0	0,7
Rio Grande do Sul	0,9	0,5	1,3	0,8	3,3	0,7
Santa Catarina	5,3	6,9	1,1	0,9	1,0	4,0
São Paulo	0,9	1,0	2,3	1,0	1,2	0,6
Tocantins	6,1	5,9	2,6	1,5	1,1	6,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MTE. SIT/Defit/Detrae

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Atualizado em 24 de janeiro de 2008

(2) Para cada irregularidade encontrada é lavrado um Auto de Infração que se transforma em Processo Administrativo com duplo grau de recurso. Sendo julgado procedente, é aplicada uma multa para cada infração

Obs.: a) Não há dados disponíveis para as demais Unidades da Federação

b) Dados de circulação interna disponibilizados pelo MTE

Glossário

Guia de Referências Bibliográficas

ACAMPAMENTOS – Espaços de luta e formação, fruto de ações coletivas, localizados no campo ou na cidade, onde as famílias sem terra organizadas reivindicam assentamentos. Na pesquisa Conflitos no Campo da CPT registra-se somente o ato de acampar.

AGRICULTURA PATRONAL – Refere-se aos estabelecimentos onde a direção dos trabalhos não é exercida pelo produtor e/ou o trabalho contratado é superior ao familiar. Além disso, ainda que estes dois critérios não sejam verificados, o estabelecimento é de agricultura patronal se a área for superior à que a família pode explorar com base em seu próprio trabalho associado à tecnologia de que dispõe.

AGRONEGÓCIO – Agronegócio (*agribusiness*) é o conjunto de negócios relacionados à agricultura do ponto de vista econômico. É dividido em três partes: a) a de negócios agropecuários propriamente ditos (ou de “dentro da porteira”), que representam os produtores rurais, sejam eles pequenos, médios ou grandes produtores; b) os negócios à montante (ou “da pré-porteira”) aos da agropecuária, representados pela indústria e pelo comércio que fornecem insumos para os negócios agropecuários; c) negócios à jusante (ou “pós-porteira”), que são aqueles negócios que compram os produtos agropecuários, os beneficiam, os transportam e os vendem para os consumidores finais.

AMAZÔNIA LEGAL – Corresponde aos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e tem uma área de 501.952.473,88 ha.

ANO-AGRÍCOLA – Período de doze meses que compreende o ciclo produtivo do tipo de agricultura predominante em determinada região, começando com o preparo do solo para a semeadura. No Brasil, o período tomado como referência na divulgação das estatísticas agrícolas se inicia no dia 1º de julho.

APICULTURA – É o ramo da agricultura que estuda as abelhas produtoras de mel e as técnicas para explorá-las convenientemente em benefício do homem. Inclui técnicas de criação de abelhas e a extração e comercialização de mel, cera, geléia real e própolis.

Glossário - Termos técnicos utilizados

AQUICULTURA – Processo de produção em cativeiro, de organismos com *habitat* predominantemente aquático, tais como peixes, camarões, rãs, entre outras espécies.

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) – A APA é uma Unidade de Conservação que visa a proteção da vida silvestre, a manutenção de bancos genéticos e dos demais recursos naturais, através da adequação e orientação das atividades humanas na área, promovendo a melhoria da qualidade de vida da população. Trata-se de uma forma de conservação que disciplina o uso e a ocupação do solo, através do zoneamento, procedimentos de controle e fiscalização, programas de educação e extensão ambiental.

ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO – A criação de uma Área de Relevante Interesse Ecológico tem como finalidade a proteção de uma área natural de grande valor ecológico e extensão relativamente pequena (sempre inferior a 5.000 hectares), regulamentando e disciplinando a utilização de seus recursos ambientais.

ÁREA EXPLORADA – Para o Incra são as áreas com culturas, reflorestadas com essências nativas, extração vegetal, pastagens e exploração granjeira ou aquícola.

ÁREAS EXPLORÁVEIS – Corresponde ao somatório da área explorada e da área aproveitável (explorável) mas não utilizada.

ARRENDATÁRIO – Condição do produtor que toma as terras do estabelecimento em arrendamento mediante o pagamento de quantia fixa em dinheiro ou sua equivalência em produtos ou prestação de serviços.

AUXÍLIO-ACIDENTE PREVIDENCIÁRIO – “O auxílio-acidente previdenciário, regulamentado pela Lei nº 9.032/95 é devido ao segurado da Previdência que, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, sofra de redução de capacidade funcional. É pago a título de indenização e corresponde a 50% do salário-de-benefício do segurado. O recebimento de salário ou a concessão de outro benefício não prejudica a continuidade do recebimento do auxílio-acidente, vedada a acumulação com qualquer aposentadoria.”

AUXÍLIO-DOENÇA – O auxílio-doença tem caráter temporário e é devido ao segurado que fica incapacitado por motivo de doença. São três as espécies de auxílio-doença: Auxílio-doença do trabalhador rural, Auxílio-doença previdenciário, e Auxílio-doença (extinto Plano Básico), sendo que apenas o Auxílio-doença previdenciário ainda é concedido.

AUXÍLIO-RECLUSÃO – O auxílio-reclusão é devido ao(s) dependente(s) do segurado detento ou recluso, desde que este não receba qualquer espécie de remuneração da empresa, nem esteja em gozo de auxílio-doença, aposentadoria ou abono de permanência em serviço ou tenha remuneração superior a R\$ 586,19 (a partir de 1º de maio de 2004).

BALANÇA COMERCIAL – Apresentação do valor das exportações e importações de um país, sem o cômputo dos fretes e seguros envolvidos nessas operações. O seu saldo será positivo (superávit) quando o valor das exportações superar o das importações e negativo (déficit) no caso contrário.

BENS DE CONSUMO DURÁVEIS E NÃO-DURÁVEIS – Bens utilizados diretamente pelos consumidores finais, isto é, que não se destinam para a produção de outros bens, seja como bens de capital, seja como bens intermediários. Conforme a maior ou menor duração do período de sua utilização, eles são classificados como bens duráveis ou não-duráveis.

BIOMA – Conjunto de vida (vegetal e animal) constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, o que resulta em uma diversidade biológica própria. No Brasil, são identificados seis Biomas. O Bioma Pantanal constitui a maior superfície inundável interiorana do mundo. O Bioma Amazônia é definido pela unidade de clima, fisionomia florestal e localização geográfica. O Bioma Mata Atlântica, que ocupa toda a faixa continental Atlântica leste brasileira e se estende para o interior no Sudeste e Sul do País, é definido pela vegetação florestal predominante e relevo diversificado. O Pampa, restrito ao Rio Grande do Sul, se define por um conjunto de vegetação de campo em relevo de planície. A vegetação predominante dá nome ao Cerrado, segundo bioma do Brasil em

Glossário - Termos técnicos utilizados

extensão, que se estende desde o litoral maranhense até o Centro-Oeste e ao Bioma Caatinga, típico do clima semi-árido do sertão nordestino.

CADEIA PRODUTIVA – A Cadeia Produtiva é o conjunto de componentes interativos, incluindo os sistemas produtivos fornecedores de insumos e serviços, indústrias de processamento e transformação, agentes de distribuição e comercialização, além de consumidores finais de uma determinada família de produtos acabados.

CANALIZAÇÃO INTERNA – Domicílio que tem água canalizada para pelo menos um cômodo.

CESSIONÁRIO – Pessoa que explora o empreendimento em bem, móvel ou imóvel, de propriedade de terceiros, com consentimento para usá-lo sem nada pagar.

CONFLITOS POR TERRA – Ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso a seringais, babaçuais ou castanhais, quando envolvem posseiros, assentados, remanescentes de quilombos, parceiros, pequenos arrendatários, pequenos proprietários, ocupantes, sem terra, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros etc.

CONFLITOS TRABALHISTAS – Ações de resistência dos trabalhadores assalariados que reivindicam aumento de salário e manutenção dos direitos. Também se referem a situações de sujeição, exploração e desrespeito à pessoa e aos direitos dos trabalhadores nas relações de trabalho.

CRÉDITO FUNDIÁRIO – É um programa que possibilita aos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra, minifundistas e jovens rurais o acesso à terra por meio de financiamento para aquisição de imóveis rurais. São também financiados os investimentos em infra-estrutura básica (casas, energia elétrica, rede de abastecimento de água, estradas), para a estruturação da unidade produtiva (assistência técnica, investimentos iniciais na produção) e projetos comunitários. Há créditos adicionais para projetos de convivência com a seca no semi-árido e para recuperação de passivos ambientais.

CRÉDITO RURAL – Modalidade de crédito que tem por objetivo estimular os investimentos rurais feitos pelos produtores ou por suas associações; favorecer o oportuno e adequado custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários; fortalecer o setor rural; incentivar a introdução de métodos racionais no sistema de produção, visando ao aumento de produtividade, à melhoria do padrão de vida das populações rurais e à adequada utilização dos recursos naturais.

DOMICÍLIOS – O IBGE conceitua domicílio como o local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos.

ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO (IBGE) – Considerou-se como estabelecimento agropecuário todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processa uma exploração agropecuária, ou seja: o cultivo do solo com culturas permanentes e temporárias, inclusive hortaliças e flores; a criação, criação ou engorda de animais de grande e médio porte; a criação de pequenos animais; a silvicultura ou o reflorestamento; e a extração de produtos vegetais.

ESTAÇÃO ECOLÓGICA – A Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. É de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

ESTRUTURA FUNDIÁRIA – É a maneira como está organizada a propriedade da terra e o tamanho dessas propriedades em um dado momento histórico.

EXPORTAÇÃO – Vendas para o exterior de bens e serviços produzidos em um país.

FLORESTA NACIONAL / ESTADUAL – Definida pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) como sendo uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e que tem como

Glossário - Termos técnicos utilizados

objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável, sendo permitida a permanência de população tradicional existente quando da sua criação.

FOB – Free On Board (livre a bordo) – Denominação da cláusula de contrato segundo a qual o frete não está incluído no custo da mercadoria. Valor do FOB é o preço de venda da mercadoria acrescido de todas as despesas que o exportador fez até colocá-lo a bordo.

FOSSA SÉPTICA – Quando as águas servidas e os dejetos são esgotados para uma fossa, onde passam por um processo de tratamento ou decantação, sendo a parte líquida absorvida no próprio terreno ou canalizada para um desaguadouro geral da área, região ou município.

IDH-T – O Índice de Desenvolvimento Humano Territorial (IDH-T) é a soma dos produtos de cada parâmetro do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) pela ponderação da população de cada município do Território.

IMÓVEIS INCONSISTENTES – São imóveis cujos registros foram eliminados por pelo menos um dos seguintes motivos: 1) imóveis com área superior à superfície territorial do município de localização objeto do cadastro; 2) atualizações com código de motivo inválido; 3) imóveis sem declaração de área total.

IMÓVEIS INEXPLORADOS – Para o Incra, são os imóveis sem declaração de área explorada.

IMÓVEIS PRODUTIVOS – Para o Incra, corresponde àquele que, explorado econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, Grau de Utilização da Terra - GUT (relação percentual entre a área efetivamente utilizada e a área explorável total do imóvel) igual ou superior a 80% e Grau de Eficiência na Exploração - GEE (relação percentual entre a produção animal e vegetal, dividida pelos respectivos índices de rendimento estabelecidos pelo Incra, e a área efetivamente utilizada) igual ou superior a 100%.

IMÓVEL RURAL (INCRA) – Imóvel Rural, para os fins de cadastro do Incra, é o prédio rústico, de área contínua,

formado de uma ou mais parcelas de terra, pertencente a um mesmo dono, que seja ou possa ser utilizado em exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agro-industrial, independente de sua localização na zona rural ou urbana do município, com as seguintes restrições: 1) Os imóveis localizados na zona rural do município cuja área total for inferior a 5 000 m² não são abrangidos pela classificação de “Imóvel Rural” e não são objeto de cadastro. 2) Os imóveis rurais localizados na zona urbana do município somente serão cadastrados quando tiverem área total igual ou superior a dois ha e que tenham produção comercializada.

IMPORTAÇÃO – Compras de bens e serviços produzidos no exterior pelos residentes de um país.

INATIVOS – Parcela da PIA (População em Idade Ativa) que não está ocupada ou desempregada. Incluem-se as pessoas sem procura de trabalho que, nos últimos 30 dias, realizaram algum trabalho de forma excepcional porque lhes sobrou tempo de seus afazeres principais.

LAVOURA PERMANENTE – Plantio de culturas de longa duração, que após a colheita não necessitam de novo plantio, produzindo por vários anos sucessivos. Inclui as áreas ocupadas por viveiros de mudas de culturas permanentes.

LAVOURA TEMPORÁRIA – Plantio de culturas de curta duração (via de regra, menor que um ano) e que necessitam, geralmente, de novo plantio após cada colheita. Inclui as áreas das plantas forrageiras destinadas ao corte.

LOCAL DE RESIDÊNCIA – Segundo a localização do domicílio, a situação é urbana ou rural, conforme definida por Lei Municipal. Em situação urbana consideram-se as áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos. Este critério também é usado na classificação da população urbana e rural.

MÓDULO FISCAL – Unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes

Glossário - Termos técnicos utilizados

fatores: 1) tipo de exploração predominante no município; 2) renda obtida com a exploração predominante; 3) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda e da área utilizada; 4) o conceito de propriedade familiar.

MONUMENTO NATURAL – Entende-se por monumento natural uma ocorrência natural contendo um ou mais aspectos que, pela sua singularidade, raridade ou representatividade em termos ecológicos, estéticos, científicos e culturais, exigem a sua conservação e a manutenção da sua integridade.

NEGOCIAÇÕES COLETIVAS – Processo de entendimento entre trabalhadores e patrões, que visa a obtenção de um acordo a respeito de reivindicações colocadas pelos primeiros, geralmente durante uma campanha salarial. Pela legislação atual, não ocorrendo o acordo, qualquer das partes poderá requerer a instauração de um processo de dissídio coletivo na Justiça do Trabalho. Esta atuará, em um primeiro momento, como mediadora entre as partes na tentativa de conciliação. Em caso de malogro, participa como árbitro, proferindo uma sentença normativa com cláusulas que deverão vigorar no prazo estipulado para sua vigência, geralmente de um ano. Em caso de greve, o dissídio pode ser instaurado também pelo Procurador Regional do Trabalho, mesmo que as partes não o solicitem.

OCUPAÇÕES DE TERRA – Ações coletivas das famílias sem terra que, por meio da entrada em imóveis rurais, reivindicam terras que não cumprem a função social.

OCUPANTE – Condição do produtor que explora terras públicas, devolutas ou de terceiros (com ou sem consentimento do proprietário), nada pagando o produtor pelo seu uso.

PARCEIRO – Condição do produtor que explora o estabelecimento de terceiros em regime de parceria mediante contrato verbal ou escrito do qual resulta a obrigação de pagamento, ao proprietário, de um percentual da produção obtida.

PARQUE NACIONAL / ESTADUAL – Os Parques Nacionais e Estaduais são unidades de conservação de proteção

integral. Destinam-se à preservação integral de áreas naturais com características de grande relevância sob os aspectos ecológico, beleza cênica, científico, cultural, educativo e recreativo, vedadas as modificações ambientais e a interferência humana direta.

PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO – Valor do total de bens e serviços finais produzidos em um país durante um determinado período. Bens e serviços finais são aqueles que não são utilizados como insumos na produção de outros bens e serviços, pelo menos no período a que se refere o cálculo do PIB.

POPULAÇÃO DESOCUPADA/DESOCUPADOS – O IBGE classifica como desocupadas, na semana de referência, as pessoas sem trabalho que tomaram alguma providência efetiva de procura de trabalho nesse período.

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA - PEA – É a parcela da População em Idade Ativa (PIA) que está ocupada ou desempregada.

POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA - PIA – Corresponde à população com 10 anos ou mais.

POPULAÇÃO OCUPADA/OCUPADOS – O IBGE classifica como ocupadas, na semana de referência, as pessoas que têm algum trabalho remunerado ou não. Incluem-se as pessoas que possuem trabalho, mas não estavam trabalhando por motivo de doença, férias, greves etc.

POSSE – Para a CPT o conceito de posse não está ligado ao conceito juridicamente estabelecido. Refere-se a qualquer forma de posseção - posse, propriedade ou ocupação da terra. Refere-se à violência sofrida pelos trabalhadores que de alguma forma tinham a posse de uma determinada área.

POSSEIRO – Pessoa que explorava o empreendimento em bem, móvel ou imóvel, de propriedade de terceiros, sem ter consentimento para usá-lo e nada pagando.

PRESERVAÇÃO PERMANENTE – Área protegida nos termos dos arts. 2º e 3º do Código Florestal, coberta ou não por

Glossário - Termos técnicos utilizados

vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

PRODUTIVIDADE – Resultado da divisão da produção física obtida numa unidade de tempo por um dos fatores empregados na produção (trabalho, terra, capital).

PROPRIETÁRIO – Para o IBGE é a condição do produtor que explora diretamente as terras de sua propriedade, inclusive por usufruto, foreiro etc.

PROTEÇÃO INTEGRAL – Manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais.

QUILOMBOLAS – São grupos negros que vivem predominantemente em áreas rurais (atualmente, alguns estão mais próximos das áreas urbanas). Essas comunidades têm uma história de luta pela liberdade, desde que seus antepassados foram trazidos da África como escravos, e hoje lutam por um pedaço de terra onde possam viver de acordo com suas tradições. Outra característica marcante é a ocupação do território de acordo com ligações de parentesco. Os moradores de comunidades quilombolas sempre fazem referência a um ancestral comum, que pode ser real ou imaginário (um personagem lendário, por exemplo), e que foi o primeiro a chegar naquelas terras.

REDE COLETORA – Sistema de coleta de águas servidas e dejetos ligado a um desaguadouro geral da área, região ou município, mesmo quando o sistema não dispõe de estação de tratamento da matéria esgotada.

REDE GERAL DE ÁGUA – Quando o domicílio é servido por água proveniente de uma rede geral de distribuição, canalizada para o domicílio ou, pelo menos, para o terreno ou propriedade em que se situa.

REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE – Os Refúgios de Vida Silvestre pertencem ao grupo de unidades de conservação de proteção integral, e têm como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência

ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória. Pode ser constituído por áreas particulares. No caso de incompatibilidade dos objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários, a área deve ser desapropriada, de acordo com o que dispõe a lei.

REGISTRO NO MTE – Consideram-se sindicatos com registro no Ministério do Trabalho e Emprego/MTE, aqueles que possuem carta de reconhecimento (carta sindical) ou registro sindical. Sindicatos sem registro no MTE são aqueles que possuem apenas registro em cartório ou possuem registro em cartório e apresentaram pedido de registro no Ministério do Trabalho e Emprego.

RENDIMENTO DO ALUGUEL – Refere-se ao rendimento monetário bruto proveniente de: aluguel de bens imóveis (aluguel, ocupação, uso ou exploração de direitos de bens imóveis inclusive sublocação de casas, apartamentos, cômodos, sítios, lojas, vagas em garagem, fazendas, terras e outros) e de aluguel de bens móveis (aluguel, uso ou exploração de direitos de bens móveis como, por exemplo, veículos, apetrechos para festas, exploração de direitos autorais e invenções).

RENDIMENTO DO TRABALHO – Refere-se à remuneração monetária bruta proveniente do trabalho de empregado (público, privado ou doméstico e empregado temporário na área rural), empregador e conta-própria. Rendimento do Empregado: rendimento da pessoa que trabalha para um empregador, geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho recebendo, em contrapartida, remuneração total ou parcial em dinheiro. São incluídos também outros tipos de remuneração: horas extras, participação nos lucros, auxílio-refeição, auxílio-transporte, auxílio-combustível e outros. Empregador é a pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, tendo pelo menos um empregado remunerado. Conta-própria é a pessoa que, individualmente ou com auxiliares não-remunerados, explora uma atividade econômica ou exerce uma profissão ou ofício de forma permanente ou eventual (por necessidade de reforço no orçamento). Considerou-se como rendimento do empregador ou conta-própria a retirada ou ganho líquido. Esse valor corresponde aos rendimentos recebidos, deduzidas as despesas necessárias ao exercício da atividade econômica.

Glossário - Termos técnicos utilizados

RENDIMENTO NÃO-MONETÁRIO – Parcela equivalente às despesas não-monetárias definidas como tudo que é produzido, pescado, caçado, coletado ou recebido em bens (troca, doação, retirada do negócio, produção própria e salário em bens) utilizados ou consumidos durante o período de referência da pesquisa e que, pelo menos na última transação, não tenha passado pelo mercado. É importante observar que as despesas não-monetárias são iguais, em termos contábeis, às receitas não-monetárias com exceção do aluguel estimado. Para a imputação do valor do rendimento não-monetário correspondente ao aluguel de imóveis, foram deduzidas, do valor do aluguel estimado pelas unidades de consumo, as despesas com manutenção e reparos, impostos, taxas de serviços e seguros com o domicílio, conforme as recomendações contidas no documento *Informe de la Decimoséptima Conferencia Internacional de Estadísticos del Trabajo* (2003).

RESERVA BIOLÓGICA – São áreas delimitadas com a finalidade de preservação e proteção integral da fauna e flora, para fins científicos e educativos, onde é proibida qualquer forma de exploração dos seus recursos naturais.

RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – É uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

RESERVA EXTRATIVISTA – As Reservas Extrativistas são espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por populações tradicionais. Em tais áreas é possível materializar o desenvolvimento sustentável, equilibrando interesses ecológicos de conservação ambiental, com interesses sociais de melhoria de vida das populações que ali habitam.

274 **RESERVA LEGAL** – Área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação

permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas.

RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NACIONAL – É uma Unidade de Conservação em área privada, gravada em caráter de perpetuidade, com o objetivo de preservar a diversidade biológica.

SERICICULTURA – É a parte da zootecnia especial que trata do estudo e da criação do bicho-da-seda.

SILVICULTURA – O ato de criar e desenvolver povoamentos florestais, satisfazendo as necessidades de mercado.

TAXA DE ANALFABETISMO – Percentual de pessoas analfabetas (incapazes de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no seu idioma) em relação ao total de pessoas de cada faixa etária.

TERRAS INAPROVEITÁVEIS – Para o IBGE, são as formadas por terras imprestáveis para a formação de culturas, pastos e matas, tais como: areais, pântanos, encostas íngremes, pedreiras etc. e as formadas pelas áreas ocupadas com estradas, caminhos, construções, canais de irrigação, açudes etc.

TERRAS PRODUTIVAS NÃO UTILIZADAS – Para o IBGE são as áreas que se prestam à formação de culturas, pastos ou matas, mas não estão sendo utilizadas para tais finalidades por pelo menos quatro anos.

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA – O Programa Territórios da Cidadania foi concebido para otimizar uma ação conjunta dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, além da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais, na implementação de diversas políticas públicas em espaços pré-definidos denominados Territórios Rurais. Em outras palavras, é um programa de desenvolvimento regional e garantia de direitos sociais voltados às regiões que mais precisam.

TERRITÓRIOS RURAIS – Para a SDT, a abordagem territorial do desenvolvimento rural sustentável é uma visão

Glossário - Termos técnicos utilizados

essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas. Essa abordagem considera que a equidade, o respeito à diversidade, a solidariedade, a justiça social, o sentimento de pertencimento, a valorização da cultura local e inclusão social são objetivos fundamentais a serem atingidos. A “identidade” é considerada fundamental para aumentar a coesão social e territorial, facilitando a concretização de processos negociados de desenvolvimento sustentável.

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO (UC) – Unidade de Conservação é um espaço e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de preservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

USO SUSTENTÁVEL – Exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável.

VALOR ADICIONADO – Valor que a atividade acrescenta aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

BANCO CENTRAL. **Anuário estatístico do crédito rural 2006**. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: mar. 2008.

_____. **Indicadores econômicos consolidados**. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: mar. 2008.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**: Brasil 2007. Goiânia: CPT, 2008. 240 p.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Safras**. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: mar. 2008.

_____. **Indicadores agropecuários**. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: mar. 2008.

_____. **Indicadores da agropecuária**. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: mar. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cadastro central de empresas**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: fev. 2008.

_____. **Cartografia**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: jan. 2008.

_____. **Censo agropecuário**: Brasil 1995-1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. v. 1, 366 p.

_____. **Censo demográfico**: Brasil 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

_____. **Contagem da população 2007**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: abr. 2008.

Guia de referências bibliográficas

_____. **Contas nacionais trimestrais:** referência 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: mar. 2008.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: fev. 2008.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios:** PNAD: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. CD-ROM.

_____. **Pesquisa de orçamentos familiares.** Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: jan. 2006.

_____. **Pesquisa sindical:** indicadores sociais 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 257 p.

_____. **Pesquisa pecuária municipal.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: mar. 2008.

_____. **Produção agrícola municipal.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: abr. 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. DCA/Divisão de Estatística. **Estatísticas cadastrais.** Brasília, v.1, 2 e 3, 1999.

_____. **Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação da Gestão da Diretoria de Gestão Estratégica.** Mensagem recebida por e-mail do MDA em: 18 mar. 2008.

_____. **Sistema Nacional de Cadastro Rural.** Mensagem recebida por e-mail do Incra em: 15 jan. 2006.

278 | _____ **O Brasil desconcentrando terras.** Brasília, 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária** (PNERA). Brasília, 2005. Versão Preliminar.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: abr. 2008.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Secretaria da Receita Federal**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Arrecadacao/default.htm>>. Acesso em: abr. 2008.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Anuário estatístico da previdência social**. Disponível em: <<http://www.previdenciasocial.gov.br>> Acesso em: abr. 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf>. Acesso em: maio 2006.

_____. **Coordenação-Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação/Secretaria de Reordenamento Agrário**. Mensagem recebida por e-mail do MDA em: 1 fev. 2008.

_____. **Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia**. Mensagem recebida por e-mail do MDA em: 31 mar. 2008.

_____. **Relatório da Ouvidoria Agrária**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>> Acesso em: abr. 2008.

_____. **Secretaria da Agricultura Familiar**. Mensagem recebida por e-mail da SAF/MDA em: 7 abr. 2008.

Guia de referências bibliográficas

_____. **Sistema de informações territoriais.** Disponível em: < <http://sit.mda.gov.br/>>.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Cadastro nacional de unidades de conservação.** Mensagens recebidas por e-mail do MMA em: 3 abr. e 9 maio 2008.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Anuário de informações sindicais.** Disponível em: < <http://www.eccen.net/projetos/anuario/v2.53/>>. Acesso em: abr. 2008.

_____. **Coordenação-Geral do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial.** Mensagem recebida por e-mail em: 7 maio 2008.

_____. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados:** CAGED: microdados. Brasília: MTE, 2005-2007. CD-ROM

_____. **Relação Anual de Informações Sociais:** RAIS: microdados. Brasília: MTE, 2006. CD-ROM.

_____. **Secretaria de Inspeção do Trabalho.** Mensagem recebida por e-mail do MTE em: 31 mar. 2008.

NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DESENVOLVIMENTO RURAL. **Dimensão, magnitude e localização das populações pobres no Brasil.** Brasília: MDA, 2006.

_____. **Impactos dos assentamentos:** um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. **PIB da agricultura familiar:** Brasil-estados. Brasília: MDA, 2007.

280 PROJETO RURBANO. Mensagem recebida por e-mail do MDA em: 15 abr. 2008.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

ESCRITÓRIO NACIONAL - Rua Ministro Godói, 310 - Telefone (11) 3874-5366 - Fax (11) 3874-5394 - CEP 05001900 - São Paulo - SP
www.dieese.org.br - e-mail: en@dieese.org.br

DIREÇÃO SINDICAL EXECUTIVA

João Vicente Silva Cayres – *Presidente* – Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Carlos Eli Scopim – *Vice-presidente* – STI Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região

Tadeu Moraes de Sousa – *Secretário* – STI Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de São Paulo e Mogi das Cruzes

Antonio Sabóia B. Junior – *Diretor* – SEE Bancários de São Paulo, Osasco e Região

Alberto Soares da Silva – *Diretor* – STI de Energia Elétrica de Campinas

Zenaide Honório – *Diretora* – Sind. dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo (Apeoesp)

Pedro Celso Rosa – *Diretor* – STI Metalúrgicas, de Máquinas, Mecânicas, de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas de Curitiba

Paulo de Tarso G. B. Costa – *Diretor* – Sindicato dos Eletricistas da Bahia

José Carlos de Souza – *Diretor* – STI de Energia Elétrica de São Paulo

Carlos Donizeti França de Oliveira – *Diretor* – Femaco – FE em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo

Mara Luzia Feltes – *Diretora* – SEE Assessoramentos, Perícias, Informações, Pesquisas e Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul

Josinaldo José de Barros – *Diretor* – STI Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos, Arujá, Mairiporã e Santa Isabel

Eduardo Alves Pacheco – *Diretor* – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes da CUT - CNTT/CUT

DIREÇÃO TÉCNICA

Clemente Ganz Lúcio – *Diretor Técnico*

Ademir Figueiredo – *Coordenador de Desenvolvimento e Estudos*

Nelson de Chueiri Karam – *Coordenador de Educação*

José Silvestre P. de Oliveira – *Coordenador de Relações Sindicais*

Francisco J. C. de Oliveira – *Coordenador de Pesquisas*

Cláudia Fragozo dos Santos – *Coordenadora Administrativa e Financeira*

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL

Alessandra de Moura Cadamuro, Aline de Freitas (estagiária), Antonio Ibarra, Eliana Martins Pereira, Fernando Mendes de Seixas (estagiário), Geni Marques, Iara Heger, Ilmar Ferreira da Silva, Joana Cabete Biava, Lilian Arruda Marques, Luciano Schmitz, Marcos Aurélio Souza, Patrícia Lino Costa, Pedro dos Santos Bezerra Neto, Ramiro Moraes Torres, Sirlei Márcia de Oliveira

DIAGRAMAÇÃO E PRODUÇÃO GRÁFICA

Caco Bisol Produção Gráfica - Márcia Helena Ramos

TIRAGEM

3.000 exemplares

IMPRESSÃO

BC Gráfica



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

